



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

Acolhimento de crianças e jovens em risco:
Procedimentos e Normas nos Lares de Infância e
Juventude - Estudo de Caso

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Mestre em
Psicologia, Especialização em Psicologia
da Família.

Ana Isabel Pinto da Costa

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

SETEMBRO 2015



CATÓLICA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

Acolhimento de crianças e jovens em risco:
Procedimentos e Normas nos Lares de Infância e
Juventude - Estudo de Caso

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Mestre em
Psicologia, Especialização em Psicologia
da Família.

Ana Isabel Pinto da Costa

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Fabrizia Raguso**

“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.

Que quer dizer “cativar”?

É uma coisa uma esquecida – disse a raposa.

Quer dizer “criar laços”.

Foi o tempo que perdeste com a tua rosa que fez a tua rosa tão importante para ti.

O essencial é invisível aos olhos.”

“O Príncipezinho” – Saint Exúpery, Antoine (2003)

Agradecimentos

Esta é parte da tese que talvez para muitos seja a mais fácil, mas para mim é tão difícil porque tenho tanto a quem agradecer. Ao longo deste processo cresci e vivi muitas situações pessoais e profissionais, casei e fui mãe. Toda a minha vida foi-se complexificando e enriquecendo. Sou abençoada por cada pessoa que me “cativou” e deixou um pouco de si em mim. São todos estes laços que fizeram de mim a pessoa que sou hoje. Tudo isto só foi possível porque tive o apoio pessoal e científico de um conjunto de pessoas e de um Lar sem as quais não teria sido possível chegar a bom porto. Aproveito para expressar aqui os meus sinceros agradecimentos aos que mais significativamente contribuíram para que esta aventura fosse possível.

Antes de mais gostava de agradecer a Deus, sei que não é comum e que este é um ato interior, mas queria fazê-lo em homenagem, pela força que me deu neste meu longo caminho, por ser a vizinha que não me deixou desistir apesar de todas as vicissitudes da vida e por todas as pessoas que colocou no meu caminho para me ajudarem e me ensinarem lições de humildade e perseverança.

Queria agradecer ao meu Filho Tomás por ser a luz dos meus dias, o meu bem mais precioso, por ser quem consegue levar-me aos limites e ainda assim descobrir que ainda consigo ter mais um pedacinho de amor para dar. Ao meu Filho que com a sua alegria me demonstra que tudo na vida é uma bênção, porque o essencial já o temos, a presença uns dos outros nas nossas vidas. Agradecer a resiliência que tem demonstrado para ultrapassar algumas ausências da mamã para que eu conseguisse levar a cabo este estudo.

Queria agradecer ao Ricardo, um grande Homem, um bom marido, um dos meus pilares, Amor da minha vida, companheiro de todas as horas, um grande Pai para o nosso filho. Agradeço todo o seu apoio incondicional e todo o acompanhamento que deu ao nosso filho, permitindo que eu conseguisse realizar esta tese. Sem ti, eu não chegaria aqui. Agradeço a Deus por nos ter colocado na vida um do outro.

Queria agradecer aos meus Queridos Pais, Maria Joaquina e José, pelo exemplo de amor, abnegação e esforço que foram para mim como pais que pretendem lançar sementes de heranças gerativas e como pais que nunca abdicaram de nos dar uma educação erudita e católica sempre baseada nos valores do amor, compreensão e respeito. Agradeço por sempre me terem amado em todos os momentos de forma gratuita e aceitando-me sempre tal como eu sou. Estou-vos imensamente grata

À minha Irmã, Elisete, um dos meus modelos de vida e ao meu Afilhado, João, que preenchem a minha vida e são parte integrante da minha história e sem os quais a minha vida seria incompleta.

Aos meus Avós, sem os quais nada na minha vida teria sido possível. Agradeço os fabulosos exemplos que foram para todos nós, para os tios e para os primos e por cultivarem em cada um sementes tão preciosas de amor e afeto levando ao bem tão precioso que é a união familiar que cada um de nós herdou.

À minha orientadora, Doutora Fabrízia, pela paciência, compreensão e orientação. Agradeço o respeito que teve pelos meus tempos de vida e, mesmo nos momentos mais difíceis, por não ter desistido de mim nem me ter deixado para trás. Agradeço, os conhecimentos que me transmitiu e que me permitiram ter um olhar psicológico sobre uma realidade tão pragmática e tão pouco estudada na literatura como os procedimentos e normas nos Lares de Infância e Juventude.

Um forte agradecimento ao Dr. Serafim Araújo, meu amigo e Diretor Técnico das Oficinas de S. José e ao Doutor Ricardo Peixoto, meu amigo de infância, pela amizade e disponibilidade sempre demonstradas.

À Sónia e à Docília, colegas de Mestrado, que sempre me motivaram e deram confiança para terminar este estudo.

Por último, mas igualmente muito importante, um Obrigada ao jovem que expondo a sua vida aceitou participar neste estudo, à mãe entrevistada pela sua autenticidade, ao Dr. Edson, Técnico Superior de Serviço Social e Educador das Oficinas de S. José e à Dr.^a Mafalda, Psicóloga das Oficinas de S. José pela abertura e sinceridade com que responderam às questões que lhes foram lançadas apesar de saberem que estariam sujeitos a observações de melhoria.

RESUMO

A presente investigação teve como principal objetivo a percepção das dinâmicas de acolhimento e de integração dos menores num Lar de Infância e Juventude com vista a aferir os procedimentos e as normas seguidas pelo mesmo, para assim compreender que medida o Lar observado está adaptado para levar a cabo a sua missão.

Tendo em vista o objetivo mencionado, levamos a cabo um estudo de caso num lar de infância e juventude que funciona em regime de IPSS (Instituição de Solidariedade Social,) tendo sido efetuadas entrevistas semiestruturadas através das quais se visava conhecer os aspetos mais salientes da realidade observada, através da reflexão sobre a experiência de quem a vivencia/vivenciou, como é o caso dos jovens acolhidos, familiares e dos técnicos que os acompanham.

A temática abordada no presente estudo exploratório carece de desenvolvimento científico dado que são ainda escassos os estudos desenvolvidos sobre a mesma. Por esta razão existem ainda muitas questões a responder sobretudo no que diz respeito ao enquadramento das práticas de acolhimento no nosso país.

No entanto, e tal como podemos concluir, as dinâmicas de acolhimento estão cada vez mais próximas do desejável *Family Like Environment* de onde sobressai a valorização da geratividade, da criação de laços e de valor emocional que a Teoria Relacional Simbólica sustenta.

Palavras-Chave: Acolhimento, Lar de acolhimento, Menores, Dinâmica de Intervenção, Família.

ABSTRACT

The main goal of this research project is to understand the dynamics of reception, integration of the child in a foster home and to understand the younger project's life in these places. Additionally, it seek to know the programs of family and community reintegration taking into account the development of the young people that integrate them.

The object of this study is the diagnosis of an institution that adopts children in regard to procedures and intervention standards followed by the institution. We intend to appreciate the extent to which the organization is adapted, in terms of procedures and standards, to ensure the best interests of children and young people.

To carry out this exploratory study, we will elaborate semi-structured interviews designed to know the most salient aspects of this reality, through the reflection on the experience of those who experience it, as in the case of institutionalized youths, their relatives and the technicians that follow them.

Therefore, the work we will develop combines the qualitative (descriptive and interpretative) research documentary with the interview technique.

There are few studies in this area and answers to arose questions have not yet obtained conclusive answers. It is important to question about this problem that has not been properly studied in Portugal.

Despite that fact, and as we conclude, the dynamics of foster hosting are increasingly closer to the desirable *Family Like Environment* as the generativity and emotional ties bonding are being privileged in the performance of professionals working in the foster institutions.

Keywords: Refuge, Foster Home, Minors Intervention Dynamic, Family.

ÍNDICE

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
1 O Modelo Relacional-Simbólico	5
2 Os Lares e o Acolhimento.....	7
2.1 O Acolhimento na Europa e em Portugal	12
3 Realidades familiares dos menores em situação de acolhimento	17
4 Principais motivos do acolhimento.....	21
5 Impacto do acolhimento em crianças e jovens	24
6 Principais características de um Lar de acolhimento de menores de qualidade	33
7 Os Centros de Acolhimento Em Portugal.....	41
II Enquadramento e Contextualização Metodológica do Estudo.....	53
1 Identificação do Problema	53
2 Questão de investigação.....	54
3 Definição dos Objetivos	55
3.1 Objetivos Gerais	55
3.2 Objetivos específicos.....	56
4 Desenho do estudo – Investigação Qualitativa	56
5 Amosta e Participantes.....	59
6 Instrumentos.....	61
6.1 Questionário Sociodemográfico	61
6.2 Entrevista	62
7 Procedimentos éticos de recolha e análise dos dados.....	63

8	Apresentação e discussão de resultados	65
8.1	Caraterização das Oficinas de S. José	65
8.2	Análise de Conteúdo – Apresentação dos Resultados	72
8.3	Discussão dos resultados	88
	Conclusão	111
	Limitações	116
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
	Anexos	128
	Anexo A. Autorização para investigação	128
	Anexo B. Consentimento informado	129
	Anexo C. Questionário sociodemográfico	131
	Anexo D. Guião das Entrevistas	133
	Anexo E. Tabelas geral codificação	138

Índice de Quadros

Quadro 1: Caracterização das Famílias	67
Quadro 2: Tipologia de estruturas familiares	68
Quadro 3: Situação Profissional	68
Quadro 4: Média de Idade dos pais	68
Quadro 5: Áreas de proveniência.....	68
Quadro 6: Caracterização Crianças e Jovens em função da idade.....	69
Quadro 7: Caracterização crianças e jovens e tempo de permanência	70
Quadro 8: Caracterização da Equipa Educativa	70
Quadro 9: Caracterização da Equipa Técnica.....	71
Quadro 10: Caracterização da Equipa de apoio.....	72

Índice de tabelas

Tabela 1: Categorias de primeira, segunda e terceira ordem. Acolhimento de menores, procedimentos e normas nos Lares de acolhimento de menores.....	73
Tabela 2: Tabela geral de codificação	138

Glossário de Abreviaturas e Siglas

AL. - Alínea

ART. - Artigo

CAT – Centro de Atendimento Temporário

CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

CPCJP – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CNPCJRP – Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e em Perigo

DEB – Departamento de Educação Básica

DEC. - Decreto

DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

MCJvv – Manual de Crianças e Jovens vítimas de violência

MRS – Modelo Relacional Simbólico

OTM – Organização Tutelar de Menores

PSEI – Plano Socioeducativo Individual

REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

RSI – Rendimento Social de Inserção

SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

UCP – Universidade Católica Portuguesa

UM – Universidade do Minho

UNICEF – United Nations Children's Fund

INTRODUÇÃO

Gênero, gerações e linhagem; confiança, esperança e justiça; dádivas, deveres e dívidas; afeto, responsabilidade e geratividade; valores, segredos e objetivos; transmissões e transições: são assim as famílias! (Cigoli & Scabini, 2006).

As famílias são o enfoque principal do estudo que agora apresentamos. É certo que se trata de um estudo que tem o claro objetivo de perceber quais as dinâmicas que são postas em prática nos Lares de acolhimento de menores, e é certo também que serão os Lares e todas as questões que se colocam em torno do acolhimento que conduzirão o trabalho de investigação que vai ser apresentado. Mas a nossa meta são as famílias. Os Lares e o acolhimento são o caminho que decidimos percorrer para entender melhor as famílias e, com elas, entender melhor os Lares, as suas metodologias e a importância que têm no contexto social e, principalmente, o caminho que devem percorrer no sentido de integrarem o *Family Like Environment* nos seus procedimentos.

O mapa da caminhada que vamos levar a cabo foi desenhado pelos investigadores italianos Cigoli e Scabini (2006) e chama-se Teoria Relacional Simbólica. O nosso mapa vai ser também o elo de ligação entre as ideias de família e de Lar de Infância e Juventude que expressamos nos parágrafos anteriores.

Cigoli e Scabini (2006) disseram que se pode dividir com facilidade um pequeno galho em duas metades mas que é impossível partir ao meio um molho de galhos. E isso, para estes autores, é o que a família é. Na união, por muito pequenos que sejam, os galhos mantêm-se fortes mas um galho sozinho, mesmo que maior que aqueles que estão juntos, parte com muita facilidade. Para sustentar e reafirmar a força dos galhos unidos os autores da Teoria Relacional Simbólica dizem que as famílias são muito mais do que a premissa biológica e da linhagem, elas são, principalmente, história. A forma como as famílias constroem a sua história coletiva, e de cada indivíduo em particular, está diretamente relacionada com outros conceitos que os autores trazem a debate e que explica as famílias e a sua importância: a dádiva. As famílias dão tempo aos seus, dão emoções, dão energia, dão o amor incondicional, cuidam, sobretudo os pais, dando a cada instante tudo o que os filhos pequenos precisam. As dádivas da família não são, no entanto, gratuitas já que os pais vêem os filhos não como recipientes do amor e do tempo que lhes dedicam mas sim como depósitos dessas ofertas, depósitos no sentido

bancário do termo, ou seja recetores que um dia vão pagar os juros daquilo que receberam e guardaram. Trata-se de um pagamento futuro natural e que já não terá retorno para os pais mas sim para os filhos que virão. Esta retribuição está diretamente ligada à ideia de geratividade que, na Teoria Relacional Simbólica, é assumida como um valor, um compromisso social e não uma comodidade.

De um certo ponto de vista estas ideias de geratividade e de obrigação são ideias simples pois são os valores que são ensinados à criança e que reforçam a ideia da família na realidade social. A importância da família na sociedade.

O impacto da teorização sobre as famílias que o Modelo Relacional Simbólico desenha pode ser muito importante na compreensão das famílias e da sociedade e até mesmo de alguns fenómenos que se vêm registando e que derivam da necessidade de acolhimento dos menores. A verdade é que a teoria tem vindo a suplantar a moral no que toca à interpretação dos contextos sociais. Os divórcios, por exemplo, são cada vez mais aceites, porque a ideia de casamento mudou. O casamento, agora, é entendido como um contrato que deve cessar quando uma das partes, ou as duas partes, já não obtém satisfação, e as suas raízes sociais, religiosas e morais tendem a desaparecer. Ora nesta perspetiva de mudança de postura social da família e do compromisso que esta tem perante os filhos é plausível considerar que o mesmo se possa suceder com os menores (Cigoli & Scabini, 2006). É pertinente colocar a questão das alterações de interpretação e de responsabilidades face à parentalidade, uma vez que os resultados destas considerações podem ajudar a perceber as dinâmicas a empreender junto das famílias dos menores acolhidos com vista à recuperação da célula social onde aquele menor nasceu, onde tem a sua história e raízes.

Partimos então do referencial teórico que resulta do trabalho de Cigoli e Scabini (2006) e consideramos também o facto de que, em Portugal, se tem vindo ao longo dos anos a empreender uma política de promoção e de integração das famílias no trabalho realizado nos Lares de acolhimento, tal como verificamos No Lar de Infância e Juventude que nos acolheu para a realização do Estudo de Caso. Contudo, tendo em conta a escassez bibliográfica acerca de trabalhos que incidam nas formas e nos procedimentos a levar a cabo com vista à realização deste objetivo, entendemos empreender um estudo que colocasse em destaque a importância da família e o levasse também para os Lares.

Para tal realizamos um Estudo de Caso num Lar de Infância e Juventude com vista a aferir os seus modos de atuação, as suas dinâmicas e objetivos. Visamos

perceber qual o papel de “família” que pode ali ser identificado. Aferir de entre o conjunto de atributos usados por Cigoli e Scabini (2006) para definir estas importantes estruturas sociais, quais os que se podem transportar para o contexto do acolhimento e quais os que falham, os que só podem mesmo ser vividos em família.

Tal como veremos no aporte teórico que perfaz a primeira parte do nosso estudo, o Lar de acolhimento deve intervir quando família apresenta dificuldade em alguma das suas funções e os menores são colocados em risco. Tentaremos então perceber porque é que as famílias encontram dificuldade em realizar a sua identidade e em que medida, como e por quem, devem ser acompanhadas com vista à resolução dos problemas.

No âmbito dos Lares, que constituirão o foco de todo o aporte bibliográfico que trouxemos a estudo, explanámos o contexto do acolhimento no ambiente internacional e nacional e quais os principais motivos expostos na literatura para o acolhimento de menores em Portugal. Expusemos também o que é um Lar de Infância e Juventude e qual o meio socioeconómico donde provêm os menores, dando ainda especial atenção à questão que se relaciona com a exploração das dinâmicas do Lar.

Na segunda parte do presente estudo exploratório, que corresponde à metodologia, começamos por descrever as características do mesmo, que se enquadra no contexto empírico da investigação qualitativa e que tem por base um estudo de caso. Realizamos uma descrição da amostra e dos instrumentos usados, a entrevista semiestruturada e tecemos também a descrição dos aspetos ligados à análise de dados, validação dos mesmos e da deontologia adotada.

A apresentação de dados, os resultados e a discussão dos mesmos após análise das entrevistas realizadas ao diretor do LIJ, a um Educador, a uma Psicóloga, ambos funcionários do Lar, a uma mãe de menores em acolhimento e a um menor acolhido, são apresentados no capítulo seguinte.

No âmbito da realização desta primeira abordagem deparamo-nos com uma dúvida etimológica que consideramos pertinente e nos levou a subscrever a presente nota dado que em vários estudos abordados a “instituição” se apresenta como palavra sinónimo de “Lar” e a palavra “institucionalização” parece apontar para o significado de acolhimento. Sendo certo que a entidade onde realizamos o estudo de caso se designa oficialmente como Lar de Infância e Juventude, não podemos ignorar que a legislação atual, nomeadamente a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, cuja redação inicial remete para a data de 1 de Setembro de 1999 e que foi alterada pela Lei n. 31/2003 de 22 de Agosto. Neste enquadramento os Lares de Infância e Juventude são

apresentados como uma das respostas sociais do sistema nacional de acolhimento para crianças e jovens em perigo. As restantes respostas são as Unidades de Emergência; As Casas de Acolhimento de Emergência; os Centros de Acolhimento Temporário; os Centros de Apoio à Vida ou Lares Residenciais e os Apartamentos de Autonomização.

A diferença mais significativa entre o Lar de Infância e Juventude, a que nos remetemos no contexto geral do estudo, e as restantes respostas de acolhimento previstas remete para o tempo em que se desenvolve a resposta social e para as dinâmicas de atuação de cada uma das respostas e, nesse enquadramento a terminologia que entendemos mais correta para usar ao longo do presente estudo será a de Lar e a de acolhimento. No entanto, e sobretudo no âmbito da abordagem teórica, alguns autores estudados reportam-se aos termos instituição e institucionalização entendida na sua generalidade. Porém, se olharmos para esta realidade do ponto de vista da perspetiva do acolhimento em pequenos grupos, semelhantes ao ambiente familiar, à qual faremos referência no presente estudo e também tendo como Lar de estudo as Oficinas de S. José que, na sua intervenção procuram, cada vez mais e apesar de todas as limitações, incorporar o *Family Like Environment* na sua intervenção, faz-nos sentido manter as denominações de Lar e de acolhimento ao longo do nosso estudo. Por sua vez, o termo Instituição, e seu derivados, têm a si associados uma carga depreciativa e estigmatizante levando a que tenhamos assumido a posição exposta.

I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1 O Modelo Relacional-Simbólico

O Modelo Relacional-Simbólico, tal como referem Cigoli & Scabini (2006), debruça-se sobre “o estudo e a compreensão das relações familiares e a qualidade dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros” (Cigoli & Scabini, 2006, p. 28). Ainda segundo os autores citados, este modelo, que constitui o enfoque empírico do estudo que agora apresentamos, contextualiza-se na “matriz geracional da pessoa, que se desenvolve através de modelos de transmissão familiar (nome, bens e património) e da transferência entre as gerações (valores, crenças e esperanças)” (Cigoli & Scabini, 2006, p. 65), ou seja, tem por base a ideia de que o sujeito é um ser ativo, portador de uma história única que lhe sustenta o presente e perspectiva o futuro.

O modelo relacional simbólico descrito por Cigoli e Scabini (2006), parte do pressuposto de que a relação é algo que não se desvela de imediato mas que vai acontecendo por meio de manifestações importantes em que nos momentos de transição se criam ligações e vínculos entre os membros da família. Nesta relação interfamiliar está imbuída a história e a identidade de cada família, numa ligação muito estreita com a cultura e a sociedade a que a família pertence, com os seus valores e rituais e com os próprios modelos de relação familiar.

De acordo com Cigoli e Scabini (2006) o modelo relacional simbólico baseia-se em três princípios essenciais: o princípio Organizacional, que enquadra as noções de género, das gerações e das estirpes familiares; o princípio Simbólico, que se relaciona com o pólo ético e afetivo das relações, e o princípio Dinâmico, onde encontramos a noção de Dom e Débito nas relações familiares.

Os pólos afetivo e ético, fundamentados através de princípios como a confiança, a esperança, a justiça e a lealdade, são a base de todos os processos de mediação dos conflitos familiares. Neste sentido, é através dos sentimentos de confiança e de esperança entre os membros da família que surge a base da relação social e das ações cooperativas, muito em especial os aspetos relacionados com o perigo e a renovação do vínculo.

No que diz respeito ao pólo ético, este refere-se às categorias de justiça e lealdade e define-se pelos aspetos relacionados com a ética a qual regula a distribuição dos recursos e dos dons (bens patrimoniais, estatuto, carácter hereditário, afetos, valores, entre muitos outros).

Ao falar do Modelo relacional simbólico Cigoli e Scabini (2006) usam a terminologia “horizonte” e afirmam que este se traduz numa tentativa de “colocar na mente” (Cigoli & Scabini, 2006, p. 7) a necessidade de construir um paradigma que ofereça pontos e linhas úteis, capazes de ajudar a organizar a investigação sobre as relações familiares e as intervenções a efetuar sobre essas mesmas relações de família, tanto em termos clínicos como em termos sociais (Cigoli & Scabini, 2007).

Segundo estes autores o simbólico, nas famílias, é aquilo que faz referência ao conjunto de relações que tanto ocorrem no seio familiar particular como nos relacionamentos que os vários elementos das famílias desenvolvem externamente. São estes relacionamentos que ligam e unem os elementos das famílias mas é também a partir deles que pode surgir todo um conjunto de confrontações e dificuldades entre o casal, entre o casal e os filhos ou entre outras estruturas familiares. O conflito é assim entendido como algo inerente às relações dos seres humanos que vivem em contexto familiar e em comunidade e por isso o Modelo Relacional Simbólico também apresenta uma caracterização da família como uma estrutura dramática onde o choque e o conflito podem ocorrer.

A Família remete-nos para fenómenos amplos, dinâmicos e muitas vezes conotados negativamente, sobretudo com sentimentos de privação de falta (Cigoli & Scabini, 2006). Nesta asserção que os autores do Modelo Relacional Simbólico fazem acerca da família importa salientar que os referidos sentimentos de privação e de falta são registados quando o indivíduo que deles padece é afastado da família, mesmo esta sendo um lugar de conflitos e confrontos. Os autores sustentam ainda que esta negatividade é corroborada pela “investigação científica mais avançada” (Cigoli & Scabini 2006. P. 44).

De facto esta base dramática que tem origem na família está fundamentada na confrontação diferença-semelhança e na transmissão geracional que tem sustentação na lei, na lei do grupo, da linhagem e na lei institucional de cada Estado ou País.

De acordo com este modelo, a família é a

Primeira forma social de relação consigo e com as gerações (vínculos de filiação e vínculos intergeracionais) juntando uma outra função cultural e social originária que integra uma estrutura relacional simbólica) que permite ao indivíduo apresentar-se e ser reconhecido perante o novo, o ambiente externo (não familiar) (Cigoli & Scabini, 2000, p.7-8)

Consistindo também:

Numa estrutura organizadora de relações que conecta e vincula entre elas as diferenças originais e fundamentais do ser humano, aquelas de gêneros (masculino e feminino), entre gerações (quem gera e quem é gerado) e entre estirpes (a genealogia paterna e materna) e que tem um objetivo intrínseco: a geratividade¹. Esta tem como fim subordinado a geração de mentes-pessoas e a sua oferta ao mundo das relações sociais. Portanto, a relação familiar entende-se como o signo específico do humano. (Cigoli & Scabini, 2006, p.29).

De acordo com este modelo, a família é o cerne de todas as relações e a base para estruturação e o desenvolvimento de qualquer indivíduo e é com base no que ele preconiza que alguns autores, tal como Gomes (2010) defendem que “a família desempenha uma função fundamental que deve ser valorizada, nomeadamente, a função educativa e de socialização nas diferentes fases de desenvolvimento da criança, promotora de autonomia e de integração social adequada” (2010, p. 17). Por conseguinte, considera-se que a família de origem, quando tem competências para uma transgressão e para a reelaboração da sua história de forma a permitir a reintegração dos seus membros de forma equilibrada e construtiva com uma definição clara das hierarquias dos papéis evitando assim as dinâmicas relacionais demasiado fusionais, deverá ser alvo de uma intervenção integradora e eficaz.

2 Os Lares e o Acolhimento

Todas as crianças enfrentam dificuldades ao longo do seu processo de crescimento, que se constituem como obstáculos inevitáveis que ocorrem mesmo que os progenitores e as escolas cumpram a preceito com as suas obrigações. Em face desta realidade, Rodrigues (1997) chegou mesmo a afirmar que “crescer é para a criança uma tarefa difícil e por vezes infeliz, devido à sua falta de experiência” (Rodrigues, 199, p. 551).

Cientes desta realidade somos levados a concordar com o autor referenciado e a afirmar que todas as crianças são vulneráveis e suscetíveis de vivenciarem experiências menos boas, mas algumas crianças, dadas as especificidades dos contornos em que crescem e dos contextos sociais em que estão envolvidas são expostas a dificuldades maiores do que a generalidade enfrenta. São colocadas perante obstáculos que não conseguem ultrapassar sozinhas e que as suas referências sociais, nomeadamente a família, os pares e a escola também não têm capacidade para enfrentar.

¹Geratividade é “o fruto de uma relação complexa e nada linear entre diferenças radicais como as diferenças entre gêneros, gerações e estirpes e consiste no desejo de dar origem a uma nova vida e de cuidá-la, incentivando o desenvolvimento das gerações e comprometendo-se a transmitir os valores que são o que dá significado e esperança à vida (geratividade social)” (Cigoli e Scabini, 2007, p. 72 e 77).

Assim, antes de prosseguirmos com a nossa exploração bibliográfica consideramos importante definir o conceito de Menor/criança/jovem no âmbito da legislação. Assim o Menor é, segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99 “A criança ou jovem com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos” (al. A, art. 5º). Por sua vez, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (LPCJP), veio proporcionar uma nova abordagem à proteção e promoção da situação das crianças e jovens em perigo, que até esse momento não dispunham de uma lei que as protegesse de uma forma tão alargada como a prevista neste normativo. Assim, foi considerado que a criança ou o jovem se encontra numa situação de perigo quando:

a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) está sujeita a maus-tratos, físicos ou psíquicos, ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados necessários à sua idade; d) é obrigada a trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade; e) está sujeita a comportamentos que afetam a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) entrega-se a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, ou quem tenha a guarda da criança se oponham de modo adequado a essa situação. (nº2, art. 3º).

Quando tudo falha e os problemas persistem os menores têm de ser protegidos através de Medidas de Promoção e Proteção existentes no sistema nacional de proteção de crianças e jovens em perigo.

As Medidas de Promoção e Proteção são “a providência adotada pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelos tribunais (...) para proteger a criança e o jovem em perigo” (al. E; art. 5º). No contexto das Medidas de Promoção e Proteção em Portugal temos as Medidas em Meio Natural de Vida e as Medidas em Regime de Colocação. Assim, as Medidas em Meio Natural de Vida são “o apoio junto dos pais, apoio junto de familiares significativos, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida” e as Medidas em Regime de Colocação são “o acolhimento familiar e o acolhimento em instituição” (Lei 147/99; nº 1, art. 35º).

Para o presente estudo a Medida de Promoção e Proteção sobre a qual nos iremos versar é o “Acolhimento em Instituição”. No contexto do “Acolhimento em Instituição” a Lei 147/99 de 1 de Setembro contempla as Estruturas de curta duração e de acolhimento prolongado. Estas estruturas estão sujeitas a uma dotação orçamental, que nem sempre é a mais desejada por causa da escassez de recursos. Por vezes, fazer face a todas as necessidades de bem-estar das crianças e jovens acolhidos torna-se uma tarefa financeira bastante complicada.

Em Portugal podemos destacar uma rede de centros de acolhimento temporário e de emergência, que triplicaram entre os anos de 1995 e 1999, os quais se encontram ligados ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O acolhimento de emergência tem como finalidade assegurar, por um período não superior a 48 horas, as necessidades básicas das crianças e dos jovens em perigo os quais são acolhidos em Centros de Acolhimento Temporário onde são recebidos por uma equipa de acolhimento de emergência.

Ao nível das estruturas de curta duração, Centros de Acolhimento Temporário que têm um prazo de acolhimento “não superior a seis meses” excetuando as situações em que se prevê o regresso à família ou enquanto é realizado o diagnóstico da situação da criança/jovem e definido o encaminhamento subsequente. (Lei 147/99; nº 2, art. 50º) Ao nível das Medidas de Promoção e Proteção de Acolhimento de Longa duração temos os Lares de Infância e Juventude sobre os quais versam o nosso estudo. O Lar de Infância e Juventude “destina-se à criança ou ao jovem quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses” (Lei 147/99; nº 4, art. 50º).

Os Lares de infância e juventude deverão, segundo a LCPCJ, garantir a livre entrada e saída das crianças/jovens nos Lares (Regime Aberto), promover as visitas regulares dos pais ou representantes legais de acordo com as normas de funcionamento e regulamento interno de cada um dos Lares (Lei 147/99 de 1 de Setembro). Cada um destes Lares deverá assegurar o cumprimento do “Superior Interesse da Criança/jovem” através da prossecução de objetivos de qualidade: a) Assegurar alojamento; b) Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças/ jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível das de uma estrutura familiar; c) Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal na comunidade, promovendo o acompanhamento terapêutico; d) Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem, ou noutra medida em meio natural devida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais, com vista à sua gradual autonomização (Gomes, 2010).

Porém, as perspetivas acerca dos Lares são múltiplas. Assim, no entender de Fonseca (2004) o Lar é um local onde os menores passam “a cumprir atividades com horários rígidos, escalonadas e encadeadas, impostas por um conjunto de regras cujo

cumprimento é supervisionado por agentes institucionais a essa tarefa exclusivamente votados. Atividades objetivos” (Fonseca, 2004, p.17).

Os Lares caracterizados tanto por Fonseca (2004), divergem dos Lares de crianças e jovens que constituem o foco do presente estudo, pois estes Lares destinados ao acolhimento de crianças e jovens que têm por motivo de integração algum fator que radica do núcleo familiar. São crianças/jovens em situação de acolhimento que não estão num regime fechado nem inseridos num programa de disciplinarização em resposta à prática de atos de criminalidade.

Para Sloutsky (1997) as características que melhor definem o contexto de acolhimento residem no facto de o Lar representar a morada, a residência, de crianças e de jovens e o local de trabalho dos funcionários que zelam pelo funcionamento da estrutura. Sandomingo (1998) também considerou a temática do acolhimento e avançou uma definição que parece estar mais próxima dos Lares que constituem o cerne do nosso estudo. Para este autor as estruturas destinadas ao acolhimento de crianças e jovens são criadas por iniciativa pública ou privada para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitam de ser separadas temporariamente do seu núcleo familiar, e para as quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos (Sandomingo, 1998, p.71).

A definição de Sandomingo (1998), mais abrangente do que as mencionadas atrás, contempla diferentes problemáticas que podem levar ao acolhimento como os maus-tratos, a delinquência, o abandono, entre outras.

No contexto da temática que temos vindo a abordar importa ainda frisar que os Lares e os processos de acolhimento, para além das múltiplas interpretações que podem ter, são também considerados em função dos objetivos e dos indivíduos a que se destinam, sendo que, neste caso em concreto, abordamos o tema considerando os Lares de acolhimento de crianças e jovens.

Sob o ponto de vista da população atendida, Sandomingo (1998) divide os os equipamentos que atendem crianças e jovens em dois grandes grupos, em que um visa acolher as crianças/jovens que se encontram em situação de desproteção social e o outro tem a ver com os indivíduos que se encontram em situação de conflito social. Para cada um destes grupos a classificação de Lar acolhedor é diferente. No primeiro caso Sandomingo (1998) fala do Lar que tem por função a garantia do desenvolvimento normal e harmonioso dos menores quando estes não têm uma família que os acolha ou

quando não se regista a construção de vínculos paterno-filiais adequados. No segundo caso o autor refere-se aos Lares que acolhem menores que estão sujeitos a medidas de coação determinadas pelos Tribunais em resposta a comportamentos desviantes.

Martins (2004) fala ainda na possibilidade de classificar e definir os lares em função das dimensões de cada um, apontando assim o facto de poderem ser macro-estruturas, onde normalmente se incluem várias valências, ou residências pequenas, mais próximas da configuração familiar.

A propósito da dificuldade de apresentar uma definição concreta para os termos acolhimento e Lar, Alberto (2003) sublinha a ideia de que cada Lar “é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afetos, projetos, passados e presentes e futuros próprios” (Alberto, 2003, p. 242), ou seja, cada Lar tem um identidade própria que não se repete e a dota de individualidade.

Apesar disso existe um fator comum a todos os Lares de acolhimento de crianças e jovens que é o facto de se tratar de estruturas de acolhimento que visam desempenhar uma função assistencialista. Assim, estas têm em comum algumas características identificadas por autores como Siqueira e Dell’Aglia (2006) e Nelson, Zeanah, Fox, Marshall, Smyke e Guthrie (2007), tais como o atendimento mais ou menos padronizado; o facto de um mesmo cuidador ter a seu cargo mais do que uma criança, e de terem que desempenhar várias funções no âmbito da profissão de cuidadores; a fraca estimulação sensorial, cognitiva e linguística das crianças; as rotinas rígidas e iguais para todas as crianças e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo. No âmbito das características comuns a todos os Lares de acolhimento, Altoé (1990) deu conta do facto de, em todas elas, a satisfação das necessidades afetivas das crianças ser muito ténue, mesmo inexistente e Bronfenbrenner (1996) também havia referido a estigmatização social, ou seja, o valor pejorativo e depreciativo que resulta das interações entre grupos de risco e que pode levar à criação de uma identidade institucional, que poderá, em último caso, evoluir para uma identidade delinquente.

A opinião de Bronfenbrenner (1996) é partilhada por Santana (2004) que afirmou que “a criação de instituições e programas específicos para crianças e adolescentes em situação de rua pode ser considerada uma prática que reforça a estigmatização e os preconceitos contra esta população” (2004, p.34).

Importa ainda salientar o facto de que o acolhimento de crianças e jovens está sujeito a um contexto legal que visa, em última instância, garantir o superior interesse dos menores e que tem inspiração nos normativos dos Direitos da Criança, conforme

sustenta Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e de Reabilitação, que assina a nota de abertura do documento “Recomendações técnicas para equipamentos sociais, Centros de Acolhimento Temporário”, publicado em 2010.

A integração da criança ou do jovem em estrutura de acolhimento, em conformidade com a lei, acontece sobretudo por uma de duas razões, ou porque a criança ou jovem cometeu um delito, ou porque se considera que a criança está em perigo. Tal como Peres e Gonçalves (2006) lembram, não só a lei mas também as medidas aplicadas são distintas entre os dois grupos, bem como as finalidades da intervenção.

Para o caso das crianças ou jovens que foram vítimas de maus tratos aplica-se, normalmente, o acolhimento em Lar que, tal como descreve o artigo 49 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, consiste na colocação da criança e/ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhe proporcione condições que permitam a sua educação, bem - estar e desenvolvimento integral (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, art. 49.º).

O acolhimento em Lar em Portugal pressupõe a assunção das responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte dos lares de crianças e/ou jovens que acolhem. Estas responsabilidades, implicando a assunção de responsabilidades das famílias de origem, incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde) quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e características de personalidade. (CNPCJR, 2000, p. 21).

Os Lares para Crianças e Jovens procuram ultrapassar, dentro de uma dinâmica que lhes é própria, as dificuldades da educação parental proporcionando condições semelhantes às da família de origem.

2.1 O Acolhimento na Europa e em Portugal

Na sociedade ocidental o acolhimento residencial de crianças tem uma longa tradição, até porque há muitos séculos, desde a antiguidade Grega, as sociedades foram

desenvolvendo meios com vista a prestar cuidados às crianças que por alguma razão se viram desamparadas dos seus núcleos familiares originais (Rosenfeld, Pilowsky, Fine, e Thorpe, 1997).

Após um longo percurso histórico de implementação de respostas sociais com vista à proteção das crianças, atualmente, os países europeus parecem ter encontrado um caminho de partilha de tendências sendo que o que os distingue no âmbito dos processos de acolhimento em situações de risco são os ritmos das transformações, tal como sustentam McDonald, Allen, Wersterfelt, e Piliavin (1996).

Segundo afirma Taylor (2004) a situação das crianças e dos jovens inseridos no sistema de proteção a nível europeu já tem um lugar de destaque nas agendas políticas e governamentais, mas alguns autores, entre os quais Casas (1998), contrariam esta ideia sublinhando a opinião de que esta problemática social ainda não reúne a atenção de todas as vertentes das sociedades sendo mais entendidas como uma questão de foro pessoal do que, propriamente, como um assunto de responsabilidade coletiva.

Por outro lado, e tal como apontou Taylor (2004), o destaque que tem vindo a ser dado à necessidade de proteger as crianças vulneráveis parece estar em pé de igualdade com o acentuar das políticas de endurecimento do combate ao crime, uma vez que a mediatização e a politização do fenómeno da criminalidade juvenil levaram a que esta seja considerada uma preocupação nacional, sobretudo nos países industrializados (Taylor, 2004).

2.1.1 Portugal – Histórico e diplomas normativos

Uma vez observado o panorama internacional devemos tomar consciência do panorama nacional. O histórico dos lares em Portugal tem início no século XVIII, altura em que a conceção da sociedade sofre importantes alterações. Neste contexto, surgem lares religiosos que tinham como finalidade recolher crianças que as famílias não quisessem ou não pudessem criar (Amado, Ribeiro, Limão e Pacheco, 2003).

Em Portugal, no ano de 1783, surgem os primeiros lares oficiais de acolhimento de crianças e as mesmas têm fundamento histórico na denominada Roda dos Expostos que já existia no nosso país desde o século XII. A Roda dos expostos, também apelidada de roda dos abandonados, era um mecanismo que permitia que as crianças fossem abandonadas do lado de fora de um edifício e que, ao toque de uma sineta, essa mesma roda girasse e a criança fosse acolhida dentro do edifício sem que se pudesse ver quem abandonou o bebé. Naquele tempo as crianças abandonadas eram então bebês e os

motivos do abandono prendiam-se com razões de pobreza e incapacidade de criação mas, principalmente com o facto de ser esta a única solução para o problema da infidelidade conjugal e dos filhos ilegítimos. Perante a propagação do fenómeno de exposição de crianças Pina Manique, assinou uma Ordem Circular da Intendência Geral de Polícia, a de 24 de maio de 1783, através da qual obrigava ao estabelecimento de uma casa da roda em todas as vilas portuguesas e criou as bases da sua administração determinando as regras da exposição: silêncio, segredo e anonimato. Com esta medida o legislador garantiu condições para que a criança fosse abandonada num local seguro (Amado, Ribeiro, Limão e Pacheco, 2003).

Depois desta iniciativa e durante um longo período de tempo não se registaram grandes alterações à situação do acolhimento de crianças em Portugal até que em 1911 se promulgou a Lei de Proteção da Infância, que seria a primeira lei a ser publicada em Portugal que visava o bem-estar infantil. Por esta altura foi também criado o primeiro Tribunal Infantil, que então foi denominado de Tutorias de Infância.

Em 1924 foi publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração de Genebra, relativa aos Direitos da Criança, adotada pelas Nações Unidas em 1959 sob a designação de Declaração dos Direitos da Criança, e em 1989 como Convenção dos Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 1990 (Resolução n.º 20/90, da Assembleia da República, publicada no Diário da República n.º 211, Iª série, em 12 de Setembro de 1990) e que foi adotada por diferentes países como forma de defender aqueles direitos sendo ainda hoje considerada como um marco do estatuto da criança e das representações sobre a infância, enquanto categoria social.

Ao nível da legislação de proteção de criança e jovens, o primeiro grande marco a que já fizemos alusão é a Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911 e também a Organização Tutelar de Menores (OTM) (Decreto-Lei n.º 44 288, de 20 de abril de 1962, com a criação da Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores do Regime de Assistência Educativa – em substituição da Direção Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores), modificada em 1967 (Decreto-Lei n.º 47 727, de 23 de maio) e finalmente revista em 1978 (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, Processos tutelares cíveis, que veio a sofrer alterações em 1999). Embora tenham existido outras leis publicadas entre os anos de 1978 e 1999, estas não assumem relevo especial para este estudo, razão pela qual não as referimos. No ano de 1999 foi publicada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que veio substituir o

Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, posteriormente substituída pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto) e a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro).

A imputabilidade penal é estabelecida para o limite etário dos dezasseis anos e a idade mínima da intervenção tutelar educativa são os doze anos (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1999).

Por sua vez, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (LPCJP), para inibir estas situações de perigo da criança e do jovem, o artigo 4º menciona, tal como refere Ramião (2004), que a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, atendendo prioritariamente aos interesses e direitos da criança mas, simultaneamente, sendo dada prevalência às medidas que as integrem na família e levem os pais a assumir os seus deveres para com as crianças. (artigo 4º).

Neste sentido, as Comissões de Proteção de Menores sofreram alterações com a reforma de 1999 passando a chamar-se Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP) e fizeram da Lei n.º 147/99 o seu modelo de intervenção passando a ter como norma o “superior interesse da criança” razão pela qual o artigo 35º menciona que a função principal desta comissão é a de afastar o perigo em que as crianças ou jovens se encontram, proporcionando as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, e, por último, garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso. (artigo 35º)

Para além desta Lei, são instrumentos nacionais de proteção das crianças e jovens, a Constituição da República Portuguesa (1997, quarta revisão constitucional), a Declaração dos Direitos da Criança, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, de 18 de dezembro de 2000 – C-364/1) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJR – Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto).

De mencionar que a LPCJP teve como função salvaguardar os direitos das crianças, mas em especial daqueles cujos progenitores ou seus substitutos, se mostraram incapazes de protegê-los no que diz respeito à saúde ou à educação podendo mesmo chegar a colocá-los em risco.

Ao analisarmos a legislação relativa aos sistemas de proteção de menores deparamo-nos, ainda, com a publicação do Despacho n.º 8393/2007, de 23 de abril [Diário da República, 2ª série – n.º 90, de 10 de Maio], do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o qual afirma, no seu preâmbulo, que as crianças e jovens, quando

temporária ou definitivamente privadas do seu ambiente familiar, têm direito à proteção e atenção privilegiada do Estado, em obediência às normas e princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Convenção sobre os Direitos da Criança. (DR, 2.^a série, n.º 90, 2007).

Refere ainda o papel normativo desempenhado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades no que concerne ao complemento da ação direta do Estado junto das crianças e jovens em perigo, as quais têm assumido o acolhimento de curta duração em centros de acolhimento temporário ou prolongado (quando é inviável uma outra solução) ou em lares de infância e juventude. Para que tudo isto se torne possível, o Estado opta, conforme refere o normativo, pelo “fortalecimento técnico, organizativo e funcional dos lares de infância e juventude, numa aposta clara das competências técnicas dos recursos humanos deste s lares” (Despacho nº 8393/2007). Para além de tudo isto o Estado preconiza a concretização, em tempo útil, de um projeto de vida que promova a sua autonomização, após um acolhimento que, ainda que prolongado, lhes deverá garantir a aquisição de uma educação para a cidadania e, o mais possível, um sentido de identidade, de autonomia e de segurança, promotor do seu desenvolvimento integral. (Despacho nº 8393/2007).

Para dar sequência a estes pressupostos o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social celebra protocolos de cooperação com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas com a finalidade de dar corpo à criação de planos de intervenção.

Parte das sinalizações recebidas pelas CPCJ são solicitadas pelos próprios pais das crianças, correspondendo a 2.343 das denúncias, situação esta que pode significar que os pais sentem maior proximidade com as equipas das comissões ou simplesmente sentem fortemente a sua impotência para orientar os seus filhos. Não existem dados, que sejam do nosso conhecimento, que dêem resposta a esta questão. Porém, considera-se que atualmente se verifica uma ausência de transmissão intergeracional das hierarquias familiares e de limites bastante acentuada pois as famílias parecem não entender que é um dos grandes dons que podem transmitir aos seus filhos (Relatório Anual da Atividade das CPCJ, 2013). Apesar de tudo, as crianças não podem sentir-se à deriva como se não houvesse normas e como se ninguém tivesse o domínio na relação interpessoal, pois as crianças precisam que os pais assumam o seu papel de pais e que assumam todas as responsabilidades inerentes a esse papel. O papel da criança é

desafiar e o dos pais é impor limites, fazendo compreender quais as hierarquias do sistema familiar de forma justa e com toda a abertura e lealdade para com a criança, correspondendo ao pólo ético da relação familiar.

Ser pai não é apenas receber os dons que esse papel implica, mas torna necessário que se coloque na posição de débito de amar e educar aquela criança, promovendo um crescimento com confiança e esperança no futuro, correspondendo ao pólo afetivo.

Quando estes aspetos falham no contexto familiar, a integração em estruturas de acolhimento torna-se, para as crianças e jovens, o seu ambiente mais próximo sendo capaz de melhorar as suas vidas uma vez que se estabelecem novas interações pessoais com os seus cuidadores ou, ainda, dando início a um novo ciclo de vida capaz de contribuir para o seu crescimento psicológico através de atividades realizadas em conjunto (entre criança/criança e criança/funcionário) e que podem contribuir para o estabelecimento de uma trajectória de vida, incentivando novas competências (cognitivas, sociais e afetivas) (Brito e Koller, 1999).

Existem autores como Garbarino e Abramovitz (1992) que afirmam que os lares podem ser, ou não, factor de vitimização das crianças e jovens acolhidos uma vez que eles são o elo mais fraco de uma cadeia de interações que devem ser estabelecidas entre os seres humanos. Tal facto vai depender do comportamento dos diferentes intervenientes no processo bem como dos efeitos que podem exercer sobre as crianças e jovens (Cowan e Schulz, 1996).

3 Realidades familiares dos menores em situação de acolhimento

Face aos dados expostos podemos questionar-nos sobre qual a realidade familiar de onde provêm as crianças que são alvo de programas de acolhimento e quais os principais motivos desencadeadores dos processos que as conduzem a essa situação.

De acordo com Isabel Gomes (2010), as famílias das crianças que encontramos nos nossos lares são essencialmente caracterizadas por uma realidade onde existe algum dos seguintes fatores: pobreza geracional aliada a um baixo nível socioeconómico em que alguns pais foram vítimas de maus-tratos nas suas famílias de origem, pais com modelos educativos desadequados, doença mental dos progenitores, ausência de hábitos de trabalho e dependência económica dos sistemas de proteção social, antecedentes de criminalidade, hábitos etílicos ou consumo de estupefacientes e baixa escolaridade.

O Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir da Rede Europeia Anti-Pobreza (2015) refere que as principais realidades detetadas são a desestruturação familiar (55,8%) e a precariedade socioeconómica (47,4%) onde se integram as questões do alcoolismo e das debilidades psíquicas (MCJvv, 2015) No mesmo documento são ainda assinalados o isolamento social em relação a estruturas formais e informais de suporte, o desemprego, a instabilidade profissional e a dependência de apoios sociais e subsídios do Estado como fatores de risco para a ocorrência de situações de maus tratos.

Num estudo levado a cabo por Martins e Szymanski (2004), que teve como amostra um conjunto de dez crianças em situação de acolhimento com idades compreendidas entre os cinco e os oito anos, concluiu-se que os agregados de onde estas crianças eram provenientes se caracterizavam por uma sobrelotação habitacional com múltiplas e descontínuas figuras parentais, onde alguns dos membros do agregado não partilham de qualquer grau de parentesco ou consanguinidade, com dinâmicas familiares propiciadoras de grande tensão entre os seus membros e onde predominam as problemáticas do álcool, da prostituição, da miséria e da toxicod dependência.

Por sua vez, um outro estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos Territoriais do ISCTE para o Instituto de Segurança Social, I.P. (2005), que compreendeu uma amostra de vinte e cinco entrevistados com idades compreendidas entre os 16 e os 34 anos dos distritos do Porto, Viana do Castelo, Santarém, Évora e Lisboa, com um nível de escolaridade entre o 8º ano até à licenciatura, com um período médio de acolhimento de 11 a 15 anos, foi determinado que as características mais proeminentes nas famílias são a dissociação familiar, o desemprego, a precariedade no trabalho, as carências profundas e a baixa escolaridade dos elementos constituintes dos agregados familiares.

O relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens relativo a 2013, descreve que os familiares das crianças referenciadas apresentam níveis de escolaridade baixos sendo que, de acordo com os mesmos dados, 8% dos pais não têm qualquer grau de escolaridade e 28% têm o 1º ciclo sendo que apenas 3% têm formação superior. O mesmo relatório adianta que se trata de famílias onde os índices de alcoolismo, de doença mental e física são elevados, bem assim como a toxicod dependência.

No contexto caracterizador das famílias importa destacar uma terminologia que tem vindo a ser abordada e estudada desde a década de 50 do século passado e que reporta para a definição de famílias onde subsiste mais do que um dos problemas

identificados, trata-se das famílias multiproblemáticas (Mazer 1972), entendidas por Weizman (1985) como aquelas famílias onde se regista a presença de um ou mais sintomas acima referidos, entendidos como sérios e graves de longa duração e forte intensidade.

Linares (1997) também avaliou a questão das famílias multiproblemáticas no seio de uma mesma família referindo que estas podiam ser descritas como conjuntos familiares em que os sintomas individuais, múltiplos e variados, assumem um papel secundário face ao sintoma familiar geral que é a tendência para o caos e a desorganização. De acordo com Suárez, Muñoz, Gomes & Santelices (2009) as famílias multiproblemáticas apresentam uma polissintomatologia e crises sucessivas, são também caracterizadas pela desorganização estrutural e comunicativa, pela tendência ao abandono das suas funções parentais e isolamento social. Walsh (2004) refere que esta polissintomatologia caracteriza-se pela presença de problemas múltiplos de grande complexidade e gravidade, com mais de um portador de sintomatologia e episódios frequentes de crises individuais e familiares.

O conceito de famílias multiproblemáticas é um conceito próximo da *família complexa* descrita por Scabini e Iafrate (2003), que se destaca pela vivência simultânea de vários eventos críticos dentro do ciclo de vida da família. Os eventos que caracterizam estas famílias e a que se referem os autores são não normativos, ou seja, correspondem às situações críticas por que todas as famílias passam como a saída de um elemento por causa do casamento.

Nas famílias multiproblemáticas a estrutura e o funcionamento são específicos uma vez que se trata de uma estrutura que é caracterizada pela ocorrência de repetidas rupturas e reconstituições que vão dar origem a genogramas complexos e mesmo confusos (Gómez, Muñoz & Haz, 2007). As famílias multiproblemáticas são também caracterizadas pelo desmembramento das fronteiras de sistemas e subsistemas familiares, quer nas relações entre os vários subsistemas quer nas relações da família com o exterior. Tratam-se de fronteiras pouco definidas ou excessivamente permeáveis, em que os membros são distantes e a hierarquia é caótica (Sousa, 2005).

Do ponto de vista da literatura estas famílias são muitas vezes denominadas de famílias multidesafiadas pois, face aos problemas com que se debatem elas enfrentam múltiplos desafios e múltiplas necessidades de mudança (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Neste contexto, os Lares surgem como parte integrante da rede de apoio social e como alternativa para a criança oriunda de um ambiente familiar pautado pelas características acima descritas e exposta a privações. Os Lares apresentam aspetos positivos em termos das oportunidades de desenvolvimento e de interação colocadas à criança que se encontra sob os seus cuidados (Cavalcante, Magalhães e Pontes, 2007).

Em todo o caso os Lares devem ser entendidos com uma segunda resposta na resolução dos problemas que afetam os menores visto que, tal como sustentou Minuchin (1982), é no ambiente familiar que as necessidades de afeto, de vinculação e desvinculação, segurança, disciplina, aprendizagem e comunicação serão estabelecidas e estruturadas. Assim, partindo desta premissa, o primeiro trabalho de intervenção deve começar na família de origem e se esta demonstrar competências para a mudança, deve ser acompanhada pois é nela que reside o início e a base da estrutura identitária da criança e do jovem, e é dela que derivam as heranças promotoras e fundamentadoras dessa mesma base (Minuchin, 1982).

De acordo com Carreira (2012) as relações familiares sucedem-se em torno de duas forças vitais que se equilibram mutuamente pelo que temos as forças que levam a pessoa à união com a sua família e as forças que levam à individuação e à diferenciação total relativamente à família. Como em todos os jogos de forças, quando uma das forças se evidencia, gera-se um desequilíbrio. Assim se as forças tenderem para o lado da união familiar, o elemento do agregado familiar desenvolve uma fusão relacional que não permite a diferenciação criando uma *massa indiferenciada* (Bowen, 1991) e sendo geradora de um excessivo “sentimento de pertença que requer uma renúncia máxima da autonomia” (Minuchin, 1982, p.60). Esta força fusional que se encontra em permanente tensão por ser um dos pólos das duas forças, aliado aos fatores de stress psicossociais a que as famílias estão expostas e proporcionando o aumento da união entre os seus membros, conduz a uma fusão e aglutinação e não permite o desenvolvimento/diferenciação do *self*.

Por sua vez, perspetiva-se que estas forças tendam para a total diferenciação dos elementos relativamente ao seu agregado, que será o ponto máximo do equilíbrio da individuação (Carreira, 2012). Porém, Minuchin (1982) considera que nenhum dos pólos deve ser atingido e que o ponto de equilíbrio será a existência das duas forças em conjunto em níveis adequados.

De acordo com Bowen (1991), as características das famílias de crianças acolhidas encontram-se no pólo da união com esquemas de interação extremamente

fusionais e em que a definição da identidade não encontra lugar. Deste modo, em famílias com sistemas relacionais disfuncionais, extremamente fusionais onde as hierarquias, os papéis e os limites não se encontram definidos, não existe confiança nem esperança nos outros e para se projetarem no futuro, pelo que os seus membros vivem no imediatismo e as relações tendem a ser emocionalmente abusivas e de grande violência psicológica e física.

Posto isto, o Lar pode ser um recurso de apoio extremamente valioso para o menor, mas também poderá ser um recurso para a família. Esta realidade impõe ao técnico a responsabilidade de analisar cada situação familiar em separado entendendo os processos das crianças em função da máxima “cada caso é um caso” (Carreira, 2012, p. 17). Do ponto de vista dos profissionais de intervenção social deve ser tido em consideração o facto de que os lares não substituem a família, mas são antes um recurso social que tem por função servir de complemento à estrutura familiar e de apoio à sua função de *tronco* educativo e afetivo (Carreira, 2012). Neste sentido os profissionais devem tornar-se parceiros da família usando como recurso dessa parceria o acolhimento temporário da criança e fomentando estratégias que promovam a reestruturação familiar, sempre que tal se mostre possível (Santos, 2010). Esta é a postura que o Modelo Relacional Simbólico defende.

4 Principais motivos do acolhimento

Uma vez caracterizados os agregados de proveniência das crianças que se encontram em situação de acolhimento será importante fazer-se referência aos motivos que se encontram subjacentes aos processos de acolhimento.

Assim, de acordo como relatório anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens relativo a 2013, o principal motivo para iniciar um processo de acolhimento é a negligência com menores que se verificou em 9.168 dos 25.335 dos processos analisados no ano a que se refere o documento citado. O abandono escolar e maus tratos físicos e psicológicos, assim como são outros dos motivos que justificam a abertura de processos de acolhimento. De acordo com Horrocks e Karban (1999) as principais razões para o acolhimento são as experiências severas de abuso e negligência (fatores que vêm confirmar os dados lançados no relatório acima mencionado), os conflitos familiares associados a problemas de relacionamento e comportamento, a incapacidade de cuidar dos filhos, e a prestação inadequada de cuidados.

O estudo levado a cabo pelo ISCTE, assinado por Moura, Guerra e Costa (2005), revela que as motivações essenciais para o acolhimento consistem na ausência de uma parentalidade capacitada com dificuldades emocionais no exercício das responsabilidades parentais, situações de carência socioeconómica na família, comportamentos desviantes por parte dos jovens, toxicodependência, divórcios e separações, violência doméstica, famílias numerosas, morte de um dos progenitores e reorganizações familiares mal sucedidas a estes motivos acresce um, apresentado por Eapen (2009) como sendo o que ocorre com mais frequência, e que tem a ver com a perda de um ou de ambos os progenitores

Estes dados são preocupantes pois, de acordo com o Modelo Relacional Simbólico (Cigoli & Scabini, 2006), as qualidades relacionais éticas e afetivas têm a sua base no contexto familiar. Tal como já dissemos, o pólo afetivo é simbolizado nas relações de confiança e de esperança. A confiança é uma força essencial para o desenvolvimento humano e é um elemento de risco pois impele que nos abramos ao outro, ou seja, que deixemos o outro entrar no nosso mundo mas é também geradora de uma obrigação relacional pois quem recebe confiança é impelido a agir para que não a atraioe. Somente na base da confiança se podem gerar acções cooperativas. (Minuchin, 1986)

A esperança, por seu turno é motivadora de uma postura adaptativa, equilibrada e de confiança, que permite que um indivíduo se projete face ao futuro, permitindo a geratividade social. Deste modo, uma relação de parentalidade não consegue desenvolver-se e ser gerativa sem confiança e sem esperança. Neste sentido, o pólo ético simbolizado nas relações através da justiça e da lealdade é fundamental pois é através deste que surge a responsabilidade social com e pelo outro.

Nagy e Spark (1973, 2004, cit. em Cigoli e Scabini, 2007) distinguem dois tipos de justiça, nomeadamente, a justiça distributiva que resulta das heranças derivadas das gerações anteriores e a justiça retributiva que resulta dos méritos e dos créditos inerentes às relações entre as gerações.

Desta forma, se houver justiça na relação parental gerar-se-á sempre um dinamismo relacional que permitirá que os diferentes elementos em relação sejam respeitados e reconhecidos na sua singularidade gerando uma reciprocidade reconhecida e confiável despoletadora de um ciclo de virtude e de lealdade (Cigoli & Scabini, 2000, 2006).

Deste modo, no seio de uma família, o casal desenvolve uma lealdade interpessoal para com os filhos proporcionando confiança e a geratividade social, essencial para o bom desenvolvimento das sociedades. Porém, quando estas são postas em causa, nomeadamente em famílias disfuncionais e fusionais em que as relações são física e psicologicamente abusivas, não há confiança e, conseqüentemente, não há nem lealdade nem justiça.

Nestes contextos, onde predomina o que Scabini e Cigoli (2000, 2006, 2007) denominaram de “diabólico” e que se caracteriza por um conjunto de dinâmicas relacionais destrutivas que são fonte de uma dor profunda e intratável gerando até patologias pessoais, o simbólico não tem lugar. Deste modo, não há esperança levando a que não seja estimulada no menor a noção de Dom e Débito, nem de Geratividade Social.

O Dom e o Débito consistem no intercâmbio familiar que se sucede nas relações familiares, ou seja, a situação de pai ou mãe coloca estes elementos numa relação de dom destes para com o seu filho por todas as heranças que lhe vão transmitir e pela oportunidade que lhe concederam de este experimentar o dom da vida. Assim, o filho é um dom para os pais, pois permite-lhes viverem o papel de pais e experienciarem um amor relativamente a outro ser humano que vai para além de si próprios, incondicional e sem barreiras, sendo também uma garantia de que serão amados, de que o amor incondicional com que abraçam os filhos lhes é retribuído (Scabini e Cigoli, 2007).

Por sua vez, os pais têm também uma relação de débito para com os filhos pois estes permitem que os pais vivenciem a experiência da parentalidade. É também uma situação de débito do filho para com os pais pois este deve-lhes o facto de estes lhe terem dado a vida, situação que o colocará sempre em dívida para com os pais. O filho deve-lhes o dom de ter a experiência de ser reconhecido como filho pelos seus pais e o dom de se sentir parte integrante de uma estirpe familiar com todas as hierarquias tão importantes para a definição da personalidade e todas as heranças familiares que são o património relacional. O filho deve ter da parte dos pais um amor incondicional e gratuito, permitindo que este crie a sua própria individualidade com uma boa diferenciação do *self* (Bowen, 1991) com vínculos securizantes. Porém, nos contextos familiares extremamente disfuncionais e abusivos, a criança nunca é reconhecida como um ser humano ávido de afeto, o amor é transmitido de forma totalmente distorcida e patológica, não sendo incondicional nem gratuito.

Tendo em conta esta realidade facilmente se depreende a necessidade da existência de respostas sociais que visem defender e proteger as crianças oriundas dos contextos familiares referidos e por isso existe um conjunto de respostas sociais que visam ultrapassar e minimizar as situações a que as crianças estão sujeitas. Se lançarmos uma retrospectiva sobre diferentes aspetos de qualidade e quantidade de respostas sociais para o acolhimento de crianças e jovens em risco, compreenderemos que o acolhimento de menores se fica a dever, entre muitos outros aspetos, a uma necessidade de proteção da integridade física, mental e educacional dos menores.

5 Impacto do acolhimento em crianças e jovens

Existem várias condições sociais e psicológicas que podem influenciar, positiva ou negativamente, o desenvolvimento da criança uma vez que ela necessita de sentir-se num ambiente protetor capaz de proporcionar o desenvolvimento máximo das suas capacidades. Bowlby (1988) afirma que só numa atmosfera de afeição e de segurança, proporcionada pelas figuras parentais, é que a criança se desenvolve de forma segura.

As relações interpessoais e relacionais que se estabelecem na infância são de primordial importância para a construção da interpeçoalidade infantil pelo que as relações interpessoais estabelecidas no acolhimento de menores é um referencial para a definição da criança como pessoa para além de ser um marco de afetividade e neste sentido, Sá (1995) chega mesmo a afirmar que “os olhares dos outros com vista para os olhos das crianças funcionam como espelhos” (Sá, 1995, p. 80).

Partindo desta asserção torna-se fundamental compreender quais os efeitos do acolhimento nos mais pequenos e nos adolescentes, primordialmente ao nível da vinculação e do estabelecimento dos primeiros afetos que conduzirão toda a vida afetiva, relacional e desenvolvimental da criança e as suas repercussões físicas e psicológicas (Bronfenbrenner e Morris, 1998)

Os primeiros laços emocionais afetivos têm-se demonstrado, através da investigação, como fulcrais ao longo do desenvolvimento da criança e do jovem (Wallon, 1989).

A vinculação consiste num laço afetivo contínuo no espaço e no tempo entre o bebé e a figura de vinculação única e insubstituível (Ainsworth, Blehar, Waters e Wall, 1978). Neste âmbito, e através de uma perspetiva da teoria evolucionista da vinculação, a criança está capacitada desde as primeiras fases do seu desenvolvimento de um

sistema capaz de diversificar os comportamentos com o fim de manter a figura de vinculação próxima de si e de garantir a sua sobrevivência (Bowlby, 1969).

Bowlby (1958; 1973; 1979) elaborou uma teoria sobre a natureza e a origem da vinculação da criança à mãe, que tem por ideia central a noção de que a evolução resolveu o problema da necessidade de proteção e suporte, imprescindível à sobrevivência do ser humano, dotando a criança de um sistema de comportamentos que asseguram a proximidade com o adulto. Segundo o autor citado esta proximidade é obtida pelo bebé através das sinalizações por choro ou sorrisos, assim como a aproximação mediante estímulos tácteis ou verbais são exemplos dos comportamentos organizados em sistemas corrigidos por objetivos (*goal corrected systems*) que garantem à criança a sua proteção física e psicológica. Ao longo do desenvolvimento da criança, os sistemas corrigidos por objetivos vão-se complexificando através das representações que o indivíduo vai tendo de si e dos outros.

O objetivo do sistema de vinculação é a regulação dos comportamentos no sentido de obter ou manter a proximidade e o contato com a figura de vinculação garantindo segurança.

A interação entre estes dois objetivos – manutenção da proximidade e obtenção de segurança – traduz-se na utilização da figura de vinculação como base segura, para explorar o ambiente, em alturas tranquilas, e como refúgio de segurança, em alturas conturbadas. Assim, a criança elabora um conjunto de expectativas acerca do próprio, dos outros e do mundo em geral, que correspondem à interiorização de características das suas interações com os pais, que Bowlby (1973) designou de *working models*, modelos representacionais ou modelos internos dinâmicos, descrevendo-os como “representações mentais, conscientes e inconscientes, do mundo e de si próprio que ajudam o indivíduo a perceber os acontecimentos e a antever e arquitectar planos para o futuro”. (Bowlby, 1973, p. 203).

Esse conjunto de modelos internos dinâmicos começa a ser formado nos primeiros meses de vida através de acontecimentos de vinculação relevantes da interação da criança com a figura de vinculação. Trata-se de modelos que se constituem em importantes grelhas de leitura na interpretação e na previsão de comportamentos, influenciando os padrões de interação nas relações de proximidade emocional.

Para além disso, são sistemas afetivamente intensos que regulam o sistema comportamental da vinculação, que tendem a resistir à mudança e a influenciar o

comportamento na vida adulta, embora sejam sensíveis a transformações, resultantes de alterações nas interações do indivíduo com o meio.

Uma vez que são modelos dinâmicos, podem ser alterados de acordo com mudanças da disponibilidade afetiva da figura de vinculação e com alterações de vida (Marrone, 1998; Waters & Cummings, 2000).

Bowlby (1984) considera que a vinculação se desenvolve ao longo de quatro fases. As três iniciais ocorrem durante o primeiro ano de vida, enquanto a quarta acontece por volta dos 3/4 anos de idade. A primeira fase, denominada de *Pré-attachment*, decorre aproximadamente dos 0 aos 6 meses, altura em que o bebé apresenta comportamentos prenunciadores de vinculação, comportando-se de maneira característica para com os seres humanos (e.g. seguir com olhar, sorrir ou parar de chorar ao ouvir uma voz humana), nesta fase o bebé ainda não é capaz de discriminar e diferenciar as figuras para quem orienta os seus atos. A fase seguinte, aquela a que se chama de fase *Attachment-in-the-making*, desenvolve-se por volta dos 3 e dos 6 meses de idade e nesta o bebé exibe uma responsividade diferenciada, orientando-se tendencialmente para uma figura discriminada e para determinados estímulos e aproximando-se do que lhe é familiar.

A terceira fase, *Clear-cut-attachment*, tem início por volta dos 6/7 meses e estende-se até aos 24 meses de idade da criança. Durante este período o desenvolvimento psicomotor, especialmente a locomoção e a linguagem, promove uma maior eficiência à procura/manutenção de proximidade com uma figura preferencial que funciona como uma base segura a partir da qual o bebé explora o meio. Os comportamentos de vinculação começam a organizar-se num sistema de objetivos corrigidos.

Por último, a fase *Goal corrected partnership*, que se inicia por volta dos 24/30 meses é caracterizada pela ocorrência de uma crescente sofisticação dos sistemas comportamentais corrigidos por objetivos que se faz acompanhar de uma competência para formação de uma relação recíproca.

Progressivamente, a criança vai sendo capaz de compreender as expectativas e os planos da figura de vinculação, o que lhe permite acomodar os seus próprios comportamentos e objetivos aos desta figura e influenciar os planos e objetivos da mesma. Neste período, a criança, começa a aceitar a distância relativamente aos pais por um espaço de tempo mais prolongado mas tem sempre nos seus progenitores a sua base referencial de segurança (Ainsworth et al., 1978; Waters et al., 1990).

Mary Ainsworth (1978), veio apresentar estudos e confirmar através dos mesmos que a noção de figura de vinculação passa a ser percebida como um elemento fulcral e insubstituível para o desenvolvimento da criança, enquanto futuro adolescente e adulto. A proximidade e a capacidade de acolher, dar e cuidar evidenciam-se na forma da criança tolerar os momentos mais difíceis, que podem ir desde a mera separação física pontual até situações de hospitalização ou perda de figuras importantes (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978).

Neste contexto, os estudos realizados por Ainsworth et al (1978) em situação laboratorial, denominados de “Situação Estranha”, e os seus estudos com colaboradores no Ganda (1977) permitiram elaborar 3 padrões de comportamento de vinculação na criança:

- A - Inseguro-evitante;
- B - Seguro;
- C - Inseguro-ambivalente/resistente;

As crianças com padrões de vinculação segura (Padrão B), apesar de reagirem emocionalmente face à separação da figura de vinculação, são capazes de explorar o mundo exterior, respondendo positivamente ao aparecimento de figuras de vinculação. Tal permite-nos inferir que a forma como a criança realiza, ou não, a exploração encontra-se relacionada com o sentimento de segurança interna que a figura de vinculação lhe proporciona. A criança tem a noção de que a ausência da mãe (ou figura de vinculação) não implica uma rejeição ou abandono percebendo também que em situações de stress e de ameaça a figura de vinculação estará presente para a acarinhar e proteger (Bowlby, 1980) pelo que a criança se dirige para a figura de vinculação. A presença de figuras capazes de satisfazer as necessidades básicas da criança tais como o afeto, o carinho, a proteção e a segurança, proporcionam o desenvolvimento de mecanismos de regulação emocional e um sentimento de competência pessoal na criança, reforçando uma representação positiva de si própria e das figuras de vinculação.

Por sua vez, o desenvolvimento de modelos internos negativos é descrito como despoletador de uma vinculação Inseguro-evitante. Neste padrão de vinculação a criança evidencia-se resistente ao contato e proximidade da figura de vinculação (Holmes, 1993) e, conseqüentemente, apresenta escassos comportamentos de afeto e segurança.

Em situações de stress e de ansiedade a criança com este tipo de padrão de vinculação não recorre à figura de vinculação por ter interiorizado a imagem de uma figura de vinculação inacessível que não responde às suas necessidades.

As crianças que apresentam um padrão de vinculação Inseguro ambivalente/resistente evidenciam um padrão de vinculação instável com comportamentos que variam entre a procura de contato com a figura de vinculação ou resistência face à mesma uma vez que entende que a figura de contato tem um comportamento inconstante na resposta às suas necessidades (Ainsworth et al, 1978; Rabouam, 2004).

Após os estudos atrás descritos, Main e Solomon (1990) descobriram o padrão de vinculação desorganizado/desorientado que se caracteriza por apresentar posturas anómalas, estereotipadas, uma sequência de comportamentos contraditórios evidenciando apreensão relativamente à figura de vinculação e expressões de confusão.

As figuras parentais cujo desenvolvimento afetivo permitiu às crianças criar uma vinculação segura estão mais capazes de potenciar o desenvolvimento de ligações afetivas duradouras num ambiente de harmonia e segurança (Feeney e Noller, 1996). A criação de bases seguras pressupõe que as figuras parentais respeitem e incentivem a criança à exploração de si própria e do meio, de forma a permitir o desenvolvimento emocional e a integração psicossocial. A qualidade das relações precoces parece manifestar-se nas relações para além das figuras primárias.

Ao longo da vida da criança existem outros sistemas relacionais associados como as educadoras, amas ou avós, possíveis de se tornarem figuras de vinculação, embora o seu lugar na hierarquia de preferências da criança possa ser diversa (Matos, 2002). O contacto com outros meios traz à criança uma nova possibilidade de atualização e organização interna, tendo por base as experiências de vinculação da infância, pelo que a relação da criança com outros sistemas, para além do meio familiar (microssistema), revela-se fundamental.

Assim, e pelo que pudemos perceber a partir das teorias expostas, a organização dos padrões de vinculação depende do *feedback* dinâmico que se estabelece entre as principais figuras cuidadoras e a criança, através da rotina e da redundância das interações e da forma como os adultos conseguem, ou não, funcionar quer como base segura, da qual a criança pode partir para explorar o meio, quer como porto de abrigo, ao qual pode voltar sempre que as suas aventuras se tornarem assustadoras. O desenvolvimento dos padrões de vinculação não pode ser percebido fora do contexto da continuidade dos cuidados e da previsibilidade, da sensibilidade e responsividade das figuras de vinculação. Na formulação original da Teoria da Vinculação, Bowlby (1980) partiu da evidência de que separações prolongadas da figura materna levavam as

crianças a vivenciarem sentimentos de abandono e rejeição (Bowlby, 1981, 1984), que se reflectiam em perturbações de comportamento e dificuldades de relacionamento, sublinhando a frequência com que a raiva surge após situações de separação e perda, podendo intensificar-se de forma disfuncional. No entanto, se as separações se prolongavam no tempo as crianças tendiam a apresentar-se emocionalmente retraídas e isoladas, não conseguindo estabelecer relações afectivas saudáveis com outras crianças e adultos, mostrando-se indiferentes, lentificadas, infelizes e incapazes de reacção (Bowlby, 1981, 1984). Neste contexto, percebemos que crianças precocemente integradas em Lar, com uma trajetória quase sempre marcada pela interrupção de cuidados e pela alternância de figuras de referência constituem um grupo de risco para o desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação, padrões estes que podem estar na base dos problemas de comportamento, tanto de nível internalizante como externalizante, (Carneiro, 1997; Carlson, 1998).

Também Marrone sustenta a ideia de que a privação ou carência completa de cuidados primários e apoio afetivo pode ter um efeito permanente no desenvolvimento da personalidade e na capacidade de formar, sustentar e desfrutar das relações (Marrone, 1998).

Por inerência, a partir da perspectiva ecológica, consegue-se perceber que o indivíduo se encontra relacionado, desde a infância, a um conjunto de experiências (positivas ou negativas) com repercussões ao longo de toda a sua vida. Por conseguinte, o desenvolvimento de laços afetivos seguros demonstra-se essencial para o equilíbrio emocional da criança e do jovem.

À luz de uma perspectiva de vinculação, o processo de acolhimento é acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão, na medida em que implica o confronto com a realidade de negligência, privação afetiva e insensibilidade parental. A perda traduz-se na noção de quebra nos laços afetivos que se avista temerosa por parte dos jovens (Strecht, 1998).

Neste contexto, é importante perceber se as crianças ou jovens percecionam a entrada no novo “lar” de forma positiva. A sensação de pertença atenua a desorientação que a falta de confiança cria e é fundamental para o desenvolvimento psíquico e emocional (Dell’Aglío, Santos e Borges, 2004).

A falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento estariam, segundo Dell’Aglío, Santos e Borges (2004), associados à manifestação de comportamentos desadaptados, não exercendo a sua função protetora,

mas pelo contrário podendo ser entendidos como facilitadores do risco. Neste âmbito Spitz (1946) descreve 4 períodos de privação que a criança sofre aquando da ausência da figura de vinculação:

Um bebé, já vinculado (6/18 meses), é separado fisicamente da mãe:

- No 1º mês, o bebé chora de forma exigente tendo um comportamento persecutório e de agarrar um adulto;

- No 2º mês, o choro dá lugar ao gemido denotando-se perda de peso e paragem do desenvolvimento físico, psicológico e motor;

- Do 3º ao 5º mês de separação, observa-se uma síndrome denominada de *depressão anaclítica*, havendo a manifestação de recusa de contato (não chora nem pede presença física ou visual), adota preferencialmente uma posição de barriga para baixo, denota-se perda de peso, atraso motor e rigidez facial.

Neste período, a síndrome e os sintomas a esta associados ainda é reversível com o reatamento do vínculo.

- Após os 6 meses, se não houver o reatamento do vínculo surge uma nova síndrome denominada de *Hospitalismo* (por ter sido observado em crianças hospitalizadas) em que se verifica a diminuição do coeficiente do desenvolvimento da criança, rigidez facial constante, apatia caracterizada pela ausência de emissão de sinais que evidenciem a vontade de haver contato com os outros e risco acrescido de mortalidade.

Ao longo de todo este processo dá-se o *Luto* do bebé pela perda da figura de vinculação (Spitz, 1946)

Além dos trabalhos pioneiros de Bowlby (1981) e de Spitz (1946), Dorothy Burlingham e Anna Freud (1942; 1944) apresentaram um relatório sobre uma criança de 24 meses que, após a separação parental e conseqüente colocação numa creche, exibia comportamentos regressivos preocupantes. Também Goldfarb (1943) realiza uma investigação com vista a testar a hipótese de que o ambiente institucional padronizado e impessoal influencia negativamente o desenvolvimento da criança. Constata que as crianças integradas em respostas de acolhimento exibem uma capacidade de raciocínio abstrato inferior à das crianças do grupo de controlo. Desta forma os autores defendem que existe uma correlação entre o contexto sóciofamiliar que a criança integra e o desenvolvimento da sua capacidade de abstração.

Nesta sequência Spitz (1946) postula, tal como já referido acima, que a privação afetiva parcial pode conduzir a um quadro de depressão analítica, no caso das crianças

em situação de acolhimento que estabeleceram uma relação precedente com a figura materna, e que a privação afetiva total parece levar ao hospitalismo, um quadro com consequências irreversíveis.

As principais consequências do acolhimento apontadas na literatura são de foro *físico, neurobiológico, cognitivo, sócioemocional, comportamental e na rede de vinculação*. Por conseguinte, ao *nível físico e neurobiológico*, os estudos referem que perante a reduzida estimulação motora, sensorial e cognitiva que caracteriza os cuidados nos Lares, observam-se sistematicamente atrasos e défices de desenvolvimento significativos. Neste contexto, identificam-se dificuldades na modulação e discriminação sensorial (Lin, 2003) assim como atrasos no crescimento físico e psicomotor (Provence e Lipton, 1962).

Ao nível das *consequências cognitivas*, os estudos levados a cabo com crianças e jovens integrados em lares de acolhimento de infância e juventude evidenciam que, neste grupo, se denota uma deterioração no desenvolvimento de funções cognitivas e da linguagem (Kroupina, 2003), embora alguns destes estudos admitam que a intervenção precoce e a integração da criança num ambiente *Family Type*, possa ocasionar a recuperação de competências de desenvolvimento (Johnson et al., 2006).

Sloutsky (1997) defende que a prestação de cuidados em acolhimento detém efeitos negativos sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças, uma vez que estas exibem quocientes intelectuais mais baixos. Tal situação encontra-se também, segundo o autor, relacionada com a idade de entrada da criança no Lar que demonstrou ser, através de estudos feitos, como um fator que assume especial relevo face aos resultados desenvolvimentais obtidos, na medida em que encontra uma correlação negativa entre o motivo do acolhimento e as pontuações de inteligência registadas e uma correlação positiva entre a idade de entrada no Lar (dependendo se existe privação precoce ou não) e os resultados intelectuais.

Confrontado com estes dados, Sloutsky (1997) depreende que, se no contexto familiar as crianças têm à sua disposição uma diversidade de objetos assim como a possibilidade de explorá-los, no ambiente do Lar vêem os seus comportamentos exploratórios delimitados. Logo, quanto mais prematura for a retirada da criança do Lar de acolhimento maior é a probabilidade de haver sucesso no seu desenvolvimento cognitivo.

Ao nível das *consequências sócioemocionais e comportamentais*, os estudos têm vindo a demonstrar que se denota uma prevalência mais acentuada de dificuldades

sócio comportamentais em crianças integradas em Lar, nomeadamente evidenciando problemas de comportamento e reduzidas competências sociais e de interação com os pares (Johnson et al., 2006).

Adicionalmente, a perda da figura de vinculação e a introdução de novas figuras significativas e de novas figuras de cuidados numa fase precoce de vida da criança tem vindo a ser correlacionada com perturbações do funcionamento sócioemocional (Cicchetti e Tucker, 1994), nomeadamente na capacidade de regulação emocional e subsequentes implicações na qualidade dos relacionamentos sociais ao longo da infância (Milan e Pinderhughes, 2000) e na idade adulta (Provence e Lipton, 1962).

Neste contexto, Sloutsky (1997) estabelece um termo de comparação entre crianças residentes com a família e em Lares de acolhimento, e depreende que o contexto de acolhimento compromete o desenvolvimento sócioafetivo uma vez que estas crianças tendiam a ser menos capazes de identificar com frequência as emoções dos outros (empatia), além de que mudavam de opinião quando pressionadas por figuras adultas (conformidade). Este autor compreende os resultados obtidos com base no pressuposto de que o contexto familiar, em oposição à vivência em Lar, inclui a criança numa variedade de relações interpessoais, o que promove a sua exposição a processos de negociação, cooperação e empatia (entre outros).

Sloutsky (1997) especifica que os funcionários dos lares prestam cuidados de modo restritivo e estandardizado por meio de uma relação de poder, sem que expressem emoções no seu local de trabalho não transmitindo às crianças modelos de interação afetiva.

No âmbito das consequências do acolhimento ao nível das relações de vinculação, desde as experiências de Bowlby, nos anos 50, Provence e Lipton (1962) até à atualidade, que a vivência da infância em situação de acolhimento da infância tem sido associada a perturbações graves de vinculação, designadamente na capacidade de organização de uma relação com as figuras prestadoras de cuidados no Lar (Zeanah et al., 2005) e no desenvolvimento de uma vinculação atípica.

Tendo em conta o que até agora se analisou acerca do acolhimento e das relações de vinculação podemos antecipar a ideia de que o acolhimento é um recurso que irá refletir consequências negativas na vida da criança, no entanto, importa sublinhar que apesar de ser difícil determinar o impacto real que o acolhimento terá na criança, este só acontece porque é necessário salvaguardar o real e fundamental

interesse da criança. Ela só acontece porque se verificou um conjunto de situações que colocavam a criança numa situação de risco maior.

Quando o acolhimento é considerado a melhor solução “pretende-se com isso proteger o menor, retirá-lo de um mundo hostil que não lhe oferece as condições apropriadas para que se desenvolva adequadamente, tentando diminuir o seu sofrimento” (Gonçalves, 2008, p. 17).

Martins (2002) defende que o acolhimento de uma criança não tem só aspetos e consequências negativas e que deve ser entendida como uma oportunidade de ganhos efetivos para a criança e para a sua família. Del Valle (1996) também havia defendido aspetos positivos do acolhimento sendo que o primeiro é o facto de ser dada à criança a oportunidade de viver sem estar sujeita a ruturas e adaptações que não correm bem, sendo afastada de um ambiente de instabilidade.

O mesmo autor sublinha ainda que as relações que são estabelecidas em ambiente de acolhimento facilitam o contato com a família biológica, pois as visitas são permitidas e até incentivadas e as relações entre o menor e a família são controladas e estimuladas (Del Valle, 1996).

Outro dos apontamentos avançados por Del Valle (1996), que sobreleva o acolhimento, tem a ver com a questão educacional. Este autor defende a ideia de que os lares são mais estruturados e organizados e, por isso, mais capazes de providenciar um melhor apoio educativo às crianças, até porque ali os limites comportamentais estão claramente definidos. Da mesma forma, ao nível da saúde o lar está mais capacitado para responder com qualidade pois tem ao seu dispor recursos especializados.

Por fim, dando entrada em um lar a criança/jovem passa a viver em grupo, o que pode facultar determinados benefícios como o estabelecimento de laços entre diferentes pares e adultos; o desenvolvimento de sentimentos de pertença e cooperação relativamente ao grupo; a interiorização de valores e padrões de conduta grupais, permitindo criar situações de ensaio de tomada de decisões em grupo (Del Valle, 1996).

6 Principais características de um Lar de acolhimento de menores de qualidade

O conceito de qualidade está dependente de uma avaliação de mérito, verificado, sob diferentes prismas, mas pode ser visto como construto descritivo das características de um programa ou serviço (Kusnher, 2001).

Gomes (2010) refere que o acolhimento é importante e adequado nos casos em que a criança ou o jovem tenha necessidade de acolhimento numa etapa do seu percurso. Este deverá ser transitório, terapêutico no sentido de criar competências, de ser reparador dos cortes emocionais e afetivos eventualmente ocorridos, e deverá ter qualidade suficiente para dar resposta às necessidades das crianças e jovens que se encontrem no Lar. Deste modo será importante definirmos quais os elementos necessários para a criação de um acolhimento de qualidade.

De acordo com Del Valle e Fuertes (2000), citado por Gomes, (2010), os princípios essenciais que devem ser promovidos para que um acolhimento em Lar seja de qualidade são: a individualidade, desenvolvendo um programa individualizado que dê resposta às expectativas e necessidades individuais da criança/jovem acolhido, traçando metas e objetivos num projeto integrado de futuro; o respeito pelos direitos da criança e das suas famílias em manter o contato e em serem apoiados na construção de um projeto comum; a escolarização e alternativas educativas; os cuidados de saúde; a integração social; a preparação para a autonomia; o apoio às famílias; a segurança e proteção; e o respeito pelo direito da criança à participação nas decisões que se referem à elaboração e concretização do seu projeto de vida.

Deste modo, iremos aprofundar algumas destas características previamente descritas. Por conseguinte, vários autores, entre os quais Gunnar, Bruce e Grotevant, (2000); Alberto (2002); Zurita e Fernández del Valle, (1996); Casas, (1988); entre outros, referem que um Lar deve criar um ambiente onde o menor se sinta seguro e acolhido.

Todos estes autores subscrevem a ideia de que, no sentido de proporcionar o melhor ambiente possível às crianças acolhidas, o lar deve ter um espaço acolhedor e proporcionador de condições de vida onde não falte uma alimentação saudável e adequada, onde exista proteção contra doenças infecciosas, cuidados continuados em caso de doença crónica, bem como cuidados especiais no caso de se tratar de menores com deficiência (Martins, 2005). Para além disso devem ser proporcionadas condições de afetividade, de apoio psicológico; devem ser fornecidos modelos que os menores sigam, para que estes possam ter comportamentos assertivos, num quadro onde o relacionamento pessoal é empático, tolerante e seguro, por parte dos técnicos (Manual de Boas Práticas de Intervenção, 2005, p. 104).

Esta postura é corroborada por Quintãns (2009), que aponta para a necessidade dos lares serem “securizantes” para reequilibrar e organizar as dinâmicas relacionais e

quotidianas, através de rotinas, definição de limites e de interações afetuosas e acolhedoras contrariando a imprevisibilidade, a falta de definição de papéis e falta de prioridades, limites e hierarquias que caracteriza os contextos familiares destas crianças e que são geradores de desorganização afetiva e ansiedade. Neste sentido, as referências marcantes do seu percurso de vida ainda diminuto, fazem com que a criança ou o adolescente precisem de sentir que o lar que os acolhe lhes proporciona segurança e as fará mudar para uma vida “melhor”.

Cabe ao lar fazer com que o menor acolhido seja capaz de efetuar a “gestão da sua dor”, seja ela da separação familiar, dos amigos, dos conhecidos ou da escola que frequentava. Este processo é muito complexo e passa por diversas fases para que se possa chegar a um processo de securização e de procura de uma vida melhor, face às adversidades pelas quais a criança/jovem passou. Apesar de tudo, o menor vai sentir-se, por vezes, injustiçado e incompreendido, inseguro, ou até mesmo com falta de afeto, e com a necessidade de encontrar um modelo a seguir (Alberto, 2002).

Este último aspeto apresenta-se como fundamental, pois a intervenção do lar deverá dirigir-se no sentido da promoção de um acompanhamento especializado que permita a transgressão da herança geracional disfuncional, permitindo ao menor quer a reelaboração da sua história, quer ser propulsor de esperança no futuro através da construção de projetos de vida social e afetivamente integrados.

Gama (2004) menciona o facto da política de acolhimento dever ser centrada em laços de vinculação os quais propiciarão uma base de segurança, de desenvolvimento social e cognitivo. Este autor menciona o facto de não poder haver privação ao nível das necessidades de relacionamento estável com outra pessoa para que os menores não desenvolvam padrões comportamentais problemáticos, nem sintam frustração e sentimentos depressivos, geradores de baixo autoconceito.

A equipa do lar no contato com as crianças/jovens acolhidos, deve proporcionar-lhes expectativas positivas em relação ao seu futuro, minimizar as suas dificuldades, estabelecer relações interpessoais de qualidade e valorizar os aspetos positivos da interação dos menores.

A quebra de vínculos familiares bem como a falta de apoio familiar são ainda aspetos a salientar pois constituem uma razão que pode conduzir ao surgimento de transtornos psiquiátricos e à instabilidade afetiva e emocional pelo que a o lar deve precaver esta situação, evitando o *turnover* dos colaboradores e especialistas que nela trabalham como forma de manter a estabilidade emocional do menor. Carvalho (2002) e

Pinheiro (2006) apontam a grande rotatividade dos funcionários, a falta de atividades planeadas e a falta de apoio afetivo, por exemplo, como fatores de risco para os menores, factos que podem ser prejudiciais quando se encontram em situação de acolhimento.

Ribeiro (2008) abordando aspetos relacionados com o acolhimento residencial de menores, afirma que uma vez que o menor está num ciclo de vida e numa fase de desenvolvimento, necessita de ser capaz de estabelecer relações estruturantes e estáveis adulto / criança para que o seu desenvolvimento não venha a ser afectado.

Sendo assim, e para que a mudança tenha o menor impacto possível na criança/jovem, a mudança, é necessário, na opinião de Magalhães (2002), que os técnicos sejam figuras constantes e possuam formação específica, através da sua capacidade técnica, das competências relacionais adquiridas bem como do conhecimento social e de experiência neste domínio, dado que só assim saberão como agir em conformidade com a situação com que se deparam.

A cooperação concertada entre os diversos agentes intervenientes em cada um dos processos é também apontada na literatura (Alberto 2002; Fernández del Valle, (1996); como uma mais-valia para obstar às diferentes situações e às resistências que, por vezes, estas crianças/jovens apresentam.

É neste sentido que o “Manual de Boas Práticas” (2005), afirma que “é preciso, pois, que a dinâmica da estrutura residencial e dos seus profissionais e ocupantes possa adaptar-se ao ritmo de evolução da criança e do jovem” (Manual de Boas Práticas, 2005, p.99) dado que, sendo todos diferentes, necessitam de um apoio psicológico personalizado, onde o diálogo seja uma porta aberta para o desabafo e onde os técnicos sejam capazes de escutar, e não apenas de ouvir, permitindo que cada um se explice da forma que lhe é mais conveniente, pelo que os técnicos necessitam de uma preparação que lhes permita perceber para além do que lhes é dito.

Neste sentido, e ainda em conformidade com o que sustenta o Manual de Boas Práticas (2005), os técnicos devem assumir o papel de parceiros, de alguém que recebe e acolhe as crianças recém-chegadas de forma afetiva e respeitadora e que promova a criação de laços e de respeito mútuo.

O técnico precisa de ser um orientador dos novos rumos das vidas dos menores e estes devem, de livre vontade, trilhar este novo caminho com passos livres mas seguros, sempre sustentados pelo apoio dos técnicos, para que os menores possam sentir que são donos do seu próprio projeto de vida e do seu destino (Manual de Boas Práticas, 2005).

Só assim se consegue que o lar cumpra o papel de ser, segundo Quintãns (2009), também “contentor de angústias” através de uma atitude de empatia e compreensão, motivando uma expressão adequada de sentimentos, desejos, necessidades e afetos, mas demonstrando sempre firmeza e coerência nos atos.

O lar, por via das ações desempenhas pelos seus técnicos, deverá ser um meio promotor, facilitador e integrador de uma identidade equilibrada com autonomização do *self*; para tal as relações que se estabelecem entre os menores e os técnicos assim como entre os menores e os seus pares é essencial. Por conseguinte, a relação estabelecida desempenha um papel de primordial importância na vida dos menores na medida em que os técnicos passam a assumir o papel de orientadores e protetores constituindo, assim, os seus modelos de identificação (Bazon & Biasoli-Alves, 2000). Por sua vez, o contato direto com os pares também em situação de acolhimento, pode funcionar como um apoio social e afetivo podendo, simultaneamente, funcionar como protetor (Martins & Szymanski, 2004).

De acordo com a opinião veiculada por Szymanski (2004), no lar e para além dos técnicos, o menor pode encontrar apoio, e um sistema suporte emocional junto do grupo de pares sendo que este tem, igualmente, um papel essencial neste equilíbrio. De uma maneira geral uma criança que se sente rejeitada pelos amigos e/ou colegas pode tornar-se depressiva pelo que é de salientar que o lar deve pugnar por manter um ambiente de grupo estável. Tal como é afirmado por Cubero e Moreno (1995), a convivência social com pares é benéfica a todos os jovens uma vez que favorece o desenvolvimento de segurança e de auto-estima.

Os menores em situação de acolhimento precisam que o seu desenvolvimento seja harmonioso pelo que devem ter o seu próprio projeto de vida, ou seja, onde se configura uma estratégia de intervenção um Lar com vista a uma futura autonomização em segurança.

O tempo de acolhimento é também preditor de qualidade pois, segundo o Preâmbulo do “Manual de Boas Práticas de Intervenção” (2005), “a institucionalização de crianças e adolescentes, por prazos mais ou menos longos, mesmo quando necessária e inevitável, tem efeitos comprovadamente negativos para os próprios e para a sociedade” (Manual de Boas Práticas, 2005, p. 6), pelo que se torna imprescindível “a implementação de estratégias e políticas nacionais para o apoio à criança e à família” (*idem*) devendo ser levada a cabo a “definição de projetos de vida, constantemente

atualizados e revistos, que permitam às crianças e adolescentes olhar para o futuro com uma perspectiva dinâmica, positiva e integrada” (Idem)

Para que todos estes objetivos sejam alcançados as ações de intervenção devem ser claramente planejadas. A organização funcional dos serviços deve ser equacionada a todos os níveis de intervenção, sendo efetuada uma boa avaliação de necessidades e a preparação de um quadro conceitual de referência unificador e significativo da prática (Little, 1997). A planificação e a conceção de programas de intervenção com vista à melhoria da situação da criança/jovem, passa pela clara definição dos objetivos a atingir junto de cada menor e num sistema individualizado (Casas, 1998). Os técnicos devem procurar abordar a mudança de um ponto de vista positivo e da qualidade de vida (Casas, 1998), ou seja, do bem-estar pessoal e social do menor, não fosse este período da vida um período crucial e não um remendo acrescido numa manta de patch-work que constitui uma possibilidade que, conjugando intencionalmente vontades, esforços e meios, pode significar a diferença de um percurso de vida, que se pretende contínuo e, por isso, necessariamente integrador da adversidade e individualizado (Martins, 2004, p.393).

Relativamente a este último aspeto a organização “Save the Children” (Dun, Jareg e Webb, 2003) refere que, através das suas intervenções nos lares, tem concluído que estas estão sobrelotadas e sem um rácio de técnicos adequado, levando a que não estejam disponíveis para reconhecer as necessidades das suas crianças e jovens, nem tenham capacidade para lhes dar voz e ouvir o que estes têm a dizer para a construção e realização dos seus projetos de vida. Apesar disso, tem-se notado que uma das transformações sofridas no acolhimento residencial de menores tem sido a substituição de grandes lares por residências de acolhimento onde o número de menores é reduzido, o que proporciona um tratamento mais personalizado (Dun, Jareg e Webb, 2003).

Os recursos humanos disponíveis devem ter em conta que só se pode efetuar um trabalho de qualidade se o rácio utente-profissional for razoável, se a seleção for realizada tendo por base critérios determinantes e uma supervisão capaz de promover a formação, o desenvolvimento pessoal e uma permanente atualização de todos os colaboradores (Martins 2004, Martins 2005).

Neste sentido, uma vez efetuada a avaliação individualizada de cada menor acolhido, o tipo de intervenção, deve ser também individualizada e ter em conta as circunstâncias particulares de cada caso.

Se, por um lado, os técnicos têm de garantir a segurança e o bem-estar dos menores, por outro têm de reconhecer e apoiar os direitos e as responsabilidades dos pais pois, para que o menor acolhido possa ter, durante o período de acolhimento, uma resposta adequada para as suas necessidades e uma preparação para a sua independência futura, é importante que os técnicos desenvolvam intervenções que envolvam as famílias no processo de forma a implementar uma cultura promotora da autonomia e capacidade de prestação de cuidados da própria família (McDonald, Allen, Westerfelt e Piliavin, 1996).

Abadia (2008) efetuou estudos, com base em análises de regressão linear múltiplas, no intuito de conseguir identificar preditores de sintomas depressivos em jovens acolhidos, e verificou que os fatores mais apontados eram: “ter problemas com professores”; “sentir-se rejeitado pelos colegas e amigos” e “um dos pais ter que morar longe”. Assim, este investigador concluiu que é importante prevenir a ocorrência destes e de outros fatores, quer estejam ligados à família ou à escola, pelo que se torna importante promover intervenções junto da família para poder minimizar aspetos relativos ao stress do afastamento.

O apoio à família de origem, efetuado através de uma intervenção psicossocial, é outro dos fatores a ter em conta para um acolhimento em Lar de qualidade quer através da implementação de programas de educação parental, de visitas domiciliárias, de acompanhamento dos menores às consultas, quer fomentando a aquisição de uma competência parental através do estabelecimento de uma verdadeira e salutar relação pais/filhos. Por outro lado, ao promover os laços afetivos entre os menores e os jovens acolhidos e ao procurar a manutenção de um contato familiar através de uma parceria de corresponsabilização entre o lar e a família, o Lar está a contribuir para a estabilidade do vínculo afetivo tão importante no momento da reinserção.

É, igualmente, importante que os lares criem ações interventivas junto da comunidade, como forma de proporcionar aos jovens um maior contato com a vida social fora do Lar, de tal forma que possa prevenir situações criadoras de stress para que a inserção na vida activa laboral e social, após a saída do lar, tenha sucesso (Abadia, 2008).

Por sua vez, para que a reintegração social tenha sucesso, o desenvolvimento do menor deve ser integrador e conciliador da sua história pessoal. Para tal, é fundamental que todos os lares tenham por base um sistema valorativo que dê forma e coerência às intervenções de todos os que nela interagem cumprindo, segundo o “Manual de Boas

Práticas de Intervenção,” (2005) determinados princípios e tendo em conta os seguintes valores: dignidade; respeito; individualidade; autonomia; capacidade de escolher, por exemplo, rotinas diárias; privacidade e intimidade; confidencialidade; igualdade e equidade; participação (2005, p. 106-107).

Em função do que vimos ao longo do presente capítulo sobre quais as características que um acolhimento em Lar deve ter para poder ser classificado de acolhimento de qualidade e tendo em conta o Modelo Relacional Simbólico (Cigoli & Scabini, 2006) podemos concluir que as diretrizes apontadas por Cigoli e Scabini (2006) têm uma ligação intrínseca àquilo que se pretende levar a cabo nos lares de acolhimento. De facto o Modelo Relacional Simbólico é um paradigma que determina que as dinâmicas dos intercâmbios devem estar relacionadas com as regras da família, do clã, da genética e da herança, onde as doações se apresentam em forma de afetos e da transmissão de valores (Cigoli & Scabini, 2007).

O Modelo Relacional Simbólico tem como fundamento a tese da vinculação e apresenta os vínculos e a promoção dos mesmos entre os elementos da família como caminho a seguir nas práticas de intervenção junto das famílias em risco, de onde provêm os menores que acabam por ser integrados em estruturas de acolhimento.

Assim, as boas práticas de acolhimento, quando tomam o Modelo Relacional Simbólico como meta orientadora de ação devem constituir-se num construto teórico que assenta na promoção de vínculos, entre os técnicos e os menores e entre os menores e os seus familiares, e nos ordenadores éticos e afetivos, como a confiança, a esperança, a justiça e a lealdade.

7 Os Centros de Acolhimento Em Portugal

Após a aferição das características a contemplar para considerar um Lar de Infância e Juventude de qualidade, avançamos, no presente capítulo, para a compreensão qual é a realidade dos Lares de acolhimento em Portugal segundo a literatura e os estudos existentes.

Ao longo deste capítulo reforçamos, ainda, à luz dos autores, as consequências que esta realidade pode ter nas nossa crianças e jovens, aproveitando para lançar algumas propostas de melhoria.

Para Martins (2004), os as estrutura de acolhimento de crianças e jovens “podem constituir um recurso positivo, pleno de potencialidades que importa dinamizar e potenciar no itinerário de risco dos menores” (2004, p. 394). Este autor refere ainda que o acolhimento pode também estar sediado em Lares de Infância e Juventude (Ministério da Solidariedade, 2000) ou nouro tipo de equipamentos e afirma que nem sempre estes lares possuem uma conceção bem esclarecida sobre o papel que devem desempenhar no acompanhamento dos menores em risco. Martins (2005) fundamenta a sua crítica ao acolhimento em estrutura residencial de crianças e jovens afirmando que o mesmo é demasiado prolongado, razão pela qual considera necessário que este sistema seja reequacionado.

Também Carvalho (2002) defende que o ambiente residencial não se traduz no melhor ambiente de desenvolvimento por causa do atendimento padronizado, dos índices elevados de criança por cuidador, da falta de planeamento de atividades e da fragilidade das redes de apoio social e afetivo. Mas o acolhimento existe e é posto em prática todos os dias em vários pontos do nosso país porque, na verdade este não comporta só, fatores negativos. Na verdade Dell'Aglio (2000) foi um dos autores que registou as oportunidades e as vantagens que podem resultar do acolhimento em LIJ, salientando que, em casos de situações adversas na família, o lar pode ser a melhor saída (Dell'Aglio, 2000). Da mesma forma Martins (2004) salienta o facto de existirem, fatores favoráveis ao acolhimento e destaca a proteção prestada, e o sucesso que alguns lares apresentam ao nível dos cuidados residenciais, do estabelecimento de vínculos afetivos com adultos estranhos, da existência de serviços especializados para tratamento de problemáticas específicas, entre outros.

Em face desta dualidade a investigadora citada sustenta a ideia de que existem novos desafios a ter em conta no contexto do acolhimento em Lar e defende uma mudança de paradigma com o intuito de proporcionar às crianças e aos jovens novas respostas sociais capazes de lhes fornecerem percursos sem risco.

Com o intuito de verificar as medidas utilizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Fontoura (2008) levou a cabo um estudo onde menciona o facto de que a intervenção do lar tem de ter por base a qualidade do acolhimento, considerando as implicações que o corte de relacionamento familiar pode implicar para a criança acolhida. Da mesma forma a autora defende que o conhecimento dos recursos humanos e a forma como estes percecionam as crianças e os jovens, é factor de primordial importância para o desenvolvimento de atitudes de estimulação e apoio, as quais terão repercussão no funcionamento das estruturas de acolhimento. No âmbito da sua investigação, Fontoura (2008) verificou que os aspetos mais críticos da prática interventiva nos Lares portugueses que a autora observou foram a existência de constrangimentos organizacionais, inerentes ao trabalho desenvolvido, visando três dimensões: o paradigma e as implicações no funcionamento do dispositivo organizacional; a inserção do lar numa rede interorganizacional e o clima e cultura organizacional. A investigadora referiu ainda que os centros de acolhimento devem ser parte integrante de uma rede de apoio social e efetivo pois, e tomou como referência Bronfenbrenner (1996), para sustentar a ideia de que as crianças e os jovens acolhidos precisam de manter uma interação com pessoas, objetos e símbolos, bem como com um mundo externo acolhedor.

A não supressão das necessidades de afeto e proteção foi também referida no estudo de Quintães (2009), autor que estudou as vivências (no período do pré-acolhimento, o do acolhimento e do pós-acolhimento) de adultos com experiências de acolhimento na infância ou na adolescência, através dos relatos narrativos efetuados na primeira pessoa. Em virtude deste trabalho Quintães (2009) verificou que, apesar de o acolhimento ser reconhecido como uma resposta à situação do menor num dado momento, os constituintes da sua amostra não tiveram um projeto de vida adequado, dada a falta de investimento por parte do lar de acolhimento, que apenas se limitou a acolhê-los. Face a estes resultados o autor concluiu que o lar não realiza um 'projeto de vida' para as crianças/jovens acolhidos e não respeita os seus direitos nem a sua formação como cidadãos, o que resulta na baixa auto-estima e na falta de uma vinculação segura destes indivíduos.

Um outro estudo, levado a cabo pelo Centro de Estudos Territoriais do ISCTE (2005) faz uma leitura mais aprofundada de cada um dos momentos do acolhimento, analisando os períodos de pré-acolhimento, de acolhimento e o de autonomização através de entrevistas realizadas a um grupo de 25 sujeitos que passaram por uma experiência de acolhimento, com idades compreendidas entre os 16 e os 34 anos, em que 14 são do género feminino e 11 são do género masculino, com níveis de escolaridade médios (entre o 10º e o 12º ano) e com um tempo médio de acolhimento predominantemente longo (de 11 a 15 anos). As autoras do estudo (Moura, Guerra e Costa, 2005) referem, numa reflexão inicial do estudo, que os lares são essencialmente lares totais onde impera um grande número de menores acolhidos contraposto com um reduzido número de recursos humanos. Os lares são ainda caracterizados pelas investigadoras pela uniformização das regras e do tratamento dos menores e pelo facto de colocarem uma barreira entre os menores e o mundo exterior. Acresceu a esta classificação dos lares efetuada no estudo a que agora nos reportamos, a autoridade que é exercida de forma indiscriminada pelos profissionais do Lar, o que contribuía para a criação de situações de confusão junto dos menores. Deste modo, de acordo com Moura, Guerra e Costa (2005), a autoridade e a obediência são impostas e constituem uma violência para com os menores o que não favorece a necessidade de os lares se constituírem como porto de abrigo e elemento de segurança para os menores. Apesar do cenário pouco positivo relatado por estas investigadoras importa sublinhar que as mesmas sublinham créditos e vantagens ao *modus operandi* dos Lares portugueses uma vez que também lhes foi possível constatar mudanças nas dinâmicas de atuação e que os lares estudados já integravam na sua missão, a componente da educação dos menores e a valorização dos jovens através da implementação de projetos favorecedores da autonomia de cada um e da promoção de novas relações de parentalidade (Moura, Guerra e Costa, 2005). As autoras referiram ainda que o novo desafio dos lares é desenvolver um projeto de intervenção com as famílias dos menores acolhidos para que esse desafio seja contemplado nos objetivos do Lar através de trabalhos coletivos com os pais, da co-educação parental e do trabalho com os pais centrado na criança em situação de acolhimento.

O mesmo estudo revela que através das entrevistas se pode constatar que quem assinala, denuncia ou retira a criança do seu meio familiar são essencialmente professores, familiares, vizinhos ou técnicos, levando a que a maioria dos entrevistados tenha associado a entrada no lar com um momento violento e negativo.

Foi também possível distinguir três tipos de práticas de acolhimento mais comuns: a entrada imediata no Lar que se denota ter sido uma entrada violenta para os entrevistados que tiveram essa experiência: a entrada progressiva ou semi-internato em que a criança vai primeiro conhecer o espaço começando a passar algum tempo no Lar a conviver com os outros menores, sendo explicado progressivamente o que se irá suceder até ficar permanentemente; e ainda a entrada numa Estrutura de acolhimento, ou família de acolhimento, de forma temporária, para passar a integrar um lar de forma prolongada.

No estudo, a fase de acolhimento é, para a maioria dos entrevistados, uma fase difícil e dolorosa da sua vida, tendo experienciado sentimentos de medo, desamparo, revolta, tristeza, confusão e aprisionamento. Os entrevistados consideram que, ainda hoje, o modo de acolhimento é semelhante e não se distinguem técnicas de acolhimento diferenciadas por idades e por motivos de acolhimento.

Esta situação faz-nos pressupor que os procedimentos não estão a ser os mais adequados e que os menores são integrados nos lares sem qualquer explicação da situação ao menor e de forma abrupta, sem tentarem fazê-lo de forma gradual. Tal situação é igualmente preocupante e, por isso, devemos estudar o caso de um menor em um lar para aferirmos um modelo de acolhimento de um LIJ para se lançarem algumas propostas, caso se verifiquem as conclusões deste estudo no caso a estudar.

Por sua vez, os entrevistados relacionam ainda o acolhimento com a dimensão do Lar, com o rigor e a quantidade das regras que separavam claramente o mundo dentro do lar e o mundo exterior a este. Relatavam, ainda, a importância da existência de irmãos no lar para companhia e proteção. Este aspeto é outro elemento a referir pois a existência de família no contexto acolhimento (irmãos) foi percebido pelos menores como um elemento protetor, salientando o facto de o lar, com todo o seu sistema normativo rígido, não se revelar como uma fonte protetora do risco quando o momento do acolhimento é crucial para o estabelecimento de laços de afetividade e de confiança entre os menores e os educadores do Lar.

Ao nível do dia-a-dia o primeiro aspeto salientado pelos entrevistados são as regras caracterizadas como uniformizadas e sem qualquer evolução e a pouca flexibilidade das regras, não permitindo que os jovens assumissem responsabilidades e iniciativas na organização das regras e das atividades. Este é um elemento altamente inibidor da diferenciação do *self* dos menores e do desenvolvimento do Dom e Débito

(Cigoli & Scabini, 2006), pois os menores não são integrados na definição das normas que vão regular o seu dia-a-dia

Sendo certo que o lar não pretende substituir a família mas antes complementá-la, também importa ter em conta que enquanto a família não reúne condições para o regresso dos menores, este deve ser promotor do desenvolvimento de qualidades relacionais e que a não integração dos menores nas decisões quotidianas que os afetam, contraria a necessidade de transgressão dos referenciais disfuncionais e leva-nos a questionarmo-nos, de que forma o Lar consegue a prossecução da personalização dos projetos de vida dos menores? Por sua vez, negociar normas é também importante para que os menores se consciencializem da necessidade da existência de normas para o seu bom desenvolvimento, uma vez que provêm de agregados sem referenciais normativos. No estudo que temos vindo a tomar como referência (Moura, Guerra e Costa, 2005) alguns dos elementos entrevistados deram conta que percecionaram os momentos em que foram confrontados com as explicações das regras ou a negociação de novas regras com os entrevistadores, após episódios de transgressão, como muito positivos. Este facto levou as investigadoras a concluir que a dinâmica de inclusão dos menores nos processos de elaboração e estabelecimento de regras pode constituir-se num elemento promotor de laços relacionais, e de aproximação ao que se passa nos contextos familiares funcionais.

De acordo com os entrevistados algumas regras nos lares de transição são reconhecidas como positivas e eficazes na organização da vida quotidiana dos jovens.

Após as entrevistas conclui-se que as atividades diárias nos lares são de natureza diversa, servindo de prémio pelo bom comportamento ou castigo quando algo corre mal, não estão articuladas com um projeto de vida ou educativo e podem estar diretamente relacionadas com o período de férias.

Ao nível dos projetos de vida, os entrevistados que estiveram em lares de menor dimensão reconhecem que, ainda que não fosse de forma rigorosa e explícita, havia a tentativa de desenvolvimento de um projeto pessoal. Por sua vez, os entrevistados que estiveram em lares de grande dimensão reconhecem não ter havido qualquer intencionalidade ou prática de construção de um projeto pessoal não sendo, por isso, preparada a saída dos menores do Lar e a reinserção no mundo social exterior.

Deste modo consideramos que o facto dos lares não estabelecerem, com os menores, projetos de vida personalizantes e integradores, é altamente contraproducente pois, aquando da saída do lar, estes indivíduos voltam a ficar em risco pois não têm

bases seguras onde se apoiar, levando a que a proteção do risco que o lar facultaria, se revele, apenas, momentânea.

De forma geral, a apreciação que os jovens fazem do acolhimento é negativa, referindo a sua permanência durante anos com sentimentos de revolta, raiva, vontade de fugir, de desproteção, de solidão e de carência, assim como de abandono, sentindo repercussões ao nível de seu desenvolvimento psicossocial, da sua capacidade de se relacionarem com os outros e de se sentirem pouco preparados para a saída. Deste modo, todo o potencial que a estrutura de acolhimento poderia ter sendo conciliadora entre o menor, a família e o mundo, sendo emocionalmente reabilitadora, sendo uma fonte de segurança e de desenvolvimento pessoal, ético e afetivo do menor com experiências de amor incondicional e gratuito, assim como a possibilidade de ser um meio de transgressão pessoal do menor relativamente aos seus referenciais relacionais disfuncionais de origem, acaba por não se concretizar e por ser mais uma experiência traumatizante de abandono, de fragilidade e desproteção, de não reconhecimento do menor como um ser humano e de despersonalização efetiva do menor.

Ao nível da vida relacional com os adultos distinguem-se, nas entrevistas, três elementos: relação do menor com os técnicos, relação do menor com a família e relação do menor com os outros jovens do lar.

Ao nível da relação do menor com os técnicos os entrevistados consideram os adultos pouco competentes para a função que exercem, nomeadamente no acompanhamento mais personalizado dos afetos, do carinho, do acompanhamento e do interesse e caracterizam essas relações com características negativas, nomeadamente, a instabilidade das relações devido à transitoriedade dos elementos técnicos e dirigentes do lar, a indiferença devido à má preparação técnica e à distância da relação, a agressividade dos técnicos para com os menores e a desconfiança dos menores relativamente a alguns técnicos. Esta conclusão vem confirmar que os profissionais devem ter formação específica na área, para poderem intervir de forma positiva. Porém, também elencam características positivas da relação que estabeleceram com alguns técnicos, nomeadamente, a proteção, a confidência, a confiança e a amizade.

Ao nível da relação do jovem com os familiares esta é transmitida como sendo complexa e assume diferentes níveis ao longo do discurso e da sua trajetória que oscila entre um sentimento de responsabilização de um adulto (geralmente, um dos pais) a um sentimento de desresponsabilização e de uma certa desproteção por parte dos pais.

Através da análise das entrevistas constata-se que não há modelos de trajetórias familiares durante o período de acolhimento, verificando-se que há jovens que visitam as famílias onde sofreram agressões psicológicas, físicas e sexuais, há famílias desestruturadas que nunca visitam o jovem no lar ou o recebem, mas que virão a ser o acolhimento dos jovens a partir dos 18 anos e há jovens que deixam de ver a família sem nunca terem percebido a razão. Verifica-se então que o corte do jovem com as suas raízes e com as suas heranças irá agudizar o seu sentimento de desproteção, de não pertença e de abandono, aquando da saída do lar, levando a que se transgridam todos os direitos previamente referidos de contato do menor com as sua raízes e o seu meio e família de origem, que lhe permitam saber qual é o seu meio de pertença e construir a suas identidade e a sua história pessoal de forma equilibrada e sem hiatos e ausências de eventos pessoais.

Ao nível da relação do jovem com outros jovens do lar revela-se como uma relação de amizade, onde prevalece o sentimento de cumplicidade.

Face à preparação para a saída, as situações assumiram diferentes formas, nomeadamente, com preparação prévia em que em um dos casos chegou mesmo a passar por uma casa de transição com acompanhamento posterior para encontrar casa, emprego e para pedir auxílio, sendo esta uma situação muito pouco comum. Porém, é uma situação que se considera extremamente positiva e que deveria ser reforçada e executada em várias situações, caso os menores assim concordassem. As situações sem preparação prévia mas com algum acompanhamento, principalmente para encontrar emprego, e as situações sem preparação prévia e sem qualquer acompanhamento depois de sair do lar, é a situação mais comum entre os jovens entrevistados. Destes, alguns saem mesmo sem o desejarem.

Os sentimentos expressados pelos entrevistados, após a saída do lar, são extremamente contraditórios pois são de satisfação, liberdade, abandono, desamparo, solidão, ingenuidade e medo relativamente aos desafios que encontram no meio exterior (Moura, Guerra e Costa, 2005).

Por conseguinte, os entrevistados referem predominantemente não ter podido manter a relação com a estrutura de acolhimento porque sempre que tentavam retomar o contato e os afetos com os técnicos e com os colegas do lar, este era-lhes vedado, como se a “instituição desaparecesse das suas vidas” (Moura, Guerra e Costa, 2005, p.92) com uma verdadeira separação e rutura. De acordo com os testemunhos registados pudemos

perceber que estes menores em situação de acolhimento, na hora da autonomização voltam a sofrer uma experiência de abandono.

Já os indivíduos entrevistados que estiveram acolhidos em lares de pequena dimensão deram conta de que se dá o retorno e até o apoio pontual ao lar.

Após o acolhimento praticamente todos os entrevistados, à exceção de uma entrevistada que foi adotada, retomaram os laços com a família de origem em situações por vezes precárias, recorrendo à família para encontrar algum envolvimento afetivo, sentido e expectativas para o seu futuro. Neste retorno à família de origem, “dificilmente é possível observar o modelo clássico de família, e os jovens, vão compondo e recompondo o seu agregado, na maioria dos casos dividido ou agredido por gerações de múltiplos problemas de exclusão” (Moura, Guerra e Costa, 2005:93).

Perante os factos expostos e a realidade afirmada pelas autoras do estudo apresentado importa considerar uma questão, tendo também em conta a importância da teoria veiculada por Cigoli e Scabini (2006) relativamente ao Modelo Relacional Simbólico e à afetividade que este comporta, se os menores acolhidos, quando chega a hora de saírem do Lar perdem imediatamente o contato com a mesma que papel assumiram as boas práticas, que papel foi desempenhado pelos técnicos, como foram trabalhados os aspetos relacionais e afetivos deste indivíduo durante o tempo do acolhimento?

É preciso começar a justificar por que não se intervém no maior e melhor recurso que o menor pode ter. Deste modo, estes adultos nunca se sentiram parte de nenhum mundo porque andaram divididos entre dois, o seu sentimento de falta de pertença volta a ser agudizado. De acordo com a nossa opinião ao não intervir com as famílias, as entidades responsáveis não estão a respeitar um dos principais preceitos da Convenção sobre os direitos da criança (Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 8 de Junho), que refere no artigo 8º que “Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a sua nacionalidade, o nome e relações familiares” (Resolução da Assembleia da República, n.º 20/90, 1990).

Denota-se, também, neste estudo que os lares de menor dimensão têm uma prática mais integradora e humanizante que os lares de grande dimensão.

Estudos anteriores, realizados por Carvalho (1993) e Maricondi (1997) mostram algumas das alterações nas rotinas dos lares ou no aparecimento de novas modalidades de atendimento das crianças acolhidas que passaram, da exclusão do contato com o

mundo exterior, para uma ligeira abertura e um contato com a sociedade envolvente. Daí terem surgido as casas-lar, nas quais existe um ambiente semelhante ao da família de origem, ou seja, existe uma mãe-social que vive em permanência na casa com todas as crianças abrigadas, geralmente em número não superior a cinco.

Porém, ainda que existam novos modelos de acolhimento residencial é importante lembrar que segundo Guirado (1986), a relação dos colaboradores nos lares representa sempre uma relação de trabalho e, por essa razão, é uma interação de prática produtiva e não afetiva, o que vai ocasionar relações institucionais que não são as mais favoráveis à criança. Deste modo, reafirmamos a importância de se trabalharem as famílias dos menores para que estas desenvolvam competências afetivas e relacionais propiciadoras de recursos potenciadores do um desenvolvimento integrador do menor.

Por sua vez, as autoras Bazon e Biasoli-Alves (2000) concluíram, através dos seus estudos, que a relação estabelecida com os educadores do lar representa uma parte central da vida dos menores acolhidos, em virtude de serem estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo naquele contexto os seus modelos de identificação. As autoras referem que, no estudo efetuado, os educadores dos lares revelam motivação para criar uma relação afetivamente compensadora. Porém, apontam a necessidade de serem orientados nas suas intervenções quotidianas de modo a compreender o impacto que os seus atos podem ter de forma a darem sentido às suas intervenções do dia-a-dia. Para tal, Eapen (2009) sugere que se aplique um programa que denomina “*Growing Great Kids*” que consiste numa formação teórico-prática intensiva para os colaboradores do Lar juntamente com as famílias de origem acerca do desenvolvimento infantil, das necessidades de saúde e de bem-estar. Esta proposta vai no sentido da ideia de que o papel dos lares não é substituir o papel da família, mas antes complementá-lo.

Por conseguinte, Hortacsu e Cesur (1993), através dos seus estudos com base na teoria da vinculação, pretendem analisar a qualidade das relações estabelecidas por crianças em situação de acolhimento. Para tal, lançam como hipótese central o princípio de que, a privação da criança das suas figuras de vinculação primárias, prediz uma influência negativa ao nível das estratégias de vinculação. O estudo demonstra que, em comparação com o grupo de controlo (crianças inseridas em meio familiar), as crianças em situação de acolhimento estão mais predispostas a desenvolver uma vinculação insegura-evitante ou insegura-ambivalente. Segundo os investigadores, estes resultados devem-se ao facto do ambiente institucional reunir diversos fatores despoletadores de

ansiedade, tais como a falta de disponibilidade afetiva e a escassez de responsividade, a presença de um número elevado de figuras prestadoras de cuidados e a incerteza quanto ao futuro.

Cecatto (2008), num estudo que levou a cabo no Brasil sobre comportamentos agressivos das crianças acolhidas, procurou compreender se as crianças afastadas do convívio familiar e com privação emocional poderiam, numa avaliação psicológica, demonstrar comportamentos agressivos, motivados por aquelas privações e concluiu que, de uma maneira geral, as crianças se tornam mais agressivas quando denotam privação emocional. Este autor, face aos resultados obtidos considera que estas crianças se tornam incapazes de tolerar frustrações, tornando-se mais impulsivas. Um dos fatores que pode contribuir para a diminuição da impulsividade e da agressividade prende-se com o facto de a criança começar a receber mais atenção por parte da família biológica, pelo que a manutenção do convívio familiar é de primordial importância para as crianças integradas em lar (Cecatto, 2008).

Por sua vez, num outro estudo empreendido também no Brasil por Ribeiro (2008), existem relatos de menores que revelam “que a vida em instituição é difícil nomeadamente quando deixa de fazer sentido estar na instituição devido ao alargamento do período de acolhimento que de temporário passa a efectivo e sentem-se a desligar-se da sua família de origem” (Ribeiro, 2008, p.99). Neste contexto, a autora propõe que a convivência familiar e comunitária deve ser assegurada fora dos muros do Lar, com a contribuição dos Lares para o regresso do menor à família de origem, com o contexto familiar devidamente reelaborado e com apoio de políticas sociais eficazes.

A proposta avançada por Ribeiro (2008) vai de encontro aquilo que preconiza a teoria relacional simbólica que defende que os menores acolhidos não devem sofrer um corte radical dos laços com a família de origem e, mais do que isso, esses laços devem ser reforçados, por intermédio da ação dos técnicos que trabalham com o menor e devem também intervir sobre a família no sentido de a reeducar e formatar para a voltar a receber o seu menor e, já com recursos reelaborados e reforçados para dar uma resposta adequada às necessidades da criança e do jovem, sempre que tal se mostre possível.

Na verdade o Modelo relacional simbólico defende que a mediação de conflitos familiares passa por intervir com vista à restituição da confiança e da esperança pois estes são os pilares fundamentais do trabalho de reconstrução dos vínculos (Cigoli & Scabini, 2006). Assim, de acordo com a dinâmica de intervenção proposta pelo modelo

que constitui o enfoque principal do nosso estudo, os técnicos devem operar como ouvintes particulares, atentos e interessados, empenhar-se para conseguirem restabelecer a credibilidade na possibilidade de se conseguir reconstruir a relação familiar degradada, e usando a palavra como expressão mediadora do conflito latente (Cigoli & Scabini, 2007).

Intervindo desta forma vai também ser possível gerar uma base de confiança entre a criança e os seus cuidadores do Lar, de forma a apoiar a criança na construção de uma identidade pessoal com uma base segura e bem fundamentada (Greco, 2006). Assim sendo, a criança percebe que tem heranças geracionais extremamente valiosas, e consegue integrar todas as partes da sua história como elementos de uma história só, o que é fundamental para a sua aceitação e integração.

Em face desta realidade, e também levando em conta o que preconiza Vicente (2009), consideramos que é necessária uma progressiva especialização dos lares de acolhimento de menores capazes de os dotar de capacidades, através de respostas sociais de qualidade, proporcionadas por técnicos e profissionais de qualidade, cuja intervenção se revele com capacidade para alicerçar a vida social futura dos jovens, baseada na confiança e na segurança dos conhecimentos adquiridos no Lar.

Tomando o que temos vindo a dizer ao longo do presente estudo e tendo em conta que a influência da família é fundamental para o desenvolvimento humano, como fundamentam inúmeros estudos da psicologia, (Collins e Laursen, 2004; Smetana, Campione-Barr, e Metzger, 2006), importa ainda referir que várias experiências e intervenções têm vindo a ser promovidas, sobretudo em alguns países europeus, com vista a encontrar um modelo de atuação que seja capaz de garantir que os objetivos principais da acolhimento sejam alcançados, que integrar em estrutura de acolhimento não seja apenas retirar a criança/jovem de um lugar onde este está em risco para o colocar num lugar seguro onde não há afeto. Na verdade, e como sustentam os mais variados autores, (Anthony et al., 2010; Berlin, Vinnerljung e Hjern, 2011; Brown e Wilderson, 2010; Collins e Clay, 2009; Del Quest et al., 2012; Harder, Knorth e Kalverbaer, 2011; Havlicek, 2011; Lenz-Rashid, 2006; Stein e Munro, 2008) a implementação de programas de acolhimento deve ter como principal alicerce o desenvolvimento da autonomia e das competências pessoais e sociais das crianças e adolescentes acolhidos em um lar.

Também em Portugal se tem vindo a assistir a uma mudança de paradigma nos últimos anos que começa a interpretar a acolhimento como parte integrante do sistema

de promoção e proteção, cujo objetivo é garantir uma resposta qualificada e adaptada às necessidades dos menores em perigo (Rodrigues et al., 2013).

Uma dessas tentativas de mudança, reportada por Rodrigues et al (2013) é o denominado projeto *Family Like Environment* que constitui um desenvolvimento do projeto proposto por Del Valle, (2009), o projeto *Umbrella* e que, no estudo de Rodrigues et al (2013) assume a denominação de “modelo familiar”. Este é um modelo que aposta na abertura à comunidade com vista ao desenvolvimento da autonomia do jovem acolhido, através da integração em pequenas residências e de valorização do papel das crianças e da sua individualidade. Este modelo ainda não está plenamente implementado pois debate-se com alguns constrangimentos formais, nomeadamente o tamanho atual dos lares de acolhimento e dificuldade financeira expressa em alterar as estruturas físicas da rede de apoio.

No contexto da mudança há também que referir que em 2012 o Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças) foi substituído pelo Programa SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), que assenta em três tipos de lares: o generalista, o terapêutico e o especializado e que se guia por linhas muito similares às do projeto DOM mas que também tem visto a sua aplicação concreta protelada (Rodrigues, 2013).

O projeto *Umbrella*, que como já dissemos foi desenvolvido por Del Valle, (2009), tem por princípios fundamentais o alcance dos seguintes objetivos: ter em conta as necessidades específicas das crianças e dos jovens acolhidos, procurando desenvolver um programa de intervenção individualizado, respeitando os direitos dos menores e das suas famílias, apostando na formação/escolarização adequadas e na resposta às suas necessidades básicas, garantindo o conforto, a alimentação o vestuário entre outros, bem como proporcionar o acesso a cuidados de saúde; proporcionar às crianças uma vida o mais similar possível das que vivem num ambiente familiar, devendo-se promover um ambiente reparador e terapêutico; trabalhar com os menores no sentido destes desenvolverem competências de autonomia; e trabalhar com as famílias com vista à reintegração familiar quando tal se mostrar possível (Gomes, 2010).

II ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO

Para levar a cabo a presente investigação fui instigada e motivada pelas minhas vivências profissionais e pela necessidade de, enquanto Técnica Superior de Serviço Social, aprender a perceber a realidade dos LIJ sob o ponto de vista da Psicologia por forma a ser capaz de, no âmbito do desempenho das minhas funções, fazer o encaminhamento correto das situações que me forem apresentadas.

Sabendo também que cada situação é vivida no interior das fronteiras do seu espaço e do seu tempo optamos por empreender um processo investigativo baseado numa abordagem qualitativa, do tipo, Estudo de Caso.

1 Identificação do Problema

A presente investigação tem então por finalidade observar e perceber as dinâmicas existentes nos Lares de Infância e Juventude na ótica relacional e dimensão simbólica e verificar se estas dão resposta às necessidades daqueles que lá estão em situação de acolhimento. Visamos ainda conhecer os programas de reinserção que existem nos Lares para o desenvolvimento dos menores, nomeadamente naquela que constituiu o foco do nosso estudo.

Sendo certo que se torna essencial haver um acolhimento de qualidade e promotor do equilíbrio dos menores, verificamos, que se torna difícil, sob o ponto de vista da análise bibliográfica, identificar a vivência dentro dos Lares em termos de práticas, dinâmicas e procedimentos o que deixa espaço à colocação de várias questões investigativas, tais como: quais as dinâmicas e formas de atuação dos Lares de Infância e Juventude no âmbito do Acolhimento do menor em Lar? De que forma é realizado o acolhimento e quais as intervenções levadas a cabo para integrar o novo membro de forma adequada? Quais as dinâmicas e as formas de atuação no âmbito do período de acolhimento dos menores, nomeadamente, como se constroem os projetos de vida? De que forma envolvem o menor e a sua família nesses projetos? Quais as estratégias utilizadas para levar a cabo cada projeto de vida? De que forma se desenvolve o dia-a-dia do menor ao nível do tipo de relação afetiva que estabelecem com os técnicos e educadores do Lar? Será que o Lar, nas dinâmicas diárias, consegue dar resposta às necessidades do menor?

Para além destas indagações e tendo em conta o Modelo Relacional Simbólico e a importância da família, queremos também aferir de que forma o Lar promove e desenvolve a relação entre o menor e a família de origem.

Na verdade e tendo em conta o referencial teórico que nos é oferecido pelos investigadores italianos que partilham a autoria do Modelo Relacional Simbólico somos levados a aferir que a estrutura da família tem um peso muito importante no desenvolvimento da identidade pessoal de cada um através da transmissão gerativa da dimensão simbólica, e dinâmica das relações (Cigoli & Scabini, 2006); mas também não podemos negligenciar a importância social dos Lares nem o papel que cumprem, evitando que os menores cresçam e se desenvolvam em contextos familiares disfuncionais e incapazes de as providir nas suas necessidades mais básicas. Então, o problema que se coloca tem muito a ver também com a tentativa de encontrar um meio-termo entre as duas realidades focadas: o modelo relacional simbólico e as famílias, por um lado e as lares, por outro. Visamos aferir em que pontos se cruzam e saber se poderiam entrosar-se ainda mais.

2 Questão de investigação

Traduzir o que vulgarmente se apresenta como foco de interesse do ponto de vista da investigação científica não é uma tarefa linear ou fácil, porque uma investigação, que se traduz naturalmente na procura de algo, implica hesitações, desvios e incertezas (Quivy&Campenhoudt, 2008). Torna-se então necessário escolher um fio condutor o mais claro possível. Assim, dizem, o investigador deve procurar enunciar o seu projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida.

Com este intuito formulamos as seguintes questões de partida para a nossa investigação:

- Quais as dinâmicas e formas de atuação deste LIJ?
- De que forma é realizado o acolhimento e quais as intervenções levadas a cabo para integrar o novo membro de forma adequada?
- Quais as dinâmicas e as formas de actuação no âmbito do período de acolhimento dos menores, nomeadamente, como se constroem os projetos de vida?
- De que forma envolvem o menor e a sua família na elaboração dos projetos?

- De que forma se desenvolve o dia-a-dia do menor ao nível do tipo de relação afetiva que estabelecem com os técnicos e educadores do Lar?
- Será que o Lar consegue dar resposta a todas as necessidades do menor?
- De que forma o Lar promove e desenvolve a relação entre o menor e a família de origem, nomeadamente, quais as dinâmicas e quais as estratégias?
- De que forma é promovida a autonomização dos menores?
- Quais as intervenções assumidas para a preparação do menor para a saída do Lar e reinserção no seu meio social?

3 Definição dos Objetivos

Segundo Odília Fachin (2005; p. 113), “*o objetivo é o resultado que se pretende em função da pesquisa (...). Geralmente é uma proposta para responder à questão que representa o problema. De acordo com a abrangência dos objetivos, estes podem ser, gerais e específicos. No primeiro caso, indica uma ação muito ampla do problema e, no segundo, procuram descrever ações pormenorizadas.*”

3.1 Objetivos Gerais

Assim, os objetivos gerais que nos propomos atingir ao longo deste percurso investigativo estão focados na necessidade de:

- Verificar as dinâmicas existentes no LIJ e aferir se estas dão resposta às necessidades dos menores.
- Conhecer os programas de reinserção que existem no Lar, que constitui o alvo do nosso estudo, para o desenvolvimento dos menores.

3.2 Objetivos específicos

1. Identificado o problema e definidos os objetivos, passamos a enunciar Objetivos específicos que formulámos tendo em vista o conhecimento integral do funcionamento e das dinâmicas de um LIJ:
2. Tomar conhecimento de que forma é realizada a integração dos menores no Lar.
3. Tomar conhecimento da forma como são elaborados os projetos de vida dos menores em situação de acolhimento.
4. Tomar conhecimento das estratégias adotadas para levar a cabo esses projetos de vida.
5. Compreender se as necessidades sentidas pelo menor foram respondidas pelo Lar.
6. Tomar conhecimento do tipo de estratégias levadas a cabo para se realizar uma reinserção social totalmente integradora e eficaz.
7. Tomar conhecimento de que forma os menores que permanecem até à maioridade, são preparados para fazer face aos desafios quotidianos e para levarem uma vida autónoma.

4 Desenho do estudo – Investigação Qualitativa

Ribeiro (1999) defende que o Método tem como objetivo “descrever em pormenor como se realizou o estudo, de tal modo que qualquer possa replicá-lo com base na informação fornecida”. Assim o método é o caminho para se conhecer as respostas às questões de investigação.

De forma a dar resposta às questões de investigação que apresentamos no item anterior, optamos por empreender um processo investigativo baseado numa abordagem qualitativa, do tipo, Estudo de Caso.

A opção pela abordagem qualitativa tem em conta o facto de que a mesma é considerada “particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade de universos de vida” (Flick, 2005, p.2) e versando o nosso estudo na vertente relacional com dimensão simbólica das dinâmicas de acolhimento em LIJ onde coexistem vários universos de vida, parece justificar a necessidade de utilização deste método no nosso estudo. Para além disso, a investigação qualitativa irá permitir-nos estudar as dinâmicas de acolhimento em LIJ a partir de uma perspetiva interna facilitando assim a compreensão do mundo de significados de cada um dos

entrevistados levando-nos a, tal como defendeu Holanda (2006), descrever as experiências dos sujeitos sobre determinados fenómenos, nomeadamente sobre as dinâmicas de acolhimento na perspetiva de quem acolhe e intervém na vida da criança e do jovem acolhido e na perspetiva de quem é acolhido (jovem) e de quem tem filhos em situação de acolhimento (mãe), permitindo assim a valorização da qualidade socialmente construída favorecedora de uma relação de proximidade entre o investigador e o objeto de estudo (Denzin & Lincoln, 2006) tal como se pretende.

Neste método é priorizada a análise do comportamento humano, a observação naturalista, a subjetividade, e, fundamentalmente, a orientação para a descoberta e para o processo em si mesmo, descritivo e indutivo, deixando-se de lado, ou dotando-se menos atenção à generalidade (Janesick, 2000). Só por meio deste método poderemos debruçar-nos “nos processos e significados” (Garcia & Quek, 1997, p.451) dos discursos analisados através da sua interpretação. Trata-se de um item de extrema importância pois vai determinar o rumo seguido pela investigação. Na verdade a mesma realidade pode ser interpretada de formas diferentes bastando, para tal, que se mude apenas uma das variáveis do método, o seu investigador. Cada investigador trará para o objeto a avaliar uma visão diferente, embaçada dos seus próprios princípios, conhecimentos, valores e até mesmo características de personalidade, sendo, portanto, na interpretação e na atribuição de significados que reside a verdadeira essência da investigação qualitativa. Apenas pela aplicação deste método conseguimos aplicar “a capacidade de empatizar, de recriar a experiência dos outros em nós próprios” (Bresler, 2000, pág. 13), permitindo-nos compreender de forma aprofundada a efetiva responsividade do Lar às necessidades das crianças e dos jovens por meio das relações reparadoras e integradoras (Gomes, 2010), da transmissão de valores gerativos (Cigoli & Scabini, 2006) para que a compreensão dos entrevistados seja mais integradora, “não através do princípio da generalização mas sim do princípio de transferência” (Seabra, Mota e Castro, 2009, p. 57-58). Deste modo, confirmamos a perspetiva de Cigoli e Scabini (2006) que defende que, numa ótica relacional simbólica, o investigador não consegue, nem pode estabelecer uma relação neutra com o objeto de estudo pois através da aplicação das técnicas o investigador entre no mundo relacional dos participantes e estes no seu.

Reforçamos, ainda, a pertinência da aplicação do método qualitativo, pelo facto de que a nossa amostra, tal como veremos um pouco mais à frente, não é homogénea sendo que cada um dos sujeitos entrevistados foi inserido na investigação com um

objetivo particular. Dada esta disparidade de sujeitos entrevistados, a metodologia qualitativa é aquela que se apresenta como mais adequada para se proceder à análise dos dados obtidos uma vez que “... é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al, 1985), as abordagens qualitativas têm uma aplicabilidade mais adequada em investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos” Minayo (2010, p. 57).

Ao nível dos métodos qualitativos existem técnicas que podem ser utilizadas, conforme descreve Creswell (2007) sendo estes: a etnografia, a teoria embasada, o estudo de caso, os estudos fenomenológicos e o estudo da narrativa.

No presente estudo, recorreremos ao Estudo de Caso para estudar a realidade de um LIJ que, pelas suas práticas quotidianas consegue destacar-se ao nível dos cuidados humanizados, personalizados e individualizados (Manual de Boas Práticas, 2006).

O Estudo de caso tem por base “as características do fenómeno em estudo, as quais se encontram interligadas às estratégias de análise a adoptar procurando sempre estudar-se um fenómeno contemporâneo em contexto real” (Yin, 1994; p. 13) sendo de opinião que se deve efectuar a triangulação dos dados recolhidos, apresentando-se sempre com um forte cunho descritivo. A nossa intenção com este estudo é observar o fenómeno dentro do seu contexto (Yin, 2006). A aplicação da metodologia Estudo de Caso possibilita “a análise de uma situação natural, e rica em dados descritivos, com um plano aberto e flexível e focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada” (Ludke & André, 2007; p.18).

Tal com afirma Gil (1995, p. 78), uma das vantagens do estudo de caso é “o estudo profundo e exaustivo de um objecto de maneira a permitir um conhecimento amplo e detalhado do mesmo”, embora o autor saliente que tem alguns inconvenientes, de entre os quais “a impossibilidade de generalizações dos resultados obtidos” (Gil, 1995; P.79) tal como acontece no nosso estudo.

Por sua vez, Yin (1984) considerou que o recurso ao Estudo de caso justifica-se quando o "como" é a perguntas central tal como no nosso estudo que ao perceber as dinâmicas de acolhimento do Lar estaremos a perceber o “como” se intervém, quando o estudo é realizado em contexto de vida real, tal como já verificamos anteriormente que

este estudo confirma este pressuposto. Por sua vez Halinen e Tornroos (2005) complementam dizendo que o Estudo de caso é útil quando conhecimento existente sobre o fenómeno é pequeno e existe a necessidade de explorar uma situação que não está bem definida (Macnealy, 1997) como de fato já salientamos que é o caso do nosso estudo.

No âmbito do modelo de investigação qualitativo por estudo de caso e, por forma a dar resposta aos problemas elencados a partir da definição dos objetivos optou-se pelo paradigma interpretativo pois tal como refere Sarmiento (2000, p. 16) ao citar Merriam (1988) e Atkinson e Hammersley (1998) para afirmar que as investigações qualitativas caracterizam-se pela descrição e análise intensiva e holística de uma dada realidade social singular, pelo que nos baseámos em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como em entrevistas.

O aprofundamento de conhecimentos através do estudo de literatura pertinente impunha-se como base do nosso caminhar. O entendimento e a colaboração com os técnicos, o jovem e a mãe de dois jovens acolhidos no Lar, foram sempre procurados.

O nosso estudo não será tão abrangente e profundo quanto preconiza o modelo qualitativo, mas cremos que pelo menos pudemos realizar um trabalho consciencioso que permita lançar propostas de futuro, o que nos permitirá, uma intervenção mais profícua. Obedecemos, naturalmente, a alguns critérios e metodologias próprias, quer na fase de acção, quer na de reflexão.

Nesta nossa investigação, o Estudo de caso foi adotado não apenas para encontrar respostas aos problemas elencados a partir dos objetivos de investigação, mas para que analisando as dinâmicas de acolhimento em LIJ possamos lançar novos caminhos a percorrer de forma a garantir que a experiência de Acolhimento seja uma experiência o mais gerativa, integradora e reabilitadora possível.

5 Amosta e Participantes

Para levar a cabo a presente investigação optamos por analisar uma amostra não probabilística e por conveniência (Creswell, 2007). Esta amostragem, tal como consideraram Carmo e Ferreira (1998), é selecionada com base em critérios de escolha intencional que vão ser utilizados de forma sistemática tendo em vista determinar as unidades da população que fazem parte da amostra. Ou seja, os elementos incluídos na amostra foram escolhidos de modo intencional por parte do investigador e têm por base um julgamento pessoal do investigador que se fundamenta na necessidade de

compreender o modo de atuação de cada um dos técnicos do Lar que têm responsabilidades diretas nas dinâmicas de acolhimento e também de perceber qual a percepção que o menor tem em relação à sua situação de acolhimento no Lar em estudo, e qual a percepção que a mãe tem face ao facto dos seus filhos estarem acolhidos nas Oficinas e face às diferentes dinâmicas existentes durante a permanência dos seus filhos neste Lar.

Como sujeitos participantes nesta investigação temos um menor em situação de acolhimento, que demonstrou ter capacidade de percepção das questões colocadas e foi capaz de responder a todas. Trata-se de um menor que comporta alguns anos de experiência de acolhimento e consciência dos diferentes eventos do seu percurso. Temos também um técnico diretamente relacionado com o menor, um monitor/educador a quem foi atribuída a responsabilidade do menor entrevistado e de outros que se encontram acolhidos naquele Lar. Temos ainda no conjunto da amostra o diretor do Lar em estudo e uma psicóloga, técnica do Lar que, tal como o entrevistado educador, trabalha diretamente com os menores acolhidos.

O grupo de amostragem fecha-se com a participação de uma entrevistada mãe de menores acolhidos, ou seja, tentamos, perceber as perspetivas dos principais intervenientes no processo de acolhimento

A amostragem procurou ter em conta os critérios de inclusão que visavam encontrar representantes do fenómeno que pretendemos aprofundar por isso entendemos que a mesma deveria ser composta por um representante do corpo de direção do Lar, bem como por um Educador que intervém diariamente com os menores em acolhimento, e também com a Psicóloga, pela preponderância da sua intervenção em toda a dinâmica de acolhimento. A percepção destes três entrevistados, cada um na sua área de intervenção profissional, será determinante para que se consiga perceber as dinâmicas de acolhimento e as técnicas profissionais desenvolvidas quotidianamente. Por outro lado, através dos dados recolhidos junto do menor e da mãe de menores acolhidos, poderemos aferir a visão que o público alvo do Lar tem face às práticas de acolhimento de que são alvo.

Dado que os níveis etários, culturais, o tipo de linguagem a ser adoptada, e o teor das questões a ser colocadas eram divergentes, optamos pela construção de cinco guiões de entrevista diferentes, um para cada elemento da amostra, sendo que dentre todos os guiões de entrevista, o que foi construído para ser colocado ao Educador e aquele que

serviu de guia à entrevista com a Psicóloga eram os mais semelhantes. Os guiões das entrevistas podem ser consultados em anexo.

6 Instrumentos

Os instrumentos mais usados para a recolha de dados, nos estudos de caso, são a entrevista, a observação e a consulta de documentos. Para a realização da presente investigação optamos pelo recurso a duas técnicas de recolha de dados, nomeadamente, o questionário sociodemográfico e a Entrevista semiestruturada.

6.1 Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico foi utilizado no presente estudo no sentido de aferir as características profissionais dos colaboradores do Lar em estudo e para aferir as características sociais do jovem e da mãe entrevistados. Devido à heterogeneidade dos entrevistados foram elaborados 3 tipos de questionários sociodemográficos.

Deste modo, temos um Diretor Técnico do género Masculino, que tem 37 anos, que, como habilitações literárias, para além da Licenciatura, tem uma Pós-graduação. Para além destas características, o Diretor Técnico exerce funções no Lar há 16 anos e tem isenção de horário.

A Psicóloga do Lar tem 32 anos, tem Licenciatura e Mestrado, exerce funções no Lar há 2 anos e tem como horário de trabalho de segunda a quinta feira das 13:30h às 21:30 e à sexta feira das 13:00h às 20:h.

O Educador do Lar tem 30 anos, tem Licenciatura em Serviço social cujas funções também exerce, e encontra-se a colaborar com o Lar há 8 anos e tem como horário de trabalho de Técnico Superior de Serviço Social das 09:00h às 17:00h e como Educador das 18:30 às 23:30 em determinados dias definidos rotativamente.

Relativamente ao Jovem entrevistado é um jovem com 17 anos, tem como habilitações literárias o 12º ano profissionalizante, encontra-se acolhido no Lar há 2 anos e já tinha integrado outras Estruturas de Acolhimento.

Relativamente à Mãe entrevistada no presente estudo, é mãe de 3 menores dos quais dois se encontram acolhidos no Lar e tem 45 anos, não exerce profissão remunerada, é beneficiária de benefícios sociais e tem como habilitação literária o 12º ano.

6.2 Entrevista

A entrevista semi-estruturada é um instrumento privilegiado na realização de investigações qualitativas, uma vez que se apresenta como meio singular para conhecer outras pessoas, para captar as suas experiências, sentimentos e opiniões e para conhecer o contexto onde se inserem. As entrevistas podem produzir novo conhecimento na interação entre entrevistador e entrevistado. A aplicação sistemática das entrevistas na investigação qualitativa é relativamente nova, mas utiliza-se cada vez mais nas ciências sociais (Kvale, 2008; 2011).

Para a elaboração do guião da entrevista consideramos a necessidade de ter em conta o cuidado de tentar que as questões fossem abrangentes. Este documento de recolha de dados destinou-se a ser respondido pelos participantes acima mencionados razão pela qual se apresentaram três guiões diferentes, embora complementares. Na elaboração de todos os guiões foram levados em consideração os conhecimentos adquiridos durante a realização da revisão de literatura. De referir que, por se tratar de uma entrevista semi-estruturada, construída especificamente para o efeitos do presente estudo, foram realizadas cinco entrevistas de teste a elementos com as mesmas categorias que os entrevistados do presente estudo (diretor técnico, um técnico, um educador, um jovem e uma mãe). Desta forma, as questões puderam ser testadas e avaliou-se a pertinência de cada uma delas.

As entrevistas de teste e as entrevistas objeto do presente estudo foram realizadas presencialmente e tentaram traduzir-se numa “... conversa a dois (...) realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo investigador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista os objetivos de estudo” (Mynaio, 2010; p. 261).

O recurso a entrevistas semiestruturadas revelou-se particularmente útil pois facultou ao investigador um caminho a percorrer durante a entrevista mas sem retirar a liberdade de resposta aos entrevistados pelo recurso a perguntas abertas (Flick, 2002)

Nas entrevistas, foram questionadas as diferentes dinâmicas do acolhimento desde da admissão até à autonomização passando pela discriminação da relação afetiva entre os colaboradores do Lar e os menores acolhidos, pela aferição das estratégias levadas a cabo pelo lar para se aproximar à famílias dos menores, passando pela gestão do quotidiano dos menores até ao planeamento das intervenções durante o período de acolhimento para a conquista de um acolhimento de sucesso.

7 Procedimentos éticos de recolha e análise dos dados

Para se dar continuidade à investigação, após a construção dos instrumentos, uma vez elaborados e selecionados os materiais a serem utilizados (Consentimento Informado e gravador áudio) foi efetuada uma reunião com o Diretor Técnico do Lar no intuito de conseguir uma autorização prévia da direção, com vista à realização das entrevistas. Deste pedido (Consentimento Informado) constaram os objetivos da investigação bem como o compromisso de manutenção do anonimato dos intervenientes e da não divulgação pública dos resultados. Foi, ainda, combinada a data, ou datas, possíveis de realização das entrevistas e definidos quais os sujeitos a serem entrevistados.

Para o registo dos dados seguiram-se as três fases propostas por Flick (2005, p.170) “registar os dados, prepará-los (transcrição) e construir uma ‘nova’ realidade”. Para a realização das entrevistas, procedeu-se à uma apresentação inicial do investigador para começar a criar um ambiente de conforto e abertura. Explicou-se que os pressupostos de confidencialidade seriam integralmente respeitados e deu-se a liberdade a cada um dos entrevistados de parar ou cessar a entrevista em qualquer momento que entendesse por conveniente. De seguida, procedeu-se à recolha do Consentimento Informado e à solicitação de autorização para o recurso ao registo áudio através de um gravador. Realizou-se a entrevista dando sempre o tempo que cada um dos entrevistados necessitasse para responder às questões que lhe iam sendo formuladas. No final da entrevista, agradeceu-se a colaboração e expressou-se verbalmente a importância da contribuição de cada um dos entrevistados para o estudo de forma a sentirem-se devidamente valorizados pela contribuição facultada. Posteriormente foram transcritas para se poder proceder à análise de conteúdo das mesmas.

A análise de conteúdo é caracterizada por Esteves (2006; p. 107) como “um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informação previamente recolhida”. Esta designação é complementada por Stemler (2001) ao definir a análise de conteúdo como “uma técnica sistemática e replicável para comprimir muitas palavras de texto em poucas categorias de conteúdo, baseada em regras explícitas de codificação”.

Ao nível da análise de conteúdo foi utilizado um Procedimento Aberto em que as categorias são definidas a partir dos dados obtidos através do estudo (dados

empíricos) através de um processo indutivo em que se define uma classificação adequada (Esteves, 2006).

Após ser efectuada uma leitura flutuante dos dados recolhidos, através da qual se procurou encontrar os pontos-chave, passou-se à análise de conteúdo propriamente dita, isto é, a uma análise semântica da informação recolhida. Através desta técnica realizou-se uma descrição tão objectiva quanto possível (Flick, 2005). Foram então seleccionadas as unidades de registo (ideias) mais significativas, a partir da leitura de cada entrevista, e elaborada a sua categorização, o que permitiu reduzir e tornar perceptível o material recolhido (Flick, 2005). Finalmente, procedeu-se à construção de uma grelha. Após a construção da grelha, realizou-se a análise e à discussão de dados à luz do modelo relacional-simbólico e daí conseguiram-se obter as conclusões do estudo.

8 Apresentação e discussão de resultados

8.1 Caraterização das Oficinas de S. José

Este estudo de caso é efectuado numa instituição do distrito de Braga, um Lar de Infância e Juventude de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) desde finais da década de 80 do século, cujo lema principal é “Educar para a afectividade” e que cita Delors (2000) afirmando que “a educação é, também, um grito de amor à Infância e à Juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades, dando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educativo, sem dúvida, mas também na família, na comunidade de base, na ação”.

Foi um Arcebispo Primaz de Braga, D. António José de Freitas Honorato quem, em 1889, fundou esta instituição com o intuito de responder à problemática existente no seu tempo, relativamente à educação das crianças que se encontravam numa situação de abandono, que eram órfãs ou cuja situação era de perigo eminente.

Este projeto tinha como fundamento retirar das ruas os rapazes que se encontravam numa situação de pobreza, nos finais do século XIX, pelo que o problema principal era dar um “lar” a estes rapazes e, posteriormente, proporcionar-lhes uma alfabetização para além de se pretender o ensino de uma profissão futura. Para que este projeto fosse viável, a instituição criou oficinas próprias no exterior e só anos mais tarde foi possível, com a mudança para as actuais instalações, ter oficinas de tipografia na própria instituição, o que veio a acontecer na década de 40 do século XX.

Neste século, o Lar é destinado a acolher rapazes de idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, oriundos de famílias disruptivas. Atualmente encontram-se acolhidos no Lar cerca de 50 crianças e jovens, que podemos inserir em três grupos: “os pequenos”, que frequentam o 1º ciclo do ensino básico; “os médios”, que frequentam o 2º e 3º ciclos e “os grandes”, que frequentam o ensino secundário ou estão já inseridos no mundo do trabalho.

8.1.1 *Objetivos do Lar*

São objetivos deste Lar:

- a) Acolher menores privados do meio familiar funcional, proporcionando-lhes um meio propício a uma educação integral, alicerçada em valores morais e cristãos;
- b) Possibilitar às crianças/jovens uma formação profissional para que possam enfrentar, com mais confiança, os desafios com que ir-se-ão confrontar no futuro;

c) Colaborar com Lares públicos e privados que permitam enquadrar o processo educativo das crianças/jovens acolhidas nas Oficinas.

8.1.2 Valências do Lar:

São valências do Lar:

- a) Internato (funcionando como Lar de crianças e jovens do sexo masculino, cujas idades estão compreendidas entre os 6 e os 18 anos);
- b) ATL (para crianças dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico);
- c) Tipografia.

8.1.3 Comunidade Educativa do Lar

Como em qualquer Lar, este comporta uma comunidade multifacetada, constituída pelos seguintes elementos: direcção; equipa técnica; equipa educativa; equipa de apoio; voluntários e, num âmbito mais alargado, os pais/família dos menores, tutores e toda a comunidade envolvente. Desta forma o Lar valoriza toda a comunidade envolvente visto que esta contribui para uma educação de qualidade onde todos, e cada um, têm um papel a desempenhar pois, tal como se afirma no Projeto Educativo (PE) do Lar, parafraseando um provérbio africano, “para educar uma criança é necessária toda uma aldeia”.

As Oficinas de S. José procuram trabalhar com base na interdisciplinaridade, na complementaridade e na articulação entre todos como forma de potenciar o desenvolvimento das competências dos menores nas diferentes áreas, cuja finalidade é permitir a formação de uma personalidade plena e harmoniosa “com vista à obtenção de uma cidadania plena, que lhes permite usufruir de todos os direitos, deveres e garantias consignadas na Convenção dos Direitos da Criança (1989), ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. Além disso, procura-se fomentar o sentido de equipa e o trabalho grupal desenvolvendo o sentido comunitário e de pertença a um grupo”, tal como se pode ler no PE.

8.1.4 *Caracterização das crianças/jovens e respetivas famílias*

Embora o Lar tenha sido fundado para receber crianças e jovens, do sexo masculino, cujas idades se situem entre os 6 e os 18 anos, atualmente este facto não se verifica dado que o mais novo tem 4 anos e o mais velho 23 anos, tendo sido admitidos, na sua maioria, a partir de 1995. Verifica-se a existências de duas situações de três irmãos, duas de quatro irmãos e seis de dois irmãos.

Os problemas das famílias das crianças e jovens acolhidos são originados pelo desemprego de longa duração, alcoolismo, toxicod dependência, prostituição, problemas de fórum psiquiátrico, entre outros.

Apresentamos, em seguida, alguns quadros que fazem parte do PE deste Lar e que demonstram a caracterização das famílias (quadro 1); o tipo de estruturas familiares (quadro 2); a situação profissional (quadro 3); a média de idade dos pais (quadro 4); a área de proveniência das crianças/jovens (quadro 5); a caracterização das crianças/jovens em função das idades (quadro 6) e a caracterização das crianças/jovens em função do tempo de permanência no Lar (quadro 7).

Quadro 1: Caracterização das Famílias

Média de Idades	Tipo de Famílias	Situação Profissional
Pai – 45 anos	Família Nuclear com filhos biológicos – 31%	Activos – 37%
Mãe – 38 anos	Família Monoparental feminina – 23%	Não Activos – 53%
Total – 40 anos	Família Reconstituída com filhos de outras uniões – 38%	Desempregados – 4.65%
	Família Monoparental masculina – 8%	

Quadro 2: Tipologia de estruturas familiares

Família Nuclear com filhos biológicos	31%
Família Reconstituída com filhos de outras uniões	38%
Família Monoparental feminina	23%
Família Monoparental masculina	8%

Quadro 3: Situação Profissional

Activos	37%
Não Activos	53%
Desempregados	4.65%

Quadro 4: Média de Idade dos pais

Pai	45 anos
Mãe	38 anos
Média	41,5 anos

Quadro 5: Áreas de proveniência

Distrito de Braga	Nº de crianças/jovens
Amares	4
Barcelos	9
Braga	14
Famalicão	2
Guimarães	3
Terra de Bouro	2
Vieira do Minho	3
Vila Verde	10

Quadro 6: Caracterização Crianças e Jovens em função da idade

Idade	Nº de crianças/jovens
6 anos	1
7 anos	1
8 anos	1
9 anos	3
10 anos	2
11 anos	3
12 anos	5
13anos	3
14 anos	5
15 anos	6
16 anos	8
17 anos	7
18 anos	1
19 anos	1
20 anos	1
21 anos	1
25 anos	1
TOTAL	50

Quadro 7: Caracterização crianças e jovens e tempo de permanência

Tempo de permanência	Nº de crianças/jovens
Menos de 1 ano	9
De 1 a 2 anos	6
De 2 a 5 anos	22
De 5 a 10 anos	11
Mais de 10 anos	2
TOTAL	50

8.1.5 Caracterização das Equipas Técnica e Educativa

Estas equipas são formadas por um total de oito elementos, de uma maneira geral jovens, mas que já trabalham no Lar há alguns anos, o que significa estabilidade laboral e, conseqüentemente, conhecimentos das crianças e dos jovens proporcionando, deste modo, sustentabilidade aos projetos implementados e benefício no estabelecimento de uma relação de empatia com todos os utentes. A caracterização da equipa educativa é apresentada no quadro que segue (quadro 8) e a equipa técnica noutro quadro (quadro 9).

Quadro 8: Caracterização da Equipa Educativa

Cargo	Sexo	Idade	Hab. Literárias	Anos de serviço
Educadora	Feminino	60 anos	12º ano	23
Educadora	Feminino	35 anos	Lic. Educação	16
Educador	Masculino	35 anos	Lic. Educação/Teologia	12
Educador	Masculino	28 anos	Lic. Serviço Social	7
Educador	Masculino	28 anos	Lic. Teologia	3
Educador	Masculino	23 anos	12º ano	6

De salientar que existe um bom clima e uma boa interação entre todos os Educadores, o que aumenta as possibilidades de sucesso da intervenção.

Quadro 9: Caracterização da Equipa Técnica

Cargo	Sexo	Idade	Hab. Literárias	Anos de serviço
Director Técnico	Masculino	36 anos	Lic. Teologia	13
Jurista	Masculino	35 anos	Lic. Direito/Teologia	11
Psicóloga	Feminino	33 anos	Lic. Psicologia	8
Técnico de Educação	Feminino	32 anos	Lic. Educação	5
Assistente Social	Masculino	28 anos	Lic. Serviço Social	1
Psicóloga	Feminino	30 anos	Lic. Psicologia	1
Téc. Anim. Socioeducativa	Feminino	24 anos	Lic. Animação Socioeducativa	1

Estas equipas usufruem de formação, quer a nível interno, quer externo, salientando, a título de exemplo, a candidatura em 2007/2008 ao POPH, para formação nas áreas de Primeiros Socorros, Higiene e Segurança no Trabalho e em 2008/2009 em Gestão e Resolução de Conflitos, Liderança e Implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade. Foram ainda realizadas Acções de Formação promovidas pela Segurança Social, Universidade do Minho e Instituições de acolhimento de crianças/jovens em perigo, formações no âmbito de menores em risco, integrados em Lares de Infância e Juventude.

Através do plano de formação proporcionado pretendeu-se fomentar uma maior segurança e eficácia da intervenção, equilíbrio emocional e coesão de grupo. Para que seja elaborado um novo Plano de Formação, o Lar ausculta todos os intervenientes e verifica quais as suas necessidades de formação.

8.1.6 *Caraterização da Equipas de Apoio e Administrativa*

A equipa de apoio é constituída por seis elementos distribuídos pelos sectores da Secretaria, Limpeza e Lavandaria (quadro 10).

Quadro 10: Caracterização da Equipa de apoio

Cargo	Sexo	Idade	Hab. Literárias	Anos de serviço
Ecónoma	Feminino	57 anos	9º ano	18 anos
Auxiliar	Feminino	52 anos	6º ano	18 anos
Auxiliar	Feminino	52 anos	6º ano	15 anos
Auxiliar	Feminino	45 anos	6º ano	6 anos
Lavandaria	Feminino	61 anos	4º ano	27 anos

8.2 **Análise de Conteúdo – Apresentação dos Resultados**

A metodologia usada para a realização dos dados obtidos foi a análise de conteúdo categorial. Através desta foram construídas categorias que nos permitiram perceber as dimensões qualitativas de todas as variáveis que constituíram a nossa abordagem de recolha. A análise das entrevistas foi então realizada com base na regras específicas da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) e por esse motivo foram tidas em conta as características das boas categorias como a exaustividade, exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objectividade e fidelidade (Bardin, 1977).

No nosso estudo a análise de conteúdo resultou em três categorias de terceira ordem, quatorze categorias de segunda ordem e vinte e nove categorias de primeira ordem. Todas elas foram organizadas na tabela que apresentamos a seguir

Tabela 1: Categorias de primeira, segunda e terceira ordem. Acolhimento de menores, procedimentos e normas nos Lares de acolhimento de menores.

Categorias de 3ª Ordem	Categorias de 2ª Ordem	Categorias de 1ª Ordem	
Caracterização do Lar	Características profissionais	Experiência Profissional Multiplicidade de funções	
	Características das Oficinas de S. José	Políticas da qualidade Autonomização Limitações Estruturais do Lar Geratividade	
		As heranças familiares	Permanência nas Oficinas de S. José
		Famílias multidesafiadas	Problemáticas familiares Integração na família de origem Proximidade com as famílias
	Gestão dos Menores		Dinâmicas de gestão do quotidiano Proximidade relacional
		Abertura à família	O triângulo: Menor-Família-Lar
	Parâmetros para admissão	Condicionalismos para o Acolhimento	
	Procedimentos para a integração	Integração e grupo de acolhimento Integração e Diagnóstico Procedimentos de adaptação Ações integradoras do projeto Afetividade O Plano sócioeducativo individual	
		Dinâmica de Equipa	Papéis e desempenhos da equipa técnica
		Referencial histórico	Caracterização das famílias A intervenção junto das famílias
			Casos de sucesso
		Transmissão gerativa de valores	
	A autonomização		Projeção no futuro

Damos início à análise das entrevistas realizadas com o isolamento e classificação de dados, para assim conseguir, através do método da condensação, uma representação simplificada dos dados naturais, que foram classificados a partir da investigação do que cada elemento tem em comum. Procedemos então ao inventário através do isolamento dos

elementos e à classificação, repartindo os elementos para assim puder proceder à organização das mensagens.

O critério de isolamento dos dados foi lexical e, deste processo, resultaram as seguintes categorias de segunda ordem: 1) Características profissionais; 2) Características do Lar; 3) As heranças familiares; 4) Famílias multidesafiadas; 5) Gestão dos menores; 6) Abertura à família; 7) Parâmetros para admissão; 8) Procedimentos para a integração; 9) Dinâmica de Equipa; 10) Referencial Histórico; 11) Casos de sucesso; 12) Os valores privilegiados na formação dos menores; 13) A vida no Lar; 14) A autonomização.

A primeira categoria observada remete para as *Características profissionais* dos técnicos que trabalham nas Oficinas de São José, nomeadamente no Lar, o educador e a psicóloga. O primeiro encontra-se a exercer funções nÇar que constitui o presente estudo de caso há 16 anos sendo que, enquanto diretor, conta 14 anos de experiência. O educador, por seu turno, trabalha nas Oficinas há oito anos e a psicóloga conta dois anos de trabalho ao serviço do Lar. Numa primeira observação denota-se tanto para o diretor quanto para o educador uma permanência alargada que reflete conhecimento de causa e experiência no exercício de funções. A psicóloga tem menos tempo de serviço mas também se mostrou firme no lugar ocupado. Estas observações podem ser reforçadas através da análise do indicador “funções desempenhadas” onde a componente da experiência se sublinha fortemente, sobretudo em relação ao Diretor técnico, a quem cabe o desempenho de múltiplas funções e para quem se remete um vasto leque de responsabilidades: “Coordeno toda a intervenção na área pedagógica”. De acordo com a aferição que fazemos no âmbito da experiência profissional deste responsável sobressai, de facto essa característica da multiplicidade de funções que desempenha e de responsabilidades que lhe são atribuídas.

Ainda que a trabalhar à menos tempo que o diretor nas Oficinas percebemos, pela análise da entrevista e do quadro de categorização, que o educador também tem a seu cargo o desempenho de um vasto leque de funções, dentre as quais se destaca o contato direto com os menores em acolhimento e com o jovem que ocupa o apartamento de autonomização. E, por via dessa constatação, podemos ainda dar conta que, no conjunto das funções que lhe são atribuídas, o educador é também o coordenador da equipa de gestores de caso, assumindo responsabilidades acrescidas, que lhe retiram tempo ao contato direto com os menores.

O mesmo se passa com relação à Psicóloga entrevistada, pois a esta também competem várias funções entre as quais se destaca o acompanhamento individualizado e a promoção e execução de várias dinâmicas de interação e funcionamento, sobretudo à noite, quando os menores regressam da escola. A *Multiplicidade de funções* que lhe são atribuídas impede o desenvolvimento integral do trabalho individualizado e, em substituição, esta profissional faz um acompanhamento de proximidade.

Do ponto de vista da intervenção profissional fica clara a ideia de que o papel dos técnicos, que desenvolvem a sua atividade no Lar, é especializado, e reforçado por meio de formação, mas esta especialização não é direcionada, sendo que as funções exercidas na prática do dia-a-dia integram vários aspetos e atividades, tal como se pode observar no descritor “descrição das funções desempenhadas”. “Nós temos documentos que é para tratar para tribunal (...) delinear ação, fazemos reuniões de equipa (...) faço com eles actividades ou estou ali na sala ou estou lá fora e acompanho, estou a ver onde eles estão” (E-Psicóloga).

No indicador correspondente à “Formação para o desempenho de funções” que integra a categoria que temos vindo a apresentar podemos observar que a formação é um item que as Oficinas levam em consideração sendo que ambos os técnicos entrevistados, educador e psicóloga, reconhecem a existência de uma filosofia de formação contínua e sustentam o facto de que todos os anos o Lar promove um plano formativo que aposta na formação voltada para a prática. Para além disso ambos os técnicos a quem a pergunta, donde derivou o indicador formação, foi colocada disseram que o Lar também estimula e apoia os seus funcionários a procurarem formação externa com vista à melhoria das suas capacidades técnicas e de desempenho profissional. Como forma de sustentar os resultados relativos a este indicador fica a unidade de registo avançada pelo educador: “Bastantes, temos muita formação, só não as faz quem não quiser” (B-educador). Importa ainda sublinhar que ambos os entrevistados a quem foi dirigida uma pergunta acerca da formação disseram que esta oferece novas perspetivas acerca das matérias com que trabalham e a Psicóloga lembrou o quão útil foi, para o desempenho das suas atividades profissionais no Lar, uma formação relacionada com a sexualidade. De facto, e segundo esta entrevistada, a formação em causa, permitiu-lhe passar a interpretar alguns comportamentos que os menores têm e passar a saber lidar e responder adequadamente a esses mesmos comportamentos. Mais do que os conhecimentos académicos a formação contínua é,

garantiram, um suporte para a intervenção no quotidiano de relacionamento com os menores e com a sua evolução enquanto seres humanos.

Para além da preparação académica a que tanto o diretor, quanto o educador e a psicóloga tiveram acesso, e mesmo para lá da formação anual que vão efetuando, estes técnicos e profissionais dão primazia à preparação pessoal com vista ao favorecimento das suas relações com os menores e, ao nível da “Preparação técnica para o desempenho de funções” todos apostam na primazia dos valores e dos sentimentos. A este respeito o educador lembra mesmo que a sua principal preparação para o dia-a-dia de trabalho “vem do coração” pois a sua atividade profissional é um trabalho de relações de carinho e de confiança e que só com o coração bem preparado pode estabelecer laços de afetividade com os menores que o Lar acolhe.

Na categoria relativa às *Características das Oficinas de S. José*, cuja categoria de primeira ordem a ser tratada foram as políticas do Lar e no indicador “qualidade” o maior e quase exclusivo aporte de questões teve como recetor o diretor do Lar, sendo este o principal responsável pela mesma. Nesta categoria verifica-se que existe, da parte dos responsáveis pelas Oficinas de São José uma grande preocupação com a qualidade mas que esta não é entendida como um conjunto de parâmetros que visam a obtenção de um certificado oficial, antes como um meio que favoreça o funcionamento interno do Lar e que sustente o trabalho realizado, dotando-o de perspetivas de futuro.

No indicador “qualidade versus relação humana” o entrevistado que respondeu a perguntas relativas a esta temática, reafirma o que havia dito nos parâmetros anteriores. O objetivo principal da qualidade nas Oficinas de S. José é a “felicidade” das crianças acolhidas: “uma das políticas da qualidade deste Lar é precisamente proporcionar um máximo de felicidade àqueles que se encontram cá neste momento” (A). Nas oficinas de São José a qualidade é então interpretada como a junção dos valores institucionais e a valorização dos recursos humanos.

Como forma de colocar em prática as premissas para a qualidade que caracterizam o Lar, os responsáveis pelo mesmo tentam enquadrar os normativos oficiais nas práticas que levam a cabo e fazem um planeamento ajustado dos processos que empreendem.

O acolhimento dos menores, o processo de avaliação diagnóstica e o Plano SócioEducativo Individual são os processos mais valorizados do ponto de vista da qualidade interna e aqueles a que a equipa dedica mais atenção uma vez que não existem

meios padronizados de executar cada um destes processos. “Cada criança é vista como única, como irrepetível” (A).

Ainda no que concerne à qualidade é importante referir que nas Oficinas de São José todas as etapas de trabalho têm em vista uma finalidade comum, a qualidade. Por isso se fala em “*modus operandi* rumo à qualidade”, donde também se depreende que cada dia é encarado com a responsabilidade de fazer bem e que os processos, tanto o de avaliação diagnóstica quanto o plano sócioeducativo individual, são etapas de trabalho que se prolongam no tempo, sendo que, o último mencionado, demora cerca de seis meses a ficar completo. Para tal a existência de uma “equipa interdisciplinar” é essencial. No indicador observado a questão da família é abordada pela primeira vez e inserida no projeto que visa a qualidade interna. Segundo os resultados obtidos consideramos que as Oficinas têm interesse no envolvimento das famílias nos planos desenhados pelos seus profissionais para o melhor acolhimento possível dos menores no Lar e para o futuro destes.

Sendo que a reintegração é a meta fundamental da passagem dos menores pelas Oficinas de São José ela é também considerada do ponto de vista da qualidade, e, neste contexto, a reintegração, seja na família de origem, na família alargada ou noutras respostas consideradas adequadas, é considerada desde o primeiro momento da entrada da criança/adolescente no Lar. No que concerne à reintegração, todos os elementos envolvidos no projeto de vida da criança/jovem acolhido são chamados a ser parte ativa, seja toda a equipa de profissionais, a família e o próprio menor.

No que concerne aos “modelos de reintegração” e de acordo com os resultados obtidos constatamos que a adoção é a solução que menos vezes acontece com os menores acolhidos, sendo que o próprio Lar dá preferência aos acolhimentos em família em detrimento da adoção. Mas a verificar pelo que refere a mãe entrevistada pode-se perceber que existem alguns entraves à colocação dos menores nas famílias de acolhimento. “Não aceitei que os meus filhos fossem para uma família de acolhimento” (C). Neste âmbito e no conjunto das respostas registadas para o indicador “Modelos de Reintegração” verifica-se que a *Automização* é o caminho que as Oficinas de São José apontam como preferencial. E, neste sentido, destaca-se o facto de este Lar ter um apartamento de automização cuja finalidade é o acolhimento dos residentes maiores de 18 anos para os quais não foi possível encontrar outras respostas e soluções de reintegração ao longo de todo o processo de acolhimento.

Dada a importância que o projeto de automização tem dentro do sistema de funcionamento das Oficinas, foi criado um parâmetro de categorização para a mesma em que se começou por avaliar o indicador “Projeto Umbrella”, mais abordado pelo respondente diretor, mas a que também o educador fez referências relevantes. O projeto “umbrella”, importa lembrar, não é uma forma de estar exclusiva das Oficinas de São José, mas é antes uma proposta avançada por Del Valle (2009) e que constitui um modelo de integração suportada no conceito *Family Like Environment*, a que fizemos referência na parte teórica do presente projeto de investigação.

No seio das Oficinas de São José este projeto apresenta-se como o pilar de sustentação dos processos de automização, o que implica o estabelecimento de rotinas diárias e de gestão doméstica. De acordo com as afirmações do respondente diretor, o projeto tem na base os preceitos avançados por Del Valle que, após uma tradução inicial para a linguagem portuguesa, foram também, adaptados com base na realidade cultural e social do nosso país. Na prática, este método passa pela tentativa de minimização do tempo de permanência da criança/jovem acolhido e tem por finalidade máxima a obtenção da felicidade do menor.

Na categoria *Limitações da Estrutura do Lar* constatamos, com base nas respostas obtidas, que o espaço atual não é o melhor. No entanto, e do ponto de vista da equipa interdisciplinar, sustenta-se e valoriza-se a comunhão e partilha de tarefas, sendo que se valoriza, sobretudo a estabilidade da equipa.

Através da categoria da *Geratividade*, no indicador que primeiro foi abordado, “Intencionalidade”, destaca-se a afirmação do diretor de que se valoriza a prática de ações quotidianas uma vez que, por estas, é possível dar impressão das intenções com que são realizadas. Neste contexto a informalidade das relações entre os membros da equipa mas também entre os menores e os seus familiares, é valorizada.

Na análise textual do quadro de categorização formulado a partir da análise detalhada das entrevistas somos agora chegados à observação da categoria *As heranças familiares*, ou seja, dos aspetos que caracterizam a criança/adolescente em situação de acolhimento quando chega, ou antes de chegar, ao espaço de acolhimento. Neste enquadramento, e no âmbito da categoria de 1ª ordem, *Permanência no lar* podemos verificar que os menores que ali se encontram têm entre 6 e 18 anos, sendo esta a idade máxima de permanência. Depois da maioridade os jovens para os quais não foi possível

encontrar uma solução de reintegração são encaminhados para o apartamento de autonomização, que, atualmente, conta apenas com um ocupante já com 21 anos de idade.

Apesar das regras que estipulam os 18 anos como idade máxima de permanência importa sublinhar que, de acordo com o Diretor, os jovens só saem quando estão aptos para desenvolverem os seus projetos de vida.

Os menores que chegam às Oficinas de São José vêm, sobretudo de famílias negligentes, sendo que a falta de condições económicas e o consumo excessivo de álcool é outro dos motivos que está por detrás dos quadros de acolhimento. Estas são as análises que mais se destacam na observação da categoria *Famílias multidesafiadas* que encerra na categoria de 1ª ordem *Problemáticas familiares* e no indicador “tipificação das famílias”. Nesta categoria já aparecem inseridas tanto a opinião da mãe de menores acolhidos, quanto a do menor que entrevistamos e em ambas as opiniões, que não correspondem ao mesmo caso familiar, vemos que a economia da família e desestruturação das famílias contribuíram para o recurso ao acolhimento.

De salientar também, ainda no âmbito desta categoria mas no indicador “aproximação às famílias” que as Oficinas de São José empreende esforços de integração que passam pela abertura das portas do Lar aos pais dos menores ali acolhidos mas, de acordo com o Diretor, com o Educador e com a Psicólogo, não é fácil trabalhar com as famílias. A principal dificuldade parece estar relacionada com a necessidade de contrariar as vivências familiares sendo que o Lar transmite novos hábitos por forma a combater aqueles que estiveram na origem do acolhimento. “É difícil as famílias alterarem o seu *modus de vivendi*, muitas vezes isto é geracional, é cíclico” (A).

No contexto do *Referencial histórico*, que caracteriza uma das categorias construídas a partir da análise das entrevistas, e tendo em conta a *Caracterização das famílias*, podemos ainda falar de outro aspeto que ficou saliente após a análise à tabela de análise de conteúdo construída. Trata-se do indicador “ausência de parentalidade capacitada” que merece destaque porque deixa transparecer o facto de que as famílias estão a mudar e cada vez mais existem grupos familiares que não demonstram qualquer tipo de interesse pelas suas crianças/jovens. Tal conclusão, para além das afirmações avançadas pelos técnicos entrevistados, é reforçada com a informação de que muitas vezes os progenitores pedem aos técnicos do Lar para os filhos lá ficarem ao fim-de-semana, ou porque têm afazeres ou porque vão sair com os novos companheiros, tal como afirmou a

mãe entrevistada. “Olhe esta semana não me dá, por esta razão ou por aquela, e eles entendem aqui na instituição”(C). Salienta-se também que, de acordo com as informações obtidas junto da Psicóloga, as regras de funcionamento do Lar ditam que os menores podem ir de fim-de-semana logo à sexta-feira, finda a semana escolar, mas a grande maioria só vai ao sábado uma vez que as famílias preferem que passem a noite de sexta nas Oficinas. Segundo o educador são também muito poucas as famílias que procuram o Lar de livre e espontânea vontade.

Nesta categoria, que aponta para a *Caraterização das famílias*, observa-se também que as dinâmicas familiares foram alteradas e são disfuncionais, sendo que, regra geral, as famílias dos menores acolhidos não têm apenas um as problemáticas acima mencionadas mas várias em simultâneo. São famílias multiproblemáticas, que comportam heranças familiares de sofrimento e de desvalorização da paternidade/maternidade. São famílias em que os progenitores colocam as novas situações familiares, os recasamentos e os companheiros, à frente dos filhos, tal como se depreende a partir da análise à mãe entrevistada e também a partir das palavras do menor entrevistado. “Neste momento estão todos estes problemas associados numa só família”(A).

Com vista a aferir a tipologia dos menores acolhidos foi também formalizada a categoria *Parâmetros para a admissão* que apresenta como *condicionalismos para o acolhimento*, a “proximidade geográfica” de cada menor e as suas características de personalidade. Assim, no conjunto, observa-se que são consideradas as famílias e o historial do menor, o lugar de onde vem e a sua própria personalidade. No que toca à geografia, as Oficinas de São José dão preferência à entrada dos menores que vêm do distrito de Braga, um fator que importa de sobremaneira no que toca ao acompanhamento das famílias, tanto por parte da família quanto por parte do Lar e da necessidade dos técnicos realizarem visitas domiciliárias. No que concerne às características da personalidade dos menores o seu perfil é sujeito a uma avaliação e as suas características podem mesmo condicionar a sua admissão uma vez que se podem revelar incompatíveis com situações que já estejam inseridas no Lar. “E estamos a passar uma fase conturbada às vezes não interessa colocar se colocarmos lá alguém que ainda vai ser um barril de pólvora” (A).

Dadas as dificuldades de *Integração na família de origem* tem que ser analisada a partir de indicadores como o “somatório de pequenos sucessos” cuja denominação parece

ser o espelho do resumo do trabalho que é levado a cabo pela equipa que compreende os quadros humanos daquele lugar. Na verdade, e de acordo com o diretor, as famílias não alteram por completo a forma como vivem mas vão sendo registados, ao longo do tempo, pequenos progressos gradativos que, ao fim de um longo período de tempo podem permitir o retorno do menor ao seu espaço de origem. De salientar que as Oficinas de São José privilegiam o fato dos menores passarem os fins-de-semana e as férias nas suas famílias, trabalhando em função da criação de pontes para que tal possa acontecer.

Assim o indicador a “afetividade com a família”, que normalmente se caracteriza pela existência de laços relacionais muito fortes, não se chega a quebrar. “Muitos deles têm ligações afetivas muito fortes com a família e isto não deve ser cortado”(A).

No contexto da categoria *Proximidade com as famílias*, quando entendida sob o ponto de vista da equipa de trabalho, o “protagonista é o menor”. De facto, neste indicador, foi possível determinar que o contato direto com as famílias pressupõe, ao nível dos procedimentos protocolados, uma visita ao meio de origem (visita domiciliária), mas tal nem sempre acontece. Ao contrário, as pré-visitas são sempre uma formalidade que não pode ser eliminada de um processo de acolhimento e estas caracterizam-se por serem um momento em que o menor vem pela primeira vez ao Lar, conhece as instalações, contata com os funcionários e estes, por sua vez, têm assim uma oportunidade para ficarem a saber pormenores importantes que poderão contribuir para a melhoria do processo de integração, tal como as refeições preferidas da criança/jovem. A pré-visita serve para que se conheça a criança/jovem mas também a sua família.

Para aferir o nível de “relacionamento os técnicos com os menores acolhidos” perguntamos ao Diretor, qual a sua relação com os mesmos, dado tratar-se de um profissional normalmente envolto em trabalho burocrático mas, apesar disso, foi possível perceber, que o mesmo privilegia o contato direto e que sente alguma reserva por não ter mais tempo para dedicar aos menores, pois essa é a forma preferencial para o estreitamento de laços.

Esta observação confirma os dados obtidos no indicador “Dificuldades de coordenar funções diretivas com trabalho de proximidade” onde o diretor sublinhou as diferenças aferentes à sua função e ao facto de trabalhar com pessoas e não com máquinas.

Ao nível do funcionamento interno, e na categoria “gestão dos menores” começamos por observar a categoria de 1ª ordem *Dinâmicas da gestão do quotidiano* que

tem impacto no processo de integração logo na fase de acolhimento. No indicador “primeira abordagem” sobressai o facto de que as regras de funcionamento interno são apresentadas ao menor o quanto antes, logo na fase da pré-visita e, da mesma forma o menor fica a conhecer os técnicos que vão trabalhar com este. Ambos os procedimentos são entendidos como necessários porque são um contributo para a diminuição do impacto da chegada do menor. Tendo em conta que quando o menor vai para o Lar já sabe as suas regras e já conhece quem vai ficar com ele, sentir-se-á menos “perdido” à chegada.

Estas observações são também aquelas que se destacam a partir da análise ao indicador “objetivos da primeira abordagem”, que, tal como se pode ver no quadro apresentado, em anexo, passam pela tentativa de aferição dos gostos do menor e levam em conta alguns procedimentos formalizados para estas situações como o “acolhimento de roda” que tem por função a apresentação do menor a todos as outras crianças/jovens já acolhidos e o contrário, ou seja a apresentação de quem lá está a quem chega pela primeira vez. Nos procedimentos da “primeira abordagem” levados a cabo pelo Lar importa destacar o facto, já que foi por várias vezes mencionado pelos responsáveis, de que os menores são presenteados com a sua refeição preferida no primeiro dia de estadia. Esta técnica tem como função uma primeira tentativa de estreitamento de laços e de favorecimento da chegada, ou seja, os técnicos têm cuidados para fazer com que o menor se sinta bem na sua nova “casa”.

O acolhimento nas Oficinas de São José é informal. Esta é a constatação que se tira da observação da categoria “proximidade relacional” cujo indicador foi nomeado exatamente assim: “acolhimento informal”. Para que tal aconteça o acolhimento é feito sem o estabelecimento de rotinas e, preferencialmente, nas épocas de férias letivas, uma vez que a falta dos horários escolares permite uma maior flexibilidade de adaptação sem a exigência das rotinas escolares e os horários rígidos que essa época do ano impõe.

Para o Educador, por exemplo, o acolhimento é uma das fases mais importantes do processo de integração do menor porque este se assume como o espelho do que será o processo de integração na casa.

No âmbito dos *Procedimentos para o acolhimento*, temos um primeiro passo que passa pela requisição do processo do menor às entidades responsáveis, nomeadamente a Segurança Social ou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP). A partir deste momento o trabalho técnico de acolhimento baseia-se no estudo do historial do

menor, ou seja, na realização da chamada Avaliação de diagnóstico. É com base na validação destes documentos que a admissão do menor é validada.

Pelo que podemos observar, e segundo informações avançadas pelo entrevistado Educador, verifica-se que os primeiros procedimentos com vista à admissão de um menor nas Oficinas de São José são levados a cabo por entidades externas ao Lar sendo que, só depois destes primeiros passos, se procede à nomeação de um gestor para o caso.

Logo quase após estes primeiros passos formais o Lar que trazemos sob análise abre o processo à participação das famílias, categoria *Abertura à família*, com o já vimos, e para tal as Oficinas de São José têm algumas regras e procedimentos entre os quais se destaca o facto de não existirem horários de visitas. Por esta via os familiares não ficam condicionados a visitarem os seus filhos mas podem ir vê-los sempre que entenderem necessário. Ainda assim as visitas são supervisionadas e, tendo em conta que o objetivo principal é o bem-estar da criança, quando se entende que as visitas dos progenitores não são favoráveis, estas são suspensas.

Ao nível das “regras de funcionamento” Oficinas de São José tem um modo de funcionamento particular tentando ajustar as suas regras às regras que qualquer família bem estruturada tem. Trata-se da adaptação do modelo “*Family Like Enviroment*” a um sistema que envolve um elevado número de crianças. Recordemos que o número de ocupantes máximo é de 45 menores. Assim do ponto de vista das rotinas, que já observamos que em tempo de férias é mais flexível, temos o normal cumprimento das tarefas de higiene e alimentação antes da ida para a escola, o retorno da escola e algum tempo livre para brincar, os horários para a elaboração dos trabalhos de casa, o jantar e a preparação para o sono.

Após o acolhimento, outro dos *Procedimentos para a integração* e dos passos fundamentais a dar no sentido do *Sucesso* e da integração no Lar é o relacionamento que vai ser desenvolvido entre o “novo” menor e os menores que já estão no Lar. Trata-se da “promoção da proximidade de pares” que poderia ocorrer de forma natural mas que também aqui é considerada como componente fundamental para o bem-estar do menor e por isso segue alguns parâmetros previamente estabelecidos como pequenas rotinas de integração. Dentre estas, os entrevistados destacaram o papel desempenhado pelos colegas na apresentação das regras de funcionamento das Oficinas com vista a uma maior aceitação das mesmas por parte dos recém-chegados e até mesmo por parte de quem as

explica e também a promoção de uma relação informal entre todos onde o Educador tem um papel de destaque pois deixa-se envolver nas brincadeiras e partilha momentos de descontração com os menores. “Cria-se uma equipa, um grupo de jovens, que é um grupo de acolhimento que na primeira semana andar­á com ele a mostrar isto, as dinâmicas da casa” (E). A criação do grupo de colegas de acolhimento é um procedimento que entendemos sublinhar.

Do ponto de vista formal, e passadas as primeiras semanas importa salientar o facto de que, enquanto o menor se adapta à sua nova vida, uma equipa de técnicos trata do seu processo elaborando, ao longo de dois meses, a sua “avaliação diagnóstica”. De acordo com a Psicóloga, a quem cabe grande parte da responsabilidade na execução deste processo, o diagnóstico do menor é elaborado ao longo de quatro fases, sendo que a primeira compreende a avaliação médica, seguindo-se a avaliação escolar, a avaliação comportamental e, por fim, a avaliação familiar. A avaliação de diagnóstico favorece a identificação de problemas e a planificação de estratégias que visem a sua solução.

Para lá do diagnóstico, a integração também se cumpre na categoria *Procedimentos de adaptação* e estes comportam as dinâmicas de integração que passam pela necessidade de integrar simultaneamente o menor em todas as atividades do Lar e pela “construção do seu projeto de vida”. Cada menor tem um projeto de vida exclusivo e todos estes projetos são postos a funcionar desde o primeiro dia de ingresso nas Oficinas de São José. Importa destacar que, neste campo, e tal como frisou a psicóloga entrevistada, nenhum projeto de vida é inflexível, sendo que todos vão sendo alterados à medida que se verificam alterações nos comportamentos e desenvolvimentos dos menores acolhidos.

É aos gestores de caso que compete a responsabilidade da construção e gestão do projeto de vida de cada um dos seus orientandos mas estes projetos nunca são resultado de um processo de trabalho individual, antes são elaborados em contexto de interdisciplinariedade e envolvem na sua execução todos os funcionários do Lar bem como os parceiros oficiais da mesma.

Ao nível do “caminhos para o projeto de vida, através da elaboração do PSEI, o processo ganha um carácter mais formalizado uma vez que a realização deste obedece a um conjunto de procedimentos tipo, embora, tal como acontece com o Projeto vida, estes possam vir a ser alterados e apesar de ser um processo burocratizado e formal ele tem flexibilidade suficiente para ser adaptado a cada caso em particular.

O PSEI é proposto e partilhado em sede de reuniões em que todas as equipas estão envolvidas e tem como principal foco a saída do menor, não a sua saída rápida mas o que vai fazer ou o que vai ser da sua vida aquando da saída. No PSEI todas as componentes da vida do menor são integradas como, as suas capacidades/dificuldades cognitivas e outras mas, de acordo com o que ficou registado na categoria *O plano sócioeducativo individual* e no indicador “técnicas de elaboração” parece sobressair a ideia de que o PSEI valoriza as necessidades escolares do aluno em detrimento das suas necessidades familiares, denotando-se também que a família não é convidada a participar deste processo de elaboração e também não é ouvida com vista a contribuir com informações para este processo.

Ao longo de todo o tempo de permanência do menor nas Oficinas o seu projeto de vida vai sendo desenvolvido e acompanhado pelos gestores de caso e pelos coordenadores destes mas no processo de acompanhamento e desenvolvimento do projeto de vida o que mais importa para os técnicos das Oficinas de São José são as relações construídas e não tanto os papéis a desempenhar por cada profissional em particular. É por isso que, tal como observamos no indicador “as práticas do projeto”, se denota a existência de uma estreita relação entre o trabalho do Educador e da Psicóloga sendo mesmo que, no decorrer de uma semana de trabalho, um e outro, desempenham as mesmas tarefas no que toca à gestão do quotidiano dos menores. Ambos pernoitam no Lar e ambos têm a seu cargo tarefas de gestão doméstica do apartamento de automização. No modo de funcionamento interno do Lar a questão da gestão de horários torna-se muito importante.

No parâmetro que visa analisar as ações contempladas pelo projeto, na categoria *Ações integradoras do projeto*, e as práticas do mesmo verifica-se a valorização da prática desportiva como meio favorecedor da integração e da contenção dos aspetos de personalidade menos positivos. Aqui também se salienta o facto do acompanhamento dado a cada menor ser pouco tecnicista e mais humanizado, mesmo no que toca ao trabalho especificamente realizado pela Psicóloga.

As Oficinas de São José também favorecem e motivam a prática do “voluntariado” sendo que este indicador é um dos parâmetros incluídos nas práticas do projeto. Através do voluntariado o Lar procura uma aproximação maior da comunidade e a integração desta nas responsabilidades de realização de tarefas. “Por exemplo, temos uma professora primária que vem cá dar um apoio a uma criança (...) vai fazer um ano e ela já consegue

ler”(B). Da mesma forma através da prática do voluntariado as Oficinas conseguem colmatar algumas falhas nomeadamente de pessoal e de financiamento.

Na categoria *Afetividade* destaca-se o indicador “a construção de laços afetivos na integração” uma vez que este foi também o pormenor que nos pareceu mais focado por todos os entrevistados, incluindo o menor e a mãe do menor que, de facto, deixaram passar a ideia de que se sentiram emocionalmente envolvidos pelo projeto e de que tinham carinho pelo Lar.

De acordo com o que foi sustentado pelo educador, o objetivo principal do acolhimento e da integração, em suma de todo o tempo de acolhimento, passa pela tentativa de educar para a afetividade embora esse método educativo também contemple a aplicação de regras.

A *intervenção junto das famílias* acima referenciadas é, como também já vimos, uma das componentes de ação da equipa técnica das Oficinas de São José mas, de acordo com as entrevistas registadas, especialmente as que se realizaram junto dos técnicos, esta não é uma tarefa fácil e muitas vezes, por isso, é repletada para segundo plano. Tendo em conta a multiplicidade de famílias e dos problemas que cada uma representa e considerando também as limitações técnicas e físicas do Lar, os técnicos não podem intervir junto de todas pelo que selecionam um grupo de 5 ou 6 famílias a acompanhar, num conjunto de 45 menores em situação de acolhimento. Ou seja, as Oficinas de São José trabalham com as famílias que são consideradas pelos seus técnicos como prioritárias, construindo os objetivos de intervenção em função de cada família intervencionada, dando sempre destaque ao contato personalizado e diferenciado com os familiares.

Do ponto de vista da intervenção junto das famílias convém sublinhar que os contatos se passam a realizar com mais intensidade e frequência quando se estabelecem pontes que deixam adivinhar uma possível reintegração familiar do menor e importa também registar a informação observada de que se procura um entendimento com todas as famílias com vista a que os menores possam passar os fins-de-semana em casa.

Com base nos procedimentos que as Oficinas levam a cabo, importa também que se analisem os *Casos de sucesso* que foram sendo registados ao longo dos anos e a partir dos quais se foram tomando exemplos de atuação em novas situações. Na categoria de 2ª ordem - *Casos de sucesso* e na categoria de 1ª ordem *Fatores de favorecimento do sucesso* temos o indicador autonomização que, de acordo com o que foi apontado pelo diretor do

Lar é o próprio sinónimo do sucesso. Para além disso o sucesso é também entendido como a capacidade dos menores acolhidos serem capazes de distinguir entre o certo e o errado na sua vida futura e, para o menor entrevistado, este significa a obtenção de um emprego no futuro.

A partir da análise feita aos casos de integração, os técnicos entrevistados referiram o carinho e o apreço como sentimentos mais manifestados pelos ex-residentes para com o Lar e afirmaram também que analisando a vida atual daqueles que já passaram pelas Oficinas de São José é possível definir estratégias com vista à melhoria da qualidade dos procedimentos levados a cabo nos novos acolhimentos. Através das *Histórias de superação* é também possível aferir que os *Valores que a as Oficinas privilegiam na formação dos menores* são passados com efetividade e são valores que têm em primeiro lugar os valores que a religião católica cristã veicula já que se trata de um Lar de cariz religioso. No entanto, e tal como afirmou a Psicóloga entrevistada, o Lar dá azo à liberdade religiosa e respeita o facto de que os menores acolhidos possam ter outras religiões sendo que, neste caso, os menores não têm que participar dos momentos de oração de grupo. Em termos concretos o primeiro dos valores referidos foi o não roubar, seguindo-se a verdade, a humildade e o respeito mútuo. Estes valores fazem parte de uma *Transmissão gerativa* e, através destes, o Lar constitui-se como um Dom para estas crianças e jovens.

No processo de transmissão de valores o Diretor e o Educador foram concordantes em afirmar que a mesma se faz por via da educação para a “afetividade gerativa”. Neste enquadramento integra-se um novo indicador de análise que tem a ver com o “investimento pessoal dos técnicos” junto dos menores. Aqui, neste aspeto, o diretor referiu que as crianças são tratadas como filhos e o Educador deixou passar a mesma ideia. Tanto o diretor quanto a Psicólogo disseram também que a preocupação manifestada pelos técnicos para com as crianças é genuína.

A partir da observação do quadro referencial que construímos por meio da observação dos registos das entrevistas podemos afirmar que a valorização da transmissão dos valores reforçada também sob o ponto de vista do *Adulto referencial*. Cada uma das crianças/jovem que integram as Oficinas de São José tem um adulto de referência, que conhece aprofundadamente o processo do menor, e a quem o menor se deve dirigir quando necessita de ajuda para a resolução de algum problema. Com este procedimento, o Lar

tenta encontrar dentro dos seus quadros humanos um referencial, o mais próximo possível, daquele que seria o pai ou a mãe da criança/jovem.

8.3 Discussão dos resultados

A definição apontada por Cigoli & Scabini (2006 para o Modelo Relacional Simbólico e a sua utilidade, com que demos início ao presente trabalho de investigação e que recordamos agora, “*o estudo e a compreensão das relações familiares e a qualidade dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros*” (Cigoli & Scabini, 2007, p. 28), parece ter todo o cabimento em face dos resultados obtidos às entrevistas levadas a cabo junto dos técnicos das Oficinas de São José, da mãe de menores acolhidos e de um menor que vive em situação de acolhimento.

A partir da citação referenciada e das informações colhidas vemos que o papel e a interpretação dos vínculos e das relações familiares são o enfoque principal dos dados obtidos, seja segundo o ponto de vista das famílias dos jovens acolhidos, seja na perspetiva das Oficinas. Numa primeira observação podemos afirmar que o Lar se apresenta como modelo que tenta desempenhar o papel da família para estas crianças e jovens, tentando, através dos seus procedimentos assumir a configuração que o Modelo Relacional Simbólico propõe e aponta para as famílias consideradas funcionais. Como forma de sustentar o primeiro resultado que fizemos aqui sobressair lembramos que ao longo das entrevistas e da sua análise os laços de afetividade e a tentativa de criação de laços entre os Técnicos e profissionais que trabalham nas Oficinas de São José e as crianças e jovens que lá vivem, foram sempre referenciados pelos entrevistados e mesmo assumidos como autênticos e positivos por parte da mãe dos acolhidos e do próprio menor em acolhimento.

O modelo relacional simbólico está contextualizado na matriz geracional da pessoa e reporta para uma fonte ou para raízes que passam para os sujeitos por via da transmissão familiar, sendo que os valores, as crenças e as esperanças são apontados como elementos constituintes dessas transmissões que, no caso em estudo não ocorrem por meio da família, simplesmente porque a família não está lá, mas não deixam de existir na figura do Lar que se assume como o elemento que desempenha essa função para várias dezenas de “filhos”.

Este resultado, torna-se evidente em muitas das categorias de análise do nosso estudo. Desde logo na categoria a que correspondem as *características profissionais*, uma

vez que através desta se percebe que todos os elementos entrevistados que compreendem o quadro de recursos humanos do Lar não só refletem conhecimento de causa e experiência no exercício de funções, como dão conta do desempenho dessas mesmas funções com altruísmo e humanidade. Da parte do Educador e também do Diretor - embora impedido por via das suas responsabilidades burocráticas - percebe-se mesmo uma certa “transfiguração em figura paterna”, porque se afirma como alguém que brinca com os menores de forma informal, joga à bola com eles, conversa com eles antes de irem para a cama, partilha histórias e emoções. Ou seja, vai mais longe do que o cumprimento formal das práticas e rotinas padronizadas.

Tal como Cigoli e Scabini (2006) afirmam, o modelo relacional simbólico parte do pressuposto de que a relação é algo que não se desvela de imediato mas que vai acontecendo por meio de manifestações importantes em que nos momentos de transição se criam ligações e vínculos e assim, com base neste pressuposto, podemos aferir que este modelo tem espelho direto na atuação dos educadores das Oficinas de São José que se assumem como os elementos da nova família da criança/jovem acolhido.

Para além disso e tendo em conta o que verificamos a partir das entrevistas ao Diretor e ao Educador, o princípio simbólico do modelo relacional que, recordemos, sustenta a ideia de que o pólo ético e afetivo das relações se relacionam, também está explanado na operacionalização concreta da intervenção que é levada a cabo pelos técnicos do Lar, na medida em que estes valorizam e colocam em primeiro lugar a criação de laços, assumida em apontamentos de atuação. Procura-se personalizar o primeiro contacto com os jovens acolhidos e, deste modo, minimizar o trauma do mesmo afastamento da família (cf. a oferta da refeição preferida da criança no seu primeiro dia de acolhimento). Contudo não deixam de lado o estabelecimento de regras e a delimitação das fronteiras que o menor pode cruzar.

Quando demos início ao processo que deu origem à presente investigação indagávamos, no conjunto de questões de partida colocadas, quais seriam as dinâmicas e as formas de atuação das Oficinas de S. José, em relação ao acolhimento dos menores no seio do Lar. Em face dos resultados obtidos, podemos concluir que, no que concerne à primeira abordagem para o acolhimento, o Lar assume-se como um local com regras onde alguns dos procedimentos de acolhimento são repetidos rotineiramente. Ou seja, algumas dinâmicas, como a “roda do dia” são iguais para todos os menores que ali chegam, é

também igual para todos os procedimentos de apresentação das instalações, dos profissionais e dos colegas, bem como das regras que, dali para a frente, passarão a fazer parte da vida do menor, independentemente da sua idade ou da situação afetiva que o caracterize. Apesar de se registar uma tentativa de aproximação ao menor por meio da oferta da refeição que mais gosta, o que implica descobrir junto dele ou daqueles que o conhecem quais os seus gostos alimentares, o conjunto de dinâmicas previamente estabelecidas com vista ao acolhimento, e colocadas em prática sempre da mesma maneira e há bastante tempo, deixa vincada a ideia de que aquele novo espaço onde o menor vai viver é um Lar para Crianças e Jovens. Uma organização que existe para cumprir uma função específica, a de prestar assistência e que por isso tem características comuns com outros lares, como o atendimento mais ou menos padronizado; o facto de um mesmo cuidador ter a seu cargo mais do que uma criança, no caso em concreto, várias crianças, e de terem que desempenhar várias funções no âmbito da profissão de cuidadores (Siqueira & Dell’Aglío, 2006; e Nelson, Zeanah, Fox, Marshall, Smyke & Guthrie, 2007). Tal como sustentou Siqueira e Dell’Aglío (2006) os lares caracterizam-se, entre outros aspetos, pelo facto de terem rotinas rígidas e iguais para todas as crianças, o que se reafirma após a análise dos resultados obtidos na presente investigação.

Na resposta à primeira pergunta de investigação fica quase esclarecida também a questão seguinte que se prende com a vontade de aferir quais as intervenções que são levadas a cabo para integrar o novo membro de forma adequada, uma vez que estas mesmas intervenções correspondem às dinâmicas de acolhimento já citadas. No entanto verifica-se que as dinâmicas empreendidas visam a criação de laços e de abertura dos menores desde o primeiro dia e assim, embora padronizadas, elas compreendem um objetivo que vai de encontro à teoria relacional simbólica e ao entendimento que esta tem face ao conceito de família que incide na identidade familiar, na hospitalidade, enquanto valor da família, e na noção de partilha e de companheirismo. Todos valores *gerativos* que as *dinâmicas integrativas* visam passar aos menores desde o primeiro momento. Na resposta à segunda questão de investigação encontramos uma similitude com a teoria preconizada por Bazon e Biasoli-Alves (2000) que defendem que a relação que se estabelece com o menor é de extrema importância pois, a partir do momento em que este é integrado no Lar, são os técnicos que vão assumir o papel de seus orientadores e de seus

protetores. Serão os técnicos, dali para a frente, aqueles que constituirão os seus modelos de identificação e de construção de identidade.

De notar que no âmbito das dinâmicas de acolhimento são levados a cabo alguns procedimentos efetuados por outros menores já integrados no Lar, como “a roda do dia” e a apresentação das instalações e da explicação das regras que visam a promoção do contacto direto com os pares patente na categoria *integração e grupo de acolhimento*. Com estas dinâmicas pretende-se criar um grupo identitário mas também um reduto de apoio afetivo e social e assim, como podemos verificar, as Oficinas subscrevem na prática a ideia defendida pelos investigadores Martins e Szymanski(2004). Devemos aqui lembrar que Cubero e Moreno (1995) afirmam que quando as crianças se sentem rejeitadas pelos seus pares, pelos colegas da mesma idade ou com quem partilham espaço e situações comuns, podem desenvolver sintomas depressivos, e, em se tratando de crianças que estão a vivenciar o início de um processo de acolhimento, com todos os sentimentos que o mesmo acarreta, esses sentimentos de depressão podem tornar-se bastante graves. É por isso que o papel dos colegas, que virão a ser amigos, é essencial na promoção e manutenção do equilíbrio do menor (Szymanski, 2004). Sendo que, em adição, favorece o desenvolvimento da segurança e da auto-estima (Cubero e Moreno, 1995).

Ao nível da intervenção técnica, importa também referir que não existe uma especificação concreta de tarefas para cada um dos elementos da equipa entrevistados, o que deixa transparecer alguma desorganização interna que deriva da complexidade do trabalho e da insuficiência de quadros técnicos para a realização das mesmas. Verifica-se que tanto a Psicóloga quanto o Educador levam a cabo as mesmas funções mas em dias diferentes, o que pode ser fator impeditivo da especialização e da falta de focalização no trabalho. O Educador, de entre todos os técnicos entrevistados, parece ser aquele que mais se assume como elemento parentificador, aquele que assume o papel de “pai substituto” no cuidado dos menores, o que também se nota no que toca ao apartamento de autonomização e ao(s) jovem(ns) que lá se encontra(m).

No que concerne à Psicóloga, também se constatou que esta profissional tem a seu cargo poucas tarefas diretamente relacionadas com a sua área específica de formação e, por isso, tal como o Educador (que para além de educador é assistente social), há uma sobreposição de papéis que poderá fragilizar as intervenções focalizadas e especializadas. Por outro lado, esta técnica tem também que deixar de parte, dada a falta de tempo para o

cumprimento de tarefas, o atendimento e o acompanhamento personalizado que, por seu lado, seria fundamental, sobretudo para uma elaboração eficaz dos planos de diagnóstico e para a execução com sucesso dos Planos Socioeducativos Individuais (PSEI). A questão da *Multiplicidade de funções* também engloba o Diretor.

Estes resultados constituem a resposta à questão de investigação com que se visava aferir se o Lar, nas dinâmicas diárias, consegue dar resposta às necessidades do menor. Ainda que, de uma forma global a resposta possa parecer positiva, importa lembrar que, por forma a que os objetivos planeados para os projetos de vida dos menores acolhidos sejam atingidos, e até mesmo para se traçar bons projetos de vida, é crucial que as ações de intervenção sejam planificadas com cuidado e clareza (Little, 1997). Tal só pode ocorrer se os técnicos não estiverem acometidos de múltiplas e diversificadas tarefas e se, não tiverem a seu cargo e cuidado um elevado número de menores (Dun, Jareg & Webb, 2003). O facto de terem sob a sua responsabilidade em simultâneo várias crianças e adolescentes, e, conseqüentemente, vários projetos de vida, que resultam do elevado número de menores que o Lar tem e do insuficiente número de técnicos a desempenhar funções na organização, leva a que os técnicos não estejam disponíveis para reconhecer as necessidades dos menores e que não tenham tempo para os ouvir, para os conhecerem de forma aprofundada e ficarem a saber o que realmente importa para a construção e realização dos seus projetos de vida (Dun, Jareg & Webb, 2003).

É importante lembrar que, independentemente da vontade e dos esforços empreendidos face à promoção da qualidade nas Oficinas, ao apoio na formação dos técnicos e ao constante esforço registado com vista à permanente atualização de conhecimentos por parte dos técnicos e do Lar, só se pode fazer um trabalho de qualidade se o rácio utente-profissional for razoável (Martins 2004; Martins 2005).

De acordo com a teorização do modelo relacional simbólico que aponta para a criação de horizontes e também segundo a opinião de Del Valle e Fuertes (2000), o acompanhamento individualizado seria o meio favorecedor para a projeção mental da necessidade de construção de paradigmas onde os pontos e as linhas úteis que ajudam na organização dos planos e projetos de vida pudessem ser claramente estabelecidos, não sob o ponto de vista dos técnicos mas sim, e o que mais importa, na mente dos menores acolhidos (Gomes, 2010).

A existência de grupos alargados de trabalho, onde não se verifica uma focalização dos técnicos em função das idades dos menores e da construção individualizada dos seus projetos de vida, de uma construção que atenda às suas necessidades mais íntimas, não facilita a aplicação de modelos de funcionamento similares ao *Family Like Enviroment*, defendido por Del Valle (2009) que prevê a redução dos grupos com vista ao sucesso das ações de intervenção.

8.3.1 O Lar de muitos meninos

Na observação dos resultados obtidos para a categoria que diz respeito às *Caraterísticas das Oficinas de S. José* podemos, numa primeira análise, apontar a qualidade dos parâmetros de intervenção e até mesmo a qualidade dos valores em que as Oficinas apostam como alicerces de promoção do futuro daqueles que por ali passam. A qualidade é de facto uma aposta e o reflexo positivo da mesma fica espelhado nas entrevistas registadas onde até as opiniões colhidas junto da mãe de menores que vivem no Lar são favorecedoras desta imagem. Todos os processos levados a cabo com vista à integração dos menores parecem transparecer essa vontade de conferir qualidade ao trabalho realizado e têm em vista, num primeiro momento, a eliminação ou minimização do sofrimento das crianças e dos jovens. Apesar disso, importa sublinhar que o Lar continuará a ser um local onde os menores estão para cumprir atividades, onde têm horários parcamente flexíveis, onde as rotinas diárias são similares nos diferentes dias da semana e donde sobressai um conjunto de regras cujo cumprimento é supervisionado por elementos que não partilham qualquer tipo de relações simbólicas com os menores (Fonseca, 2004). Por isso, o Lar jamais substituirá a família ma, mas antes, deverá complementá-la. Devemos ainda dizer que este local, onde tanto se aposta na qualidade, pode ser também entendido como a morada da criança ou do adolescente, a sua residência e, ao mesmo tempo, o local de trabalho de outros que não residem ali (Sandomingo, 1988).

Tal como diz Martins (2005) os lares devem ser marcados por características que, no conjunto, proporcionem um ambiente acolhedor onde todas as necessidades dos menores são previstas e satisfeitas, nomeadamente as que têm a ver com a alimentação, que deve ser adequada e saudável; as condições de higiene do espaço físico que deve ser favorecedor de saúde para os menores, portanto limpos e devidamente higienizados. E, em face dos apontamentos acerca das características do Lar avançados pelo Diretor, sublinhando a qualidade com que a mesma atende a todas as suas valências, podemos

considerar que a este nível as características das Oficinas de São José cumprem os parâmetros da qualidade. No entanto o mesmo respondente referiu que, ao nível do espaço físico “o ideal seria trabalhar noutra espaço”, remetendo para a necessidade de ampliar e modernizar as instalações (*limitações estruturais do Lar*).

Martins (2005) e vários outros autores como Gunnar, Bruce e Grotevant, (2000); Alberto (2002); Zurita e Del Valle, (1996) e Casas, (1988) lembram ainda que de entre o rol de características que um Lar deve ter constam aspetos como a criação de condições de acompanhamento médico, e a promoção da existência de cuidados continuados aos menores que tenham algum tipo de doença crónica ou necessidade desses mesmos cuidados, o que também verificamos existir nas Oficinas, sendo que, logo na chegada ao Lar os menores são sujeitos a um processo de avaliação global onde o aspeto médico é considerado e realizado a partir dessa avaliação médica, sendo então delineadas estratégias de acompanhamento que têm por base as necessidades registadas durante a avaliação. Da mesma forma verifica-se que existe a avaliação e o acompanhamento escolar, e também a avaliação comportamental e a avaliação familiar.

Os dois últimos aspetos referidos são inseridos no conjunto de *características das Oficinas* que o estado da arte sublinha e remete para o foro psicológico (Quintãns, 2009) que também é uma vertente que os lares não devem negligenciar e que deve, portanto, fazer parte do seu conjunto de características. Na verdade a bibliografia sustenta que o reequilíbrio e a organização das dinâmicas relacionais, passa pela promoção de rotinas quotidianas em que a definição de limites e de interações afetuosas e acolhedoras contrariem a imprevisibilidade dos ambientes de origem. Assim importa que sejam definidos papéis e prioridades e estabelecidos limites e hierarquias que, de alguma forma, visem a aproximação a contextos familiares saudáveis e que possam ser geradores de organização afetiva (Alberto, 2002).

É também no âmbito da observação das *características das Oficinas de S. José* que podemos inserir a resposta à pergunta de partida com que visávamos perceber as dinâmicas e as formas de atuação no âmbito do período de acolhimento dos menores, nomeadamente como se constroem os projetos de vida, pois as respostas obtidas no enquadramento desta categoria deixam-nos perceber que todos os procedimentos face ao menor, desde o período da admissão até ao momento de saída têm em vista dois objetivos principais: a qualidade dos serviços prestados e a felicidade das crianças e jovens. É por isso que uma das

características identificadas nas Oficinas de S. José aponta para o processo de intervenção ao nível da construção dos projetos vida que tem na sua base a avaliação diagnóstica do menor. Trata-se de um processo que se prolonga no tempo e que envolve vários intervenientes, indo além do circuito técnico a que se circunscreve o Lar. Os médicos que participam do processo de avaliação, os professores e a família também são chamados a fazer parte do processo, num sistema de cooperação concertada que se constitui como uma mais-valia para o Lar e, principalmente, para o menor. (Alberto 2002; Fernández del Valle, 1996).

No âmbito da resposta encontrada para a questão acima apontada, importa sublinhar que os projetos de vida dos menores são construídos também de forma dinâmica e que cada um destes projetos é coordenado por um gestor de caso que, assume o papel de cuidador de referência do menor. Trata-se de uma característica que visa o estabelecimento de laços de vinculação, através dos quais será possível criar uma base de segurança e de desenvolvimento social e cognitivo (Gama, 2004). Strecht (1999) defendeu que o estabelecimento de relações interpessoais de qualidade entre o *cuidador de referência* e o menor ajudava na minimização das dificuldades, de um e de outro, e favorecia a criação de expectativas positivas face ao futuro da criança ou jovem acolhido.

No contexto estudado salienta-se o facto, já referenciado, dos gestores de projeto assumirem outras funções dentro do Lar, o que contribui para a dispersão de tempo e energia noutras tarefas o que pode significar um nível mais baixo de empenho ao nível da gestão que se pretende individual (Magalhães, 2002). Ainda assim e como elemento de contrapeso sublinha-se o facto de nas Oficinas de S. José se verificar um baixo nível de *turnover* dos colaboradores e especialistas que nela trabalham o que se apresenta como um fator que ajuda a promover a estabilidade emocional do menor (Carvalho, 2002). Na verdade e tal como defendem Carvalho (2002) e Pinheiro (2006) a grande rotatividade dos funcionários, a falta de atividades planeadas e a falta de apoio afetivo podem constituir-se como prejudiciais e fatores de risco para os menores em situação de acolhimento. Este aspeto não se verificou nas Oficinas de São José uma vez que tanto o Diretor quanto o Educador são elementos do quadro técnico há bastantes anos, e a Psicóloga, ainda que integrada na equipa mais recentemente, também já se encontra na mesma há algum tempo. Por esta via estão reunidas condições para a promoção do apoio psicológico e diálogo personalizado e para a assunção, por parte dos técnicos, do papel de parceiros que

promovem a criação de laços afetivos e da construção do respeito mútuo, tal como prevê o Manual de Boas Práticas (2005).

Este aspeto da permanência dos técnicos durante longo tempo no Lar vai também de encontro à construção da familiaridade e da vinculação histórica que o Modelo Relacional Simbólico aponta como elemento caracterizador das famílias (Cigoli & Scabini, 2007).

8.3.2 O referencial histórico do menor e a problemática das famílias multidesafiadas

Na observação da categoria *referencial histórico do menor*, os resultados são evidentes e a primeira constatação é a de que estes menores são filhos de famílias disfuncionais caracterizadas pela descontinuidade das figuras parentais, pelo facto de existirem membros no agregado familiar com que os menores não partilham qualquer grau de parentesco ou consanguinidade, com dinâmicas familiares propiciadoras de grande tensão entre os seus membros e onde predominam as problemáticas do álcool, da prostituição, da miséria e da toxicod dependência (Martins e Szymanski, 2004). Trata-se ainda de famílias onde se verifica uma dissociação familiar, onde subsiste o desemprego, a precariedade no trabalho, e em que as carências são profundas, denota-se também que existe baixa escolaridade dos elementos constituintes dos agregados familiares (Centro de Estudos Territoriais do ISCTE para o Instituto de Segurança Social, I.P., 2005).

Estas características que escrevem a história de vida dos menores já referidas em vários estudos, alguns dos quais apontados por nós na componente teórica da presente investigação (Centro de Estudos Territoriais do ISCTE para o Instituto de Segurança Social, I.P. 2005), parecem ser a evidência que despoleta o início de um processo de acolhimento mas, em resultado das respostas obtidas às entrevistas que levamos a cabo denotamos que, tanto no caso da respondente mãe como no caso do respondente jovem, confirmado também pelos respondentes técnicos, se verifica uma tendência de agregação de problemas nas famílias, ou seja, que as famílias que fazem parte do histórico referencial do menor não têm apenas um dos problemas referidos mas dois ou mais em simultâneo.

Os apontamentos registados relativos à categorização das famílias dão conta de situações de pobreza geracional aliada a um baixo nível socioeconómico, pais com modelos educativos desadequados, doença mental dos progenitores, ausência de hábitos de trabalho e dependência económica dos sistemas de proteção social, hábitos etílicos e baixa escolaridade (Gomes, 2010). Após observação dos resultados podemos afirmar que uma só

família comporta dois ou mais fatores em simultâneo o que agrava a visão do cenário de educação e crescimento a que os menores estiveram expostos. Os menores acolhidos nas Oficinas de São José são, maioritariamente, portadores de um referencial histórico que os liga a famílias multidesafiadas (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007), famílias onde se regista a presença de um ou mais problemas, graves, de longa duração e de forte intensidade (Mazer, 1972).

As *famílias* multiproblemáticas, ou *multidesafiadas* quando entendidas sob o ponto de vista das problemáticas com que têm que lidar e que são desafiadas a ultrapassar, têm tendência para minimizar os problemas individuais dos seus membros uma vez que a sintomatologia do conjunto é mais abrangente, grave e geral e se caracteriza pela desorganização e pelo caos completo (Linares, 1997).

Por um lado estamos perante famílias fusionais (Bowen, 1991) onde as fronteiras geracionais são permeáveis, como podemos aferir através da experiência de relacionamento entre mãe e o filho mais velho relatada pela mãe entrevistada, ou até mesmo entre essa mesma mãe e os filhos de menor idade, dado que foram eles quem decidiu quando e como serem reintegrados. Nesta entrevista em particular verificam-se também momentos em que mãe e filhos parecem ser da mesma época geracional pois, apesar de esta referenciar por várias vezes as regras e a educação que passa aos filhos, também se observa que declina as suas responsabilidades por motivos que, a seu ver, justificam os seus atos, como estar com o novo companheiro ao invés de passar o fim-de-semana com os filhos. Esta mãe deixa transparecer uma certa desorganização estrutural e comunicativa, característica evidenciadora de referenciais históricos de origem de menores acolhidos e também característica apontada às famílias multidesafiadas (Suárez, Muñoz, Gómez & Santelices, 2009).

A dificuldade de assunção do papel parental por parte desta mãe ficou bem patente nos resultados obtidos e essa mesma dificuldade também se registou no decorrer da entrevista do menor que colocou a mãe num patamar relacional muito baixo e não se percebeu qualquer tipo de tentativa da sua progenitora pela colocação em prática do exercício da responsabilidade parental donde decorre uma outra característica também evidenciadora das famílias multiproblemáticas ou multidesafiadas que é a minimização de um problema em detrimento de um contexto geral caótico e desorganizado. (Walsh, 2004).

Em face deste resultado podemos ainda verificar que existe uma certa desresponsabilização dos pais para com estes menores (Moura, Guerra e Costa, 2005).

Também na categoria seguinte em que se abordou a questão da proveniência dos menores, a multidisfuncionalidade das famílias é evidente e aqui podemos ainda referenciar a questão das fronteiras familiares que são desmembradas, pouco definidas e excessivamente permeáveis. Os elementos destas famílias são distantes entre si e a hierarquia é caótica (Sousa, 2005).

As fronteiras familiares dizem respeito às hierarquias e à distância entre a pessoa e a família e estão marcadas pela pertença em termos de inclusão ou exclusão familiar (Sousa, 2005). A partir dos resultados observados, podemos afirmar que, neste contexto, a evidência mais saliente é a da exclusão familiar, ou o desmembramento da família, que fica patente nas palavras da Psicóloga quando esta entrevistada refere que muitos pais preferem adiar a ida dos filhos a casa aos fins-de-semana e quase nunca os vão buscar às sextas-feiras. Esta noção denota-se também na entrevista da mãe. A partir das respostas obtidas junto da respondente mãe esta noção de desmembramento dos subsistemas familiares e da confusão relativamente à hierarquia no seio da família torna-se evidente sobretudo quando esta responsável afirma ser quem dá ordens e impõe regras mas, logo de seguida, dá conta de se ter deixado submeter às intenções dos filhos, por exemplo, no caso destes se terem decidido pelo regresso ao lar (Sousa, 2005).

A partir do discurso da mãe podemos aferir que esta progenitora se sente impotente para orientar os próprios filhos, o que é sinal da ausência de transmissão intergeracional das hierarquias familiares e de segurança, o que leva a que os menores se sintam desorientados face às regras a obedecer e, sobretudo, em relação a quem obedecer (Cigoli & Scabini, 2006)

Tendo em conta os resultados aferidos a partir da entrevista realizada com a mãe dos menores acolhidos e considerando também as condições de qualidade e de profissionalismo que o Lar oferece, podemos aqui contrastar a teoria de Garbarino e Abramovitz (1992), que sustentava que o acolhimento pode ser fator de vitimização para as crianças, pois parece-nos que as crianças em causa têm os seus direitos melhor assegurados encontrando-se ao abrigo das Oficinas de S. José do que sob os cuidados da nossa respondente.

8.3.3 *Gestão de menores: a vida depois da disfuncionalidade, desafios e conquistas*

Cabe-nos agora falar da categoria de *gestão de menores*, que vai de encontro à ideia anteriormente transmitida e que favorece o acolhimento em detrimento da permanência de crianças em lares multiproblemáticos, multidesafiados, e disfuncionais, sobretudo porque no Lar se favorece a proximidade relacional, entre todos os elementos que se encontram dentro da mesma e as primeiras abordagens junto das crianças e adolescentes são processadas de forma informal, privilegiando os contactos informais entre adultos cuidadores e entre os pares. A proximidade relacional é um construto importante na medida em que favorece o despertar do sentimento de segurança e de vinculação afetiva (Bowlby, 1973) através dos quais se pode ultrapassar problemas emocionais como a necessidade de proteção e suporte que, como refere Bowlby (1969) são essenciais à sobrevivência humana.

O *acolhimento* levado a cabo nas Oficinas de S. José tenta assemelhar-se o mais possível ao ambiente familiar, não ao que a criança conhece mas àquele que se acredita que a criança deveria ter conhecido ao longo da sua vida. Os procedimentos e as dinâmicas que são implementadas e que visam o bem-estar e a felicidade dos menores desde o momento do acolhimento que, como vimos, são feitos durante o período de férias escolares pois assim a interação geracional e intergrupar, parecem contrariar as asserções de Johnson et al., (2006) relativamente às consequências sócioemocionais e comportamentais dos menores acolhidos. De acordo com estes autores os menores integrados em Lar demonstram ter dificuldades sócio comportamentais, evidenciando problemas de comportamento e reduzidas competências sociais e de interação com os pares mas nos resultados obtidos durante a nossa investigação, nomeadamente na categoria em causa, não se observou esta realidade.

Na verdade verifica-se que, de facto, os lares apresentam aspetos positivos relativamente às oportunidades de desenvolvimento e de interação colocadas à criança que se encontra sob os seus cuidados tal como avançaram Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007).

É a partir dos resultados obtidos na presente categoria, ainda que noutras tenhamos também respostas, que encontramos resposta à nossa questão de investigação que visava aferir como se desenvolve o dia-a-dia do menor ao nível do tipo de relação afetiva que estabelecem com os técnicos e educadores do Lar. Esta relação de *afetividade* é promovida

desde o primeiro momento e passa pela aferição dos gostos do menor, pelo acolhimento que lhe é feito, pela importância dada ao momento da escolha do quarto e outros pormenores que se traduzem numa personalização e humanização de cuidados mas, sobretudo pelo facto de se promover e estimular o estreitamento relacional com a família de origem.

Como se verifica trata-se de um aporte substancial de qualidade e de vantagens que vai de encontro à ideia de Minuchin (1982) de que é no ambiente familiar que as necessidades de afeto e de carinho das crianças são supridas. De facto esta noção fica bem patente na observação do conjunto de entrevistas realizadas e analisadas. Por isso mesmo as Oficinas têm mecanismos de operacionalização que passam pela tentativa de aproximação às famílias desde a primeira hora, ainda antes do acolhimento, pois defende-se que o acolhimento de uma criança não tem só aspetos e consequências negativas e que deve ser entendida como uma oportunidade de ganhos efetivos para a criança e para a sua família (Martins, 2002). Por sua vez, esta ideia é reforçada pelo Modelo Relacional Simbólico que afirma que a família é o ambiente privilegiado para a transmissão gerativa do polo éticos e afetivos das relações (Cigoli & Scabini, 2006).

A defesa dos vínculos é feita a partir do estabelecimento de relações de aliança de triângulos emocionais que se estabelecem com o objetivo de manter ou reestruturar a unidade familiar. No caso do Lar onde desenvolvemos a nossa investigação, o *triângulo* emocional é formado pelo *menor, pelo Lar de acolhimento e pela família*. Esta tríade é um dos princípios essenciais que Del Valle e Fuertes (2000) apontam para que se possa considerar que o acolhimento em Lar é de qualidade. Para além da promoção e defesa da individualidade dos menores estes autores defendem que os lares devem demonstrar o respeito dos direitos da criança e das suas famílias mantendo estes dois polos do vértice em contacto e apoiando-os na construção de um projeto comum.

Salienta-se também o facto de não existirem horários para as visitas com o claro intuito de favorecer a abordagem das famílias às Oficinas e aos menores indo assim ao encontro à ideia de Abadia (2008) que defende que o Lar de acolhimento deve estabelecer contacto e parcerias de intervenção com a família pois assim este estará a contribuir para a promoção e estabilidade do vínculo afetivo que se revelará de extrema importância na hora da reintegração. Também Del Valle (1996) defendeu a importância da flexibilidade das

visitas dizendo que estas deveriam ser permitidas e incentivadas, pois através destas era possível controlar e estimular as relações entre o menor e a família.

Neste ponto, somos levados a afirmar que o Lar pode ser entendido como um recurso social que não tem por ambição substituir a família mas sim complementar as lacunas que esta tem. As Oficinas de São José procuram ser, como dizia Carreira (2012) “o tronco educativo e afetivo dos menores”.

Pela análise dos resultados obtidos na categoria observada podemos agora responder à questão de partida que procurava aferir sobre a forma como as Oficinas promovem e desenvolve a relação entre o menor e a família de origem e quais as dinâmicas e estratégias que leva a cabo nesse sentido. Registamos então que uma das dinâmicas mais importantes é a exclusão dos horários de visita; lembramos que são levadas a cabo as visitas domiciliárias, que na opinião de Abadia (2008) são uma das intervenções que devem ser levadas a cabo junto das famílias e que deverá ser inserida num pacote de estratégias de intervenção psicossociais; observamos ainda que as visitas são supervisionadas e que se procura estimular e fomentar o diálogo para que se possa levar a cabo um trabalho de articulação com os familiares dos menores.

No entanto, este é um triângulo que tem uma fraqueza num dos ângulos, correspondente à família. Por um lado, verificamos que tanto na avaliação de diagnóstico quanto na elaboração do *PSEI*, a família não é incluída no processo de auscultações e, por outro, também podemos aferir que o Lar, por limitação de recursos, se vê compelido a identificar pequenos grupos de famílias a quem dedicar atenção. Assim, face a estes resultados, a componente familiar do triângulo emocional vai sempre ser desigual em relação a cada uma das crianças/adolescentes em acolhimento. Daqui importa sublinhar que a tarefa de reforço deste ângulo identificado como o mais fraco seria bem mais fácil de levar a cabo se o Lar pudesse acolher um número mais reduzido de menores e se este tivesse um cariz mais aproximado ao das famílias reais como propõe a metodologia de acolhimento idealizada por Del Valle denominada de projeto “Umbrella” e como também defende Johnson et al (2006) quando sustenta que o ambiente *Family Type* é importante para o processo de recuperação de competências e de desenvolvimento dos menores.

Quando colocadas em Lar de acolhimento ao abrigo das condições descritas, as crianças/adolescentes são componentes do jogo de forças a que se referia Bowen (1991) e, portanto, de acordo com a sua teoria, elas crescem num ambiente de desequilíbrio, pois

uma das forças acaba sempre por se destacar em relação às outras, o que pode vir a desenvolver no menor uma fusão relacional que não permite a diferenciação e que acabará por criar uma *massa indiferenciada* que poderá condicionar o desenvolvimento e a diferenciação do *self* (Minuchin, 1982).

É importante ainda destacar que o Lar no qual foi desenvolvido o presente Estudo de caso assume a postura que o Modelo Relacional Simbólico defende, uma vez que, apesar dos limites já sublinhados, as Oficinas de S. José consideram que

“a família é a primeira forma de relação social consigo e com as gerações (vínculos de filiação e vínculos intergeracionais) juntando uma outra função cultural e social originária que integra uma estrutura relacional (simbólica) que permite ao indivíduo apresentar-se e ser reconhecido perante o novo, o ambiente externo (não familiar)” (Cigoli & Scabini, 2000, p.7-8).

8.3.4 A transmissão gerativa de valores

Continuando a reflectir sobre o Lar observado e contrastando as práticas e dinâmicas desenvolvidas com o modelo relacional simbólico, onde se insere a categoria *transmissão gerativa de valores*, que se evidencia a partir da análise de resultados que levamos a cabo, podemos afirmar que este Lar pode ser considerado como uma “estrutura organizadora de relações que conecta e vincula entre elas as diferenças originais e fundamentais do ser humano” (Cigoli & Scabini, 2006, p. 29).

No modelo relacional simbólico a família é apontada como uma organização de relacionamentos primários baseada em três diferenças: as diferenças entre os géneros, as diferenças entre as gerações e as diferenças entre as linhagens (estirpes) familiares. O objetivo principal da família é a gestão destas diferenças com vista à criação de laços. Esta é a sua principal função (Cigoli & Scabini, 2006). É a função a que os criadores do modelo estudado chamaram de geratividade.

Discutir o conceito de geratividade tendo por base os resultados obtidos não só se assume uma tarefa complexa como de extrema importância pois este é um conceito chave do Modelo Relacional Simbólico e é também aquele que não só explica as famílias quando viradas para si mesmas mas também as coloca no papel de geradoras de indivíduos que vão transportar os valores daquela família para o exterior e vão vivenciar a realidade social com base nos valores gerativos que as suas famílias lhes passaram (heranças). No caso do estudo efetuado, a transmissão gerativa de valores não tem espaço para se da

responsabilidade das famílias dos menores pelo que o Lar onde estes se encontram acolhidos, passa a desempenhar essa função. Lar tem, ainda, uma responsabilidade acrescida uma vez que terá de desempenhar algumas das funções da família perante menores que podem apresentar quadros complexos de problemas decorrentes do facto do próprio acolhimento (Lin, 2003; Provence & Lipton, 1962). Importa lembrar aqui que na revisão de literatura vários autores apresentaram o acolhimento e os lares como motivo para o aparecimento de perturbações do funcionamento sócioemocional dos menores (Cicchetti & Tucker, 1994) porque o Lar é o que vem a seguir à perda da figura de vinculação. O Lar é o que se segue ao momento em que o núcleo transmissor de valor gerativo que a criança conhece lhe desaparece da vida e, em troca lhe apresenta novas figuras cuidadoras que prestam cuidados e impõem regras por meio de uma relação de poder onde não existe a expressão ou o compartilhamento de emoções (Sloutsky (1997).

Entendido assim o Lar dificilmente poderá ser categorizado como um meio favorecedor de geratividade mas, no entanto, e face aos resultados obtidos, as Oficinas de São José parecem contrariar tanto a opinião de Sloutsky (1997) quanto a de Lin, 2003; Provence e Lipton (1962) na medida em que, como se verificou, existe um esforço da parte da equipe técnica, de todos os funcionários, em promover um grau de geratividade e de vinculação com os menores, sobretudo da parte do Educador, do Diretor e da Psicóloga mas também, conforme referiu o Diretor, dos restantes funcionários do Lar. A envolvimento das famílias dos menores na construção dos projetos de vida de cada um deles é um dos elementos que sustenta a asserção acima, pois, com esta estratégia o Lar mantém e tenta estreitar ainda mais, sempre que possível, a relação dos menores com a sua história de vida, com os valores e os dons da identidade familiar. Da mesma forma a chamada das famílias a participar dos processos de autonomização e de reintegração dos menores se assume como elemento de defesa e promoção da vinculação e *transmissão gerativa de valores*.

Por outro lado e durante o período de tempo em que o menor está em situação de acolhimento, o processo de transmissão de valores não estagna e o Lar aposta na criação de laços afetivos por forma a que estes valores possam ser aceites mais facilmente por parte do menor, ou seja, assume-se como uma família. O conceito de *geratividade* é promovido pelas Oficinas na vertente que visa a promoção da produtividade pessoal e da criatividade,

e também no aspeto, que Cigoli e Scabini (2006) associaram a esta característica das famílias e que tem a ver com a criação de uma nova geração.

A *geratividade* é então vista como a mola impulsionadora para a criação de uma nova vida mais gerativa, com vista ao incentivo e ao desenvolvimento das gerações envolvidas no processo, e no comprometimento da transmissão de valores que, no fundo, serão os motes para a dotação de significado e esperança à nova etapa que os acolhidos vão experienciar: a geratividade social e a geratividade familiar associadas À autonomização.

A transmissão gerativa de valores, que como vimos são sobretudo suportados na matriz de cariz religioso que caracteriza as Oficinas de S. José, assenta num modelo de geratividade que integra o poder e o amor, a gestão das necessidades e a comunhão, tal como é definida a geratividade familiar pelos autores a que nos temos reportado. O poder diz respeito à imposição de regras, o amor corresponde à preocupação genuína que cada técnico tem para com os menores, a gestão das necessidades corresponde à satisfação das necessidades básicas de cada um e a necessidade de comunhão está expressa no facto dos educadores terem um conhecimento minucioso do dia-a-dia de cada menor. Esta mesma geratividade é expressa nos aspetos de auto-expansão (criando algo na própria imagem), sendo que o modelo são os educadores, e também nos cuidados presentes para com a nova geração, para ajudá-los a tornarem-se autónomos e responsáveis (Cigoli & Scabini, 2006).

8.3.5 A autonomização: o regresso à sociedade

Entrar no Lar comporta uma série de importantes procedimentos a que já fizemos alusão. Estar no Lar mês após mês, ano após ano, compreende um longo processo de atuações e monitorizações que visam o fomento de valores e de estratégias para a vida futura, mas a saída também é um acontecimento de grande importância e por isso deve ser ponderada e considerada antecipadamente e a vários níveis. Tal como vimos na análise de resultados, a primeira via por que passa a saída do Lar é a reintegração na família de origem, ou na família alargada, e na maioria das vezes ela decorre do facto do menor acolhido completar os dezoito anos de idade (Gomes, 2010).

Quando a reintegração na família não se mostra possível e a criança/jovem acolhido tem que partir para a sociedade sem que o esperem, lá fora, estruturas com que se possa identificar enquanto indivíduo histórico-gerativo (Cigoli & Scabini, 2006) importa que as suas capacidades de autonomização estejam plenamente desenvolvidas para que se consiga adaptar à realidade.

São os valores atrás referidos que se vão constituir nos pilares que sustentarão o jovem assim que for chegada a hora da saída do Lar e é com eles que se prepara o momento da saída, que se fomenta o processo de *autonomização* a que corresponde a última das categorias analisadas.

A *reintegração social* dos menores em acolhimento na sociedade, podendo esta ser pautada pelo regresso às origens ou pela construção de uma nova vida apartada da família, sendo que, como pudemos constatar, esta última hipótese prevê uma passagem pelo apartamento de autonomização. Normalmente a saída do Lar, aqui entendida como a autonomização, acontece com a chegada dos jovens à maioridade e, pelo que foi possível registar nas entrevistas realizadas, a maior parte dos jovens acolhidos opta pelo regresso às famílias.

Sendo que o momento da autonomização se apresenta como a meta, o objetivo geral, de todo o processo de acolhimento, as dinâmicas empreendidas durante todo o tempo de estadia são direcionadas à preparação deste momento, tal como sublinhou o Educador: “para que possa ser um trabalho consistente este não pode ser um trabalho feito à pressa” (B). Como forma de sublinhar a mesma ideia também o Diretor fez saber que a autonomização não é favorecida quando ocorre um processo de saída muito rápido, ou seja, é necessário que os jovens se mantenham por um período razoável de tempo no Lar por forma a que seja possível trabalhar junto dele todo o conjunto de valores já referidos e para que estes mesmos valores tenham tempo suficiente para cimentar na personalidade do jovem acolhido. Assim temos que o tempo de permanência é um fator determinante para a preparação do processo de autonomização e para o estabelecimento da solidez necessária à capacidade do jovem viver a sua vida fora do Lar com qualidade e esperança no futuro.

Tendo em vista este objetivo as Oficinas de S. José empreenderam um projeto, muito aproximado do Projeto “*umbrella*” criado por Del Valle (2009) que visa dotar os menores de capacidades para a autonomização. A implementação de programas que visem o desenvolvimento da capacidade de autonomia e das competências pessoais dos menores é, de resto, considerada como uma das vertentes mais importantes dos lares de acolhimento por um vasto número de autores (Anthony et al., 2010; Berlin, Vinnerljung e Hjern, 2011; Brown e Wilderson, 2010; Colins e Clay, 2009; Del Quest et al., 2012; Harder, Knorth e Kalverbaer, 2011; Havlicek, 2011; Lenz-Rashid, 2006; Stein e Munro, 2008).

Assim, e como já sabemos, existe nas Oficinas de São José um apartamento onde os jovens maiores de 18 anos podem viver após a saída do Lar numa situação a mais próxima possível do *Family Like Environment* ou no modelo familiar, como lhe chamaram Rodrigues et al (2013). Este modelo favorecedor da autonomização, tal como defendia Del Valle (2009), aposta na abertura à comunidade como a chave que poderá sustentar a aproximação dos jovens em acolhimento à comunidade e à sua emancipação (Rodrigues et al, 2013).

Apesar das semelhanças registadas no projeto de autonomização do Lar com o projeto “*Umbrella*”, mesmo tendo em conta que também se procedeu à organização de uma pequena residência o mais parecida possível com o cenário de vivência familiar (Del Valle, 2009), verificamos que esta solução, que visa de facto o favorecimento da autonomização, só se coloca à disposição do menor quando este já deveria ter constituídas as ferramentas para se autonomizar. Ou seja, o projeto, de facto é semelhante ao que Del Valle (2009) criou mas não é, como apontou o autor inicial, beneficiador de crianças ou de menores já no início do seu acolhimento, ou ao longo deste processo mas apenas favorecedor daqueles menores para os quais não foi possível encontrar uma outra solução de reintegração.

Pretendemos com esta afirmação sustentar a ideia de que o projeto “umbrella” das Oficinas de São José poderia ser implementado mais cedo, pois este preconiza o desenvolvimento de um programa de acompanhamento individualizado, com respeito pelos direitos dos menores, das suas famílias e do seu ambiente de origem, e apostando fortemente na formação e na escolarização adequadas e na resposta às necessidades básicas, como a alimentação, o vestuário e os cuidados de saúde, mas no âmbito de acolhimento mais restrito em termos de dimensão do número de crianças acolhidas (Rodrigues et al, 2013). No fundo, o que o projeto preconiza é a construção de um modelo o mais próximo possível de uma família funcional, numa vivência familiar o mais parecida com o considerado adequado, onde a principal diferença seria a substituição dos pais pelos educadores.

No entanto, para além do apartamento de autonomização, e ainda que de forma mais afastada dos verdadeiros objetivos do projeto “*Umbrella*” dentro do Lar propriamente dito são levadas a cabo várias dinâmicas que visam a preparação do menor para a vida depois do acolhimento sendo que o maior expoente desta finalidade é mesmo a construção

do projeto vida de cada um dos acolhidos e também a constante chamada dos familiares a intervirem e a mostrarem-se próximos. A intenção de dar continuidade e de reforçar os laços de vinculação com as famílias de origem demonstra que o projeto traçado para cada menor é estimulador do seu desenvolvimento, é integrador e conciliador da sua história pessoal (Manual de Boas Práticas, 2005). O prolongamento do tempo de permanência no Lar é outra das dinâmicas postas em prática sempre que se mostra necessário e com vista à re-educação social, à “eliminação dos defeitos”, como referiu o Diretor.

No fundo todo o tempo de permanência do menor nas Oficinas de S. José pode ser considerado o tempo da sua preparação para a autonomização que se vai fazendo também pela transmissão e implementação de valores no processo de construção da identidade de cada um. Tal como assumiram Cigoli e Scabini (2006) a autonomização, que de um modo muito significativo pode ser traduzida para a terminologia “empowerment”, está intimamente ligada à ideia de Família e às funções que esta deve ter. O Lar assumiu também essa tarefa de preparar o menor para a interação com o mundo exterior.

É aqui, neste conjunto de resultados, que encontramos a resposta à pergunta de partida com que visávamos perceber a forma como é promovida a *autonomização* dos menores e, por via das dinâmicas já referidas podemos então dizer que o projeto de autonomização das Oficinas de São José está em consonância com os modelos familiares de Rodrigues et al (2013) e com as ideias preconizadas por Del Valle (2009): aquele que remete para a felicidade de cada criança acolhida em Lar - o objetivo máximo a atingir, seja nas famílias biológicas intactas, seja para as crianças que nascem em seios familiares multidesafiados.

Uma outra questão efetuada aquando do início da nossa investigação tem também resposta neste enquadramento. Referimo-nos à pergunta que versava sobre as intervenções assumidas para a preparação do menor para a saída do Lar e reinserção no seu meio social. Algumas dessas intervenções já fomos nomeando nos parágrafos anteriores mas não podemos deixar de referir o *Plano SócioEducativo Individual* onde todos os procedimentos com vista à reintegração com sucesso são ponderados de forma individual e alterados em função das necessidades do menor. É ainda de salientar o facto das Oficinas de S. José terem a porta aberta à comunidade, não só através da abertura à participação de trabalhadores voluntários no seu projeto, como também no facto de proporcionar aos menores a possibilidade de frequentarem uma escola pública em regime de comunhão

igualitário com as crianças das famílias regulares e com a importante medida de promover a passagem dos fins-de-semana junto das suas raízes familiares (Rodrigues et al, 2013; Del Valle, 2009).

8.3.6 O vínculo afetivo

Quando demos início ao nosso processo de investigação tomamos como referência dois objetivos principais: um prendia-se com a vontade de perceber as dinâmicas existentes nos Lares de Menores e aferir se estas dão resposta às necessidades dos menores que acolhem; o outro prendia-se com a necessidade de passar a conhecer os programas de inserção existentes nos lares com vista ao desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos. Na abordagem à bibliografia existente deparamo-nos com opiniões contraditórias face à importância dos lares, à sua forma de funcionamento e, principalmente aos resultados concretos que as mesmas têm na vida futura daqueles que, por algum motivo, ali foram inseridos.

Para Bronfenbrenner (1996), por exemplo, os lares apresentam-se como locais de reforço da estigmatização social a que os menores já estão sujeitos em decorrência das suas próprias condições de vida, e Santana (2004), assinou a mesma corrente de pensamento. Também Siqueira e Dell’Aglío (2006); Nelson, Zeanah, Fox, Marshall, Smyke e Guthrie (2007) deram um parecer caracterizador dos lares pouco positivo, donde sobressai a ideia de que nestes organismos a estimulação sensorial dos menores é fraca e o apoio social e afetivo é precário, entre outros aspetos. Para Altoé (1990) a satisfação das necessidades afetivas das crianças em situação de acolhimento não se realiza completamente mas segundo Brito e Koller (1999) a estrutura de acolhimento pode ser uma boa alternativa e pode até contribuir para a melhoria das vidas das crianças, oferecendo-lhes a oportunidade de estabelecerem novas interações pessoais com os seus cuidadores e de darem início a uma nova trajetória de vida e uma reelaboração da sua história onde haverá espaço para o incentivo ao desenvolvimento de novas competências, cognitivas, sociais e até mesmo afetivas.

Após a realização do nosso estudo de caso e da observação dos resultados obtidos aferimos que as Oficinas de São José estão mais próximas da realidade defendida por estes últimos autores e percebemos que as dinâmicas que ali são levadas a cabo visam dar resposta às necessidades dos menores acolhidos, tanto mais que, no processo de

acolhimento é feito um levantamento dessas mesmas necessidades com vista a que cada uma delas seja devidamente atendida.

O segundo objetivo geral com que permeamos a nossa investigação foi cumprido com dificuldades acrescidas pois que, dada a metodologia usada, o Estudo de caso, apenas tivemos oportunidade de observar um Lar de Infância e Juventude, no entanto, com recurso ao aporte bibliográfico, deduzimos que não existe uma uniformização em relação aos programas de inserção existentes nos lares embora pareça ser cada vez mais consensual a ideia de que os menores têm necessidades relacionais simbólicas e por isso cada vez mais os lares se manifestem defensores de modelos de atuação que visem a integração das famílias nos processos de acolhimento e reinserção social, que tenham em conta o desenvolvimento emocional dos acolhidos e o reforço da passagem dos valores éticos e morais que, tradicionalmente, compete às famílias passar aos seus.

No que diz respeito aos objetivos específicos elencados podemos referir que todos foram observados e cumpridos com sucesso. De facto ao longo do presente estudo foi possível perceber como é realizada a integração dos menores nas Oficinas de S. José; como são elaborados os projetos de vida dos menores; quais as estratégias adoptadas para levar a cabo esses projetos de vida e que, no caso concreto das Oficinas de São José, a família é integrada em todo o processo sempre que isso seja possível e esta se mostre disponível para tal. Verificamos ainda que as necessidades sentidas pelo menor são respondidas pelas Oficinas e que a *reintegração social* de cada um deles é integradora e eficaz, podendo caracterizar-se pelo retorno à família, ou pela passagem para o apartamento de autonomização. Num ou noutro caso os jovens são providos de um aporte de valores que lhes permitirão o relacionamento social integrador e bem sucedido.

A estrutura organizacional com que o Modelo Relacional Simbólico caracteriza a Família, a motivação, os objetivos e a construção das identidades pessoais com base nos valores da confiança e da justiça, dos afetos e da responsabilidade, da geratividade e dos objetivos das transmissões e das transições interrelacionais são o referencial de atuação deste Lar que, não podendo substituir a família nas características de gerações e linhagens (estirpes), dons e débitos, (Cigoli & Scabini, 2007) abre as portas às famílias e trabalha no sentido de promover a vinculação familiar para se assumir como uma um Lar de Infância e Juventude o mais próximo do modelo familiar possível.

Com base na análise ao conjunto dos resultados obtidos, empíricos e bibliográficos, recorreremos à afirmação de Alberto (2003) para concluir afirmando que cada Estrutura de acolhimento “é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afetos, projectos, passados e presentes e futuros próprios” (Alberto, 2003, p. 242).

CONCLUSÃO

A proposta que serviu de ponto de partida para a realização da dissertação de mestrado que agora terminamos tinha por base a aferição dos moldes de funcionamento de um Lar de Infância e Juventude, incidindo, particularmente nas práticas que visassem favorecer o melhor interesse da criança/jovem em situação de acolhimento com vista a uma preparação do mesmo para a vida futura e o eventual regresso à família de origem.

Foram muitas as perguntas que permearam a nossa caminhada investigava e sustentaram as dificuldades que fomos encontrando ao longo do percurso, algumas delas quase impossíveis de contornar dada a complexidade da temática estudada e o facto, mesmo apesar de constituir a base para muitos estudos científicos, certamente mais ambiciosos que o que apresentamos, de ainda não existirem evidências concretas acerca da metodologia mais eficaz a ter em conta quando nos encontramos perante situações em que as famílias de origem são, claramente, incapazes de cuidar dos seus menores.

De entre o conjunto das questões colocadas para dar início ao trabalho de investigação, que, como sabemos, se insere no contexto metodológico qualitativo e é um estudo de caso, primava a necessidade de aferir a forma como era feita a integração dos menores nas Oficinas de S. José sendo que para tal se levaram a cabo entrevistas semi-estruturadas a cinco intervenientes: três elementos da equipa técnica das Oficinas de São José, uma mãe de menores ali acolhidos e um menor residente. Em resultado obtivemos a informação de que a integração dos menores é fruto de um trabalho de equipa que se expande para lá dos portões do Lar e conta com a colaboração de parceiros como a Segurança Social, a CPCJP e a escola dos menores. Registamos também que antes do acolhimento propriamente dito os menores, independentemente da idade, eram levados a visitar as instalações, a conhecer a equipa e a passar alguns primeiros momentos com os futuros colegas e apontamos algumas particularidades relativas à atuação para o acolhimento inerente à ao Lar como o facto da primeira abordagem ser levada a cabo por uma equipa de menores já integrados no Lar e de idades similares a quem vai chegar e também a refeição de boas-vindas ser composta pelos sabores que o menor recém chegado mais aprecia.

No quadro de perguntas que visavam aferir os motivos que deram origem ao acolhimento não foi difícil perceber uma ligação coerente entre o que disseram os entrevistados e o que diz a vasta literatura acerca desta temática. De facto, apesar da registada e crescente multiplicidade de problemas por seio familiar, parece existir consenso quanto aos fatores que ditam o acolhimento de menores, seja nas palavras dos entrevistados que constituíram a amostra do nosso estudo seja no estado da arte. A falta de condições económicas, o alcoolismo, o desinteresse parental e a ausência de parentalidade capacitada são apontados como elementos caracterizadores e indicadores de situações que derivam no acolhimento.

A descoberta desta evidente coerência, contrastante com a falta de consenso, por exemplo, acerca das práticas de integração e outras que verificaremos um pouco mais à frente, deixa-nos assim à vontade para apontar, em jeito de conclusão, que estão cimentadas as bases para a construção de uma solução razoável e positiva para o problema do acolhimento.

Expliquemo-nos melhor: tendo em conta a verdade por nós aceite de que o acolhimento, sempre entendido como uma solução de recurso, pode ser favorecedora do crescimento e desenvolvimento global dos indivíduos e considerando a evidência de que os fatores que concorrem para o acolhimento dos menores são amplamente conhecidos, podem agora ser implementadas estratégias que visem combater os problemas na origem, nas famílias, por forma a que se consiga evitar que estas cheguem a um ponto de degradação em que a única solução que garanta o superior interesse do menor seja a sua retirada do seu meio natural de vida.

Estamos cientes de que a afirmação atrás proferida se reveste de um alto grau de ambição e certos também de que apesar de se conseguir vislumbrar a meta, o caminho para lá chegar oferece obstáculos e perigos quase intransponíveis e por isso, aceitando as dificuldades, e enquanto o caminho para a concretização do sonho de todas as crianças na sua família não se faz mais fácil, apontamos a direção no sentido do acolhimento perfeita, também ela quase um sonho difícil de alcançar.

O primeiro passo que consideramos que deve ser dado para a acolhimento de qualidade já foi cumprido pelas Oficinas de São José. Aliás as Oficinas de S. José já deram mais que um primeiro passo e pelo que pudemos aferir a partir da discussão de resultados, o caminho tem vindo a ser feito de forma lenta mas eficaz e na direção correta. A tentativa

de relacionamento e estreitamento de laços com as famílias é um desses passos que apontamos como muito acertado. Esta atitude das Oficinas parece-nos ainda mais positiva quando se percebe que este modelo de aproximação às famílias funciona em regime de articulação triangular em que aos vértices menor-família se junta o ângulo Lar e que este ângulo da geometria do modelo relacional trabalhado nas Oficinas de São José não é linear.

De facto o Lar considera o menor mas também se empenha na promoção da melhoria das condições da sua família, para que o menor possa voltar e possa crescer também envolto em afetividade. Nas Oficinas de São José entende-se que as políticas da construção de laços relacionais familiares pode ser imitada mas nunca totalmente conseguida se a família não for parte ativa do processo. E nós acreditamos no mesmo. Acreditamos que importa que os LIJ possam também desenvolver trabalhos de integração da família, possam apostar na promoção de práticas integradoras da família no seio do próprio Lar e também na sociedade.

Este é, de resto, um dos pontos principais que constitui o rascunho de uma humilde proposta de intervenção que empreendemos a partir do estudo realizado e que registamos na presente conclusão.

Assim, nesta proposta, apontamos para a chamada ativa das famílias ao seio dos lares de acolhimento de crianças e jovens do nosso país, sendo certo que tal estratégia de ação exigiria um exponencial aumento dos quadros humanos das mesmas e não esquecendo as dificuldades que esse alargamento importa sob o ponto de vista financeiro, estamos certos de que os resultados obtidos se viriam a revelar merecedores do investimento inicial, ainda que a longo prazo. Tal como já acontece nas Oficinas de São José, propomos a não existência de horários de visitas e a articulação com as famílias com vista à possibilidade dos menores passarem os fins-de-semana com os seus progenitores e irmãos. Além disso avançamos a ideia de fomento de iniciativas que tragam as famílias para o Lar como os aniversários dos menores, que poderiam ser celebrados no próprio lar com a presença dos familiares e a comemoração conjunta de datas assinaláveis como o Natal e a Páscoa onde, todas as famílias teriam também a possibilidade de se interrelacionarem, trocarem experiências e aprenderem umas com as outras a partir das dificuldades comuns e, sobretudo, com base nos pequenos sucessos.

Lembrando as palavras do entrevistado Educador acerca do passeio anual que o Lar analisado realiza com os seus menores e os resultados positivos que o mesmo proporciona no que toca ao estreitamento de laços entre as crianças/jovens acolhidos e os elementos que trabalham no Lar, pensamos que a mesma iniciativa poderia ser promovida com a participação das famílias, ou seja, propomos a realização de um passeio convívio anual entre menores, técnicos e famílias.

Ainda tomando as Oficinas de São José como modelo para a nossa própria proposta de intervenção aproveitamos a ideia do apartamento de automização e ajustamos essa infra-estrutura a um uso diferente. Segundo a nossa opinião, este apartamento poderia ser usado para a promoção de vivências comuns às da família. Ainda que fosse apenas uma família por um determinado período de tempo, uma família de cada vez. Os progenitores e os menores viveriam todos acolhidos dentro do Lar mas num ambiente de intimidade monitorizada por técnicos e educadores com vista à reeducação da família como um todo. Este seria o culminar da verdadeira promoção do modelo relacional simbólico de Cigoli e Scabini (2007).

Outra das propostas que consideramos pertinente é a constituição de grupos de acolhimento mais pequenos, bem mais pequenos, que aquele que as Oficinas de S. José compreendem. Lembrando o *Family Like Environment* que o Diretor entrevistado referenciou e que analisamos com o devido cuidado na parte teórica da presente dissertação, estamos em crer que para que funcionasse na perfeição esta reprodução do ambiente familiar proposto por Del Valle (2009) seria potenciadora de melhores resultados se os grupos de intervenção fossem constituídos por sete a oito crianças/adolescentes, no máximo. No fundo o que se propõe é que se recrie o ambiente familiar na maior aproximação possível, e que se construa com os menores em situação de acolhimento, pequenos grupos familiares que vivem em instalações o mais possível parecidas com uma casa de família. Esta ideia assenta no pressuposto firmado por Johnson et al. (2006) de que a vivência familiar promove a recuperação de competências de desenvolvimento cognitivas e afetivas das crianças e sustenta ainda outra ideia: a de que em grupos pequenos o menor terá maior probabilidade de realizar uma integração positiva e amenizadora das perdas por que passou.

Ainda tendo em conta o que disse Johnson *et al* (2006) em relação às consequências sócioemocionais e comportamentais dos menores em situação de acolhimento e o facto de

estas crianças evidenciarem problemas comportamentais, estamos em crer que o acolhimento pelo modelo *Family Like Environment* pode ser favorecedor da eliminação destes problemas pois, naturalmente, as crianças inseridas em grandes grupos têm muito mais dificuldade em firmar um referencial simbólico de comportamentos do que se estiver incluída num grupo pequeno onde as partilhas diárias se tornam mais ricas e numerosas.

Para terminar vamos de novo ao encontro do modelo relacional simbólico que sustenta a família como pedra basilar do desenvolvimento saudável e integral dos menores e que tem alicerce na matriz geracional das pessoas, defendendo desde sempre que essa matriz só pode ser desenvolvida através de modelos de transmissão familiar.

De acordo com o modelo relacional simbólico o sujeito é um ser ativo que comporta em si mesmo toda uma história, que se começou a formar mesmo antes deste nascer. É dessa história que depende o seu presente e é com ela que se constrói o seu futuro. Quando a dimensão relacional e simbólica falha e a história que caracteriza o indivíduo não é garantia de um presente confortável nem oferece esperança para o futuro, os lares têm que intervir mas tal não quer necessariamente dizer, que o modelo familiar tem que ser eliminado da vida da criança/jovem, ele pode, simplesmente, ser substituído por uma nova dinâmica onde os princípios essenciais se mantêm em funcionamento. Assim, nos lares de acolhimento de menores as noções de género, das gerações e das estirpes familiares, que comportam o princípio organizacional e que se relacionam com o princípio simbólico das emoções e da afetividade e que atendem também a noção de Dom e de Débito inerente às dinâmicas familiares, não têm que ser eliminadas, antes reinventadas e reconstruídas pela mão-de-obra dos atores do passado, do presente e do futuro: o menor, a família de origem e a equipa de profissionais do acolhimento.

LIMITAÇÕES

A realização da presente dissertação traduz-se numa mão cheia de aspetos positivos que entendemos sublinhar agora que a mesma é chegada ao fim. O primeiro destes passa pelo facto de ter sido possível através da mesma, uma Técnica Superior de Serviço Social conseguir desenvolver competências para analisar psicologicamente uma realidade como a dos Lares de Infância e Juventude, o que, constituindo um enorme desafio, se veio a revelar num crescimento pessoal e profissional extremamente valioso.

Através dos conhecimentos adquiridos no desenrolar deste processo consegui desenvolver competências para fazer um encaminhamento mais correto das situações que me forem apresentadas no âmbito do exercício profissional do Serviço social para os psicólogos com quem trabalho e possa vir a trabalhar em equipa. Tal permitiu-me, cada vez mais, respeitar o lugar do psicólogo como membro necessário e integrante da minha equipa e a compreendê-lo como um parceiro que poderá complementar a acção do serviço social para o bem estar do utente

O respeito e a valorização do trabalho que é desenvolvido nos Lares de acolhimento, sobretudo nos Lares de Infância e Juventude, saiu também reforçado, pois ao conhecer pessoas fantásticas com uma vontade enorme de realizar bem a sua função no Lar mas principalmente na vida destas crianças e jovens, levou a que, como assistente social, eu confie mais nas instituições e queira aprender com elas.

Acima de tudo este estudo com todas as suas etapas e todas as pessoas que conheci ao longo do caminho deram-me uma lição de humildade para a vida pois, ao deparar-me com técnicos com carácter tão humano e com professores no Mestrado que tanto me ensinaram percebi que tinha muito a aprender como pessoa e como profissional e, para mim esta é a maior conquista que posso ter obtido deste estudo e deste Mestrado.

Apesar das mais valias apontadas fica ainda a noção de que mais poderia ter sido investigado, mais poderia ter sido desenvolvido e outros resultados e conclusões poderiam ter sido acrescentados. No entanto, tal como em todos os trabalhos desta natureza, as limitações decorrentes da minha vida pessoal e profissional, limitaram a possibilidade de fazer um estudo com a devida profundidade psicológica tal como um estudo destes, com tão pouca literatura, exige. Pesou ainda como fator limitador o facto de não ter formação de base na área da Psicologia o que dificultou a interpretação de conceitos e me obrigou a

uma demorada contextualização do estado da arte e da realidade. Acresce ainda à contagem das limitações com que nos deparamos ao longo do processo investigativo a escassez de literatura que aborde não só o “que deve” ser feito mas “como” deve ser feito não só nas estruturas de acolhimento em geral, onde a escassez de literatura que aborde este tema é notável, mas ainda mais especificamente nos Lares de Infância e Juventude, onde a literatura é quase inexistente, levando-nos a ter de recorrer à literatura que fala sobre os procedimentos e normas na generalidade das tipologias de acolhimento de menores para podermos discutir os resultados obtidos no Lar de Infancia e Juventude em estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., and Wall, S. (1978). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum
- Alberto, I. (2002). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2., pp.223-244). Coimbra: Quarteto.
- Altoé, S. (1990). *Infâncias Perdidas: O Cotidiano nos Internatos/Prisão*. Rio de Janeiro: Xenon.
- Ajuriaguerra e Marcelli (1991). *Manual de Psicopatologia Infantil*. 2ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas; São Paulo: Masson.
- Ambrósio, S. (1992). *Representação familiar em crianças separadas da família: estudo em crianças institucionalizadas* (Monografia de Licenciatura em Psicologia Clínica). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Amado, J.; Ribeiro, F.; Limão, I. e Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa: Departamento de Educação Básica (DEB).
- APAV -Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2015). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*. apav.pt/pdf/Manual_Criancas_Jovens_PT.pdf
- Bazon, M. e Biasoli-Alves, Z. (2000). A transformação de monitores em educadores: Uma questão de desenvolvimento. In *Psicologia: Reflexão e crítica*, n.º13, 199-204.
- Bello, Roger (2001) (Dir.). *Travail social et éducatif en internat*. Paris : Conseil supérieur du travail social.
- Bresler, L. (2000). Metodologias qualitativas de investigação em Educação Musical. *Música, Psicologia Educação: Revista do centro de Investigação da Psicologia da Música e Educação Musical*. Porto. Revista nº 1. pp. 5-30.
- Brito, R. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bogdan, Robert e Biklen, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo, la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. (reimp.). (Trad. B. Lonné). Barcelona, Espanha: Paidós Terapia Familiar. (obra original publicada em 1974)
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation: Anxiety and anger*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock
- Bramante, Donatella, El cuidado de los vinculos. *Mediación familiar y comunitaria*, (pp. 28-70), Colômbia: Editora Universidad del Rosario.

- Bronfenbrenner, Urie (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona: Paidós (Trabalho original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, Urie (1988). *Interacting systems in human development. Research paradigms. Present and future*. In N. Bolger, A. Caspi, G. Downey e M. Moorehouse (Eds.), *Persons in Context: Developmental Processes* (pp. 25-49). London: Jessica Kingsley.
- Bronfenbrenner, Urie (1996). *A Ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U.; Morris, P. A. (1998). *The ecology of developmental processes*. In: Damon, W.; Lerner, R. M. (Orgs.). *Handbook of child psychology*, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, 1998. p. 993-1028
- Bronfenbrenner, Urie (2002). *Preparing a World for the Infant in the Twenty- First Century: The Research Challenge*. In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young, e B. Brazelton (Eds.). *The Infant and Family in the Twenty-First Century*. New York: Brunner-Routledge.
- Browne, K., Hamilton-Giachritsis, C. e Johnson, R. (2006). *Young Children in Institutional Care at Risk of Harm. Trauma, Violence e Abuse: A Review of the Research*. London: HMSO.
- Caparrós, Maria José (1998). *Manual de Trabajo Social – modelos de práctica profesional*. Alicante: Editorial Aguaclara.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carvalho, M. C. B. (1993) (Org.). *Trabalhando abrigos*. São Paulo: IEE – PUC/SP.
- Carvalho, A. M. (2002). *Crianças Institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e Desafios*. In E. Rocha Lordelo, A. M. Almeida Carvalho & S. H. Koller. *Infância Brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo, Salvador. Casa do Psicólogo.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Cavalcante, L. C.; Magalhães, C. M. e Pontes, F. A. (2007). *Institucionalização Precoce e Prolongada: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento*. In *Aletheia*, nº 25, pp. 20-34.
- Cecatto, Garsiela Maria (2008). *Comportamento agressivo e aspectos psicodinâmicos em crianças abrigadas*. Tese de Mestrado em Psicologia. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Cicchetti, D., & Tucker, D. (1994). *Development and self-regulatory structures of the mind*. *Development and Psychopathology*, 6, 533-549
- Cid., M. e Pérez Galdós, S. (2006). *La adopción, un tema de nuestro tiempo*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Cigoli, Vittorio e Scabini, Eugenia (2000). *Il Familiare*. Milano: Raffaello Cortina Editore.
- Cigoli, Vittorio e Scabini, Eugenia (2006). *Family Identity: Ties, Symbols and Transitions*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Cigoli, Vittorio e Scabini, Eugenia (2007). *La mediación familiar: el horizonte relacional-simbólico*. In Cigolli, Vittorio, Boccacin, Lucia e Bramante, Donatella, *El cuidado de los vinculos. Mediación familiar y comunitaria*, (pp. 28-70), Colômbia: Editora Universidad del Rosario.

- Cigoli, Vittorio e Scabini, Eugenia (2007). *Relación familiar: la perspectiva psicológica*. In Cigoli, Vittorio, Boccacin, Lucia e Bramante, Donatella, El cuidado de los vinculos. Mediación familiar y comunitaria, (pp. 71-87), Colômbia: Editora Universidad del Rosario.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five aproches* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage
- Cohen, L. e Manion, L. (1990). *Métodos de investigación educativa*. Madrid: Editorial la Muralla.
- Cubero, R. Moreno, M.C. Relações sociais nos anos pré-escolares em Desenvolvimento Psicológico e Educação, Vol. 1. Porto Alegre: *artes médicas*, 1995, 190-202p.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (1999a). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Menores em 1998 – Análise Nacional e Regional* (vol. 1). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (1999b). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Menores em 1998 – Síntese da Avaliação* (vol. 2). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (1999c). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Menores em 1998 – Dados Quantitativos da Avaliação* (vol. 3). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (1999d). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Menores em 1998 – Dados Qualitativos da Avaliação* (vol. 4). Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (s/d). *Guia de Recursos para Apoio ao Acompanhamento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (1999e). *Relatório de Actividades de 1998*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional dos Direitos da Criança (1998). *II Relatório de Portugal sobre a aplicação da Convenção dos Direitos da Criança*. Policopiado.
- Convenção sobre os Direitos da Criança, Resolução da Assembleia da República n.º20/90, de 8 de Junho.
- Cowan, P. A., Cowan, C. P. & Schulz, M. S.(1996). Thinking about risk and resilience infamilies. In E. M. Hetherington & E. A. Blechman (Orgs.), *Stress, coping andresiliency in children and families* (pp. 1-38). New Jersey: Lawrence Erlbaum
- Decreto-Lei n.o 11/2008 de 17 de Janeiro. [Diário da Republica no12 – 1ª série]. Ministério do trabalho e da solidariedade social: Lisboa.
- Decreto-Lei no 185/93, de 22 de Maio. Regime Jurídico da Adopção.
- Decreto-Lei no 314/78, de 27 de Outubro - Oranização Tutelar de Menores.
- Dell’Aglío, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em psicologia*, 8(2), 191-198.
- Del Valle, J. F. e Garcia Quintanal, J. L. (2005). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: ASACI. <http://www.accampa.org/web-public/?p=2113>.

- Del Valle, J., & Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Pirámide.
- Del Valle, J. (1992). Evaluación de programas residenciales de Servicios Sociales para la infancia. Situación actual y aportaciones de los enfoques psicopedagógicos. *Psicothema*, Vol. IV, (2), 531-542.
- Denzin, Norman K. & Lincoln, Yvonna S. (2000). *Handbook of Qualitative Research* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage
- Despacho n.º8393/2007, de 23 de Abril [Diário da República, 2ª série –n.º90, de 10 de Maio] [Plano DOM]
- Despacho n.º.8392/2007. 10 de Maio [Diário da República, 2ª Série- n.º. 90]
- Dias, I. (2004). *Violência na Família – uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento
- Dinis, S. (1993). A criança maltratada. *Aspetos Psicológicos*. In *Nascer e Crescer*, n.º2, p. 96.
- Dunn, Andrew; Jareg, Elizabeth e Webb, Douglas (2003). *A Last Resort: the growing concern about children in residential care*. Save the Children (UK).
- Eapen, D. (2009). Institutionalized Children: The underprivileged. In *International Journal of Nursing Practice*, n.º 15, pp. 349-352.
- Esteves, M. (2006). A análise de conteúdo. In J. A. Lima & J. A. Pacheco (orgs), *Fazer investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto: Porto Editora.
- Fachin, O. (2005). *Fundamentos de metodologia*. (4ª ed.). São Paulo: Saraiva
- Feeney, J., & Noller, P. (1996). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, n.º. 58, 281-291.
- Flick, Uwe (2002). *Métodos qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa, Portugal: Monitor
- Flick, Uwe (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, A. C. (2004). *Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões actuais*. In Vieira et al. (2004). *Crianças e Jovens em Risco – Da Investigação à Intervenção* (11-37). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, Almedina.
- Fontoura, Ana Rita Vieira Neves (2008). *E quem me abraça agora? Aspectos Psicossociais da Organização e Funcionamento dos Centros de Acolhimento na Primeira Infância*. Tese de mestrado em Intervenção Comunitária e Proteção de Menores. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE).
- Formosinho, J.; Araújo, S. e Sousa, Z. (2001). A institucionalização enquanto transição ecológica: A Fenomenologia da Experiência no Momento de Pós-transição. In *Cadernos de Consulta Psicológica*, pp. 17-18, pp. 267-276.
- Fragata, Júlio S. J. (1981). *Noções de Metodologia. Para a elaboração de um trabalho científico*. São Paulo: Edições Loyola.
- Garcia, L. & Quek, F. (1997). “Qualitative Research in Information Systems: time to be subjective?” In Lin, A. S., Libeneau, J. e Degross, J. I. (Eds). *Information Systems and qualitative research*. (pp. 444-465) London, UK: Chappman & Hall
- Gil, A. C. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Goldfarb, W. (1943). Effects of early institutional care on adolescent personality. *Journal of Experimental Education*, 12, 106-129.

- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situations of mental patients and other inmates*. Chicago: Aldine.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspetiva.
- Gomes, Isabel (2010). *Acreditar no Futuro*. Lisboa: Texto Editora.
- Gómez, Muñoz & Haz. (2007). Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención. *PSyche* V.6116, n.2, 43-54.
- Gonçalves, Liliana Patrícia da Costa Monteiro. (2008). *O Impacto da Vida em Instituição: narrativas e significados em crianças vítimas de maus tratos*. Tese de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humans e Sociais.
- Greco, O. (2006). *Il lavoro clínico con le famiglie complesse. Il teste La doppia luna nella ricerca e nella terapia*. Milano: Franco Angeli.
- Groze, V. e Ileana, D. (1996). A follow-up study of adopted children from Romania. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 113, 541-565.
- Guirado, Marlene (1986). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com abandono*. São Paulo: Summus.
- Gunnar, M., Bruce J., & Grotevant, H. (2000). International adoption of institutionally reared children: research and policy. *Development and Psychopathology*, 12 (1), 677-693.
- Halinen, A. & Tornroos, J. A. (2005). Using case methods in the study of contemporary business networks, *Journal of Business Research*. Vol. 58. Nº 9. pp. 1285-1297
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3, XXIV, 363-372.
- Holmes, J. (1993). *John Bowlby & Attachment theory*. London: Routledge.
- Horrocks, C. e Karban, K. (1999). *Being there: Residential care of children and young people*. In *The Violence against children study group*. Chichester: John Wiley and Sons.
- Hortacsu, N. e Cesur, S. (1993). Relationships between depression and attachment styles in parent and institution-reared turkish children. In *Journal of Genetic Psychology*, n.º154, pp. 329-337.
- Instituto de Segurança Social (2005). *Manual de Boas Práticas*. Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria SocialCID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direito. Lisboa.
- Instituto de Segurança Social (2009). *Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P
- Instituto de Segurança Social (2010). *Plano de Intervenção Imediata -Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P
- Johnson, D. (2000). Medical and developmental sequelae of early childhood institutionalization in Eastern European adoptees. In C. Nelson (Ed.). *Minnesota Symposia on Child Psychology. The effects of early adversity on neurobehavioral development* (113-162). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Johnson, R., Browne, K., & Hamilton-Giachrisis, C. (2006). Young children in institutional care at risk of harm. *Trauma, Violence & Abuse*, 7 (1), 1-26
- Kroupina, M. G. (2003). *Cognitive functions in post-institutionalized children*. Referência eletrónica: [http://umi.com/dissertations/fullcit/3095470]

- Kushner, S. (2001). Culture, standards, and program quality or the truth about representing program quality. In A. Benson, D. Hinn, & C. Lloyd (Eds.), *Visions of Quality: How Evaluators Define, Understand and Represent Program Quality* (vol. 7, pp. 121-134). Amsterdam: Elsevier Science. *Advances in Program Evaluation*.
- Kvale, S. (2008). *Doing Interviews*. London: Sage
- Leandro, A.; Alvarez, D; Cordeiro, M.; Carvalho, R. e César, M. (2006). *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa, Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID -Crianças, Idosos e Deficientes -Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social, I.P.
- Lei de Protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911
- Lei 166/99 de 14 de Setembro, aprova a lei Tutelar Educativa
- Lei nº. 12/2008 de 17 de Janeiro. [Diário da República nº.12 – 1ª série]. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.
- Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto- Lei que altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei no 185/93, de 22 de Maio, A Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção.
- Lin, Nan (2003). *Social capital. A theory of social structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Linares, J. (1997). Modelo sistémico y familia multiproblemática. En M. Coletti & J. Linares (Ed.), *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática la experiencia de Ciutat Vella* (pp. 23-44). Barcelona, Espanha: Paidós Terapia Familiar.
- Little, M. (1997). The re-focusing of children's services. The contribution of research. In N.Parton (Ed.), *Child Protection and Family Support: Tensions, contradictions and possibilities* (pp. 25-38). London: Routledge.
- Ludke, M. & André, M. (2007). *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. (10ª ed.). São Paulo: EPU
- MacNealy, M. S. (1997). Toward better case study research. *IEE Transactions on Professional Communication*. Vol. 40, nº 3. pp. 182-196
- Main, M. & Solomon, J.(1990). *Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth strange situation*. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research and intervention* (pp. 121-160). Chicago and London: University of Chicago Press.
- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.
- Maricondi, M. A. (1997). *Falando de abrigo*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo.
- Martins, P. (2002). *Maus tratos a crianças. O perfil de um problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco, Representações, Espaços e Modos*, Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho (UM).
- Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: será

- possível converter o risco em oportunidade?. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Maio de 2005.
- Martins, P. (2005). *Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?*. Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 23 de Maio. Acedido em 12/05/2008, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Martins, P. (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. Acedido em 12 de Maio de 2008, <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>.
- Martins, E. e Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. In *Estudos de Psicologia*, nº 9 (1), pp. 177-187.
- Marrone, M. (1998). Attachment and interaction. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Matos, P.M. (2002). *(Des)Continuidades na vinculação aos pais e ao par amoroso em adolescentes*. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação: Dissertação apresentada para a obtenção de Grau de Doutor.
- Mayall, B. (1996). *Children, health and social order*. Buckingham: Open University Press.
- Mazer, M. (1972). Characteristic of multiproblem house hold, a study in psychosocial epidemiology. *American Journal of Orthopsychiatry*, 42.
- Mcdonald, T., Allen, R., Westerfelt, A., & Piliavin, I. (1996). *Assessing the Long-Term Effects of Foster Care. A research synthesis*. Washington D. C.: C.W.L.A. Press
- Milan, S., Pinderhughes, E. E., & The Conduct Problems Prevention Research Group. (2006). Family Instability and Child Maladjustment Trajectories During Elementary School. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 34(1), 43–56. <http://doi.org/10.1007/s10802-005-9007-6>.
- Minayo, M.C. (2010). O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (2ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Ministério da Justiça. Direção Geral da Reinserção Social (2007). *Relatório de Actividades*. In http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1001.13.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de Crianças e Jovens/Crianças e Jovens que Vivem em Lar*. Lisboa. Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteiro, M. e Santos, M. (1995). *Psicologia*. Volume 1. Porto Editora.
- Mota, C.P. e Matos, P.M. (2010). *Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo*, *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII), Lisboa, IPSA, pp: 245-254.
- Moura, D.; Guerra, A. e Costa, S. (2005). *Percursos de Vida dos Jovens após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Nelson, C.A., Zeanah, C.H., Fox, N.A., Marshall, P. J., Smyke, A.T., & Guthrie, D. (2007). *Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest Early Intervention Project*. *Science*, 318(5858),1937-1940.PMID: 18096809

- Neto, M. (2006). Agilização dos projetos de vida das crianças institucionalizadas. In *A criança institucionalizada*. Braga: REAPN.
- Pereira, G. (2010, 05 de Junho). Cada vez mais crianças retiradas às famílias. *Jornal de Notícias*. In http://www.jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1586030
- Pereira, M. (2008). *Desenvolvimento de crianças em Centros de Acolhimento Temporário e relação com os seus cuidadores*. Tese de Mestrado em Psicologia. Área de Especialização de Psicologia Clínica. Braga: Universidade do Minho.
- Peres, A. e Gonçalves, R. (2006). *Do Risco à Delinquência - Estudo Exploratório*. *Infância e Juventude* (2), 115-133.
- Pinheiro, M. R. M., & Ferreira, J. A. A. (2006). Desenvolvimento psicológico, atitudes em relação ao estudo e sucesso académico. Comunicação apresentada no *V Seminário de Investigação e Intervenção Psicológica no Ensino Superior*, Viana do Castelo, Portugal. <http://www.ualg.pt/OPQE/fases/1/com/gapa.htm>.
- Pinto, Reis (2010, 08 de Abril). *Há cada vez mais crianças sujeitas a maus tratos físicos*. *Jornal de Notícias*. In http://jn.sapo.pt/Common/print.aspx?content_id=1538449
- Provence, S., & Lipton, R. C. (1962). *Infants reared in institutions*. New York: International Universities Press.
- Quintães, C. (2009). *Era uma vez uma Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de Mestrado, área de Especialização em Psicologia da Justiça. Braga: Universidade do Minho (UM).
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rabouam, C. (2004). Avaliação da vinculação no bebé. In N. Guedeney & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp. 89-99). Lisboa: Climepsi.
- Ramião, T. (2004). *Lei de proteção das crianças e jovens em perigo anotada e comentada. Jurisprudência e legislação conexa*. Lisboa: Quid Júris – sociedade editora.
- Ribeiro, José L. P. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi Editores
- Ribeiro, J. (2008). *Laços afetivos que (Des)Ligam famílias, adolescentes e abrigo*. Tese de Mestrado em Psicologia. Fortaleza: Universidade do Ceará.
- Rodrigues, E. (1997). Menores em Risco: Que Família de Origem? In *Crianças de Risco, Instituto de Ciências Sociais e Políticas*. Lisboa. 541 - 574.
- Rosenfeld, A. A., Pilowsky, D. J., Fine, P., Thorpe, M., Fein, E., Simms, M., Halfon, N., Irwin, M., Alfaro, J., Saletsky, R., & Nickman, S. (1997). Foster care: An update. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 36(4), 448-458.
- Rutter, M. e the English and Romanian Adoptees Study Team. (1998). Developmental catch-up, and delay, following adoption after severe global early privation. *British Journal of Psychology and Psychiatry*, 39, 465-476.
- Rutter, M. (1985). "Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder". *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Sá, E. (1995). *Psicologia dos Pais e do Brincar* (2ª edição). Lisboa: Fim de Século.

- Saint-Exupéry, A. (2003). *O Principezinho*. Queluz de Baixo. Editorial Presença.
- Sandomingo, J. (1998). *Centros de Menores, de ontem a hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Santana, J. P. (2004). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: Objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado Inédita. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: RS.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001). *Um discurso sobre as ciências* (12ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Maria Adelaide (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Desenvolvimento Social, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra.
- Sarmento, Manuel Jacinto (1997). *A Pesquisa no Terreno da Ação: um capítulo metodológico* (239-286). In Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2002). *O Estudo de Caso Etnográfico em Educação*. In Nadir Zado (org.). *Investigação em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro.
- Scabini, E., & Iafrate R. (2003). *Psicologia dei legami familiari*, Bolonha, Itália: Il Mulino
- Seabra, F., Mota, G. & Castro, I. (2009). “Metodologia”. In Mota, G. (Org.) *Crescer nas bandas filarmónicas. Um estudo sobre a construção da identidade musical dos jovens portugueses*. (pp. 57 – 72). Porto: Edições Afrontamento.
- Stemler, S. (2001). An overview of content analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*. Vol. 7, Nº 17.
- Strecht, P. (1998). *Crescer Vazio*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores
- Siqueira, A; Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na Infância e na Adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, n.º 18 (1), p. 71 – 80.
- Sousa. L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra, Portugal: Quarteto.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007) *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa, Portugal: Climepsi
- Schoon, I. (2006). *Risk and Resilience – Adaptations in Changing Times*. Cambridge, University Press.
- Sloutsky, V (1997). Institutional care and development outcomes of 6 and 7 years-old children: A contextualist perspective. *International Journal os Behavioral development*, 20, 131-151.
- Spitz, René Arpad (1988). *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anómalo das relações objectos* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Spitz, R. (1946). Anaclitic depression: An inquiry into the genesis of psychiatric conditions on early childhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 2, 313-342
- Suárez, N., Muñoz, M., Gómez, E., & Santelices, M. P. (2009). Terapia de intervención guiada: una nueva modalidad de intervención com familias multiproblemáticas y en riesgo social. *Terapia psicológica*, 27 (2), 203-213.
- Taylor, C. (2004). Justiça para Crianças Integradas no Sistema de Protecção. *Infância e Juventude*, 1, 56-77

- Tuckman, Bruce W. (2002). *Manual de Investigação em Educação* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Waters, E. & Cummings, M. (2000). A secure base from which to explore relationships. *Child development*, 71, 164-172.
- Wallon, H. (1989). *As origens do pensamento na criança*. São Paulo: Manole.
- Walsh, F. (2004). *Resiliencia familiar, estrategias para su fortalecimiento*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.
- Weizman, J. (1985). *Engaging the severely dysfunctional family in treatment, basic considerations*. *Family Process*, 24, 473-485
- Yin, R. K. (1984). *Case study research: design and methods*. London: Sage Publications
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: design and methods*. (2nd. ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications
- Yin, R. K. (2006). Mixed methods research: Are the methods genuinely integrated or merely parallel?. *Research in the Schools*, Vol.13, Nº1, pp. 41-47.
- Zeanah, C. H., Smyke, A. T., & Koga, S. F. M. (2005). *Effects of foster care following institutionalization on cognitive development and behavior problems*. In C. A. Nelson (Chair), *The effects of early institutionalization on brain-behavior development: The Bucharest Early Intervention Project* (Symposium conducted at the biennial meeting of the Society for Research in Child Development, Tampa, FL).
- Zurita, J. e Fernández del Valle, J. (1996). "Recursos residenciales para menores". In J. Ochotorena, e M. I. Madariaga (Eds.). *Manual de protección infantil* (pp. 393-445). Barcelona: Masson.

ANEXOS

ANEXO A. AUTORIZAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO

A/C – Oficinas de S. José

Assunto – Pedido de autorização para a realização de investigação

Exmº. Sr. Dr. Serafim Araújo,

Vimos por este meio solicitar a colaboração das Oficinas de S. José no sentido de autorizarem a realização de um estudo no âmbito de uma tese do Mestrado em Psicologia da Família, subordinada ao tema “*Acolhimento de crianças e jovens em risco: Procedimentos e Normas nos Lares de Infancia e Juventude - Estudo de Caso*”. Para tal, pretende-se realizar uma entrevista a alguns dos vossos colaboradores, a um dos menores e a um familiar de um dos menores. Aguardamos o vosso parecer com a maior brevidade possível.

Inteiramente ao dispor para qualquer esclarecimento considerado por conveniente,
Agradecemos, desde já, a atenção prestada,
Subscrevemo-nos com os mais elevados cumprimentos,

A Orientadora:

(Professora Doutora Fabrizia Raguso)

A Investigadora:

(Ana Isabel Pinto da Costa)

ANEXO B. CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento Informado

No âmbito da Tese de Dissertação do Mestrado em Psicologia da Família a investigadora Ana Costa, encontra-se a realizar um estudo sobre “Acolhimento de crianças e jovens em risco: Procedimentos e Normas nos Lares de Infancia e Juventude - Estudo de Caso”. Com esta entrevista pretende-se compreender como é que tudo se passa desde o momento em que os jovens entram nas Oficinas até ao momento em que saem.

Para o efeito entrevistará 1 jovem do Lar com idade compreendida entre os 12 e os 18 anos, um dos pais de um jovem acolhido no Lar, um dos educadores, um técnico e o director técnico das Oficinas de S. José. Será utilizada uma Entrevista criada e testada para esta investigação

A Entrevista poderá durar entre 1 e 2 horas.

Os resultados da pesquisa serão divulgados analisados e discutidos na tese que se encontra em elaboração.

Salienta-se que a participação é completamente voluntária, seja no preenchimento do Questionário Sóciodemográfico, na aplicação da Entrevista e quer na gravação em suporte áudio. As gravações das entrevistas serão destruídas logo após a análise de dados. Será sempre possível abandoná-la sem restrições ou consequências.

DECLARAÇÃO

Eu abaixo assinado, com Bilhete de Identidade número _____ ou Cartão de Cidadão número _____, declaro para os devidos efeitos legais que aceito participar de forma voluntária no presente estudo. Declaro ainda, que fui informado dos objectivos, da confidencialidade e que autorizo o registo áudio da mesma.

Fui ainda informado que posso desistir da entrevista em qualquer momento.

O Declarante,

ANEXO C. QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS (Colaboradores das Oficinas):

- Género: F _____ M _____
- Idade: _____
- Habilitações Literárias: _____
- Profissão: _____
- Cargo que ocupa: _____
- Antiguidade no Lar: _____
- Horário de trabalho: _____

Obrigada pela colaboração.

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS (Familiar do menor):

- Género: F _____ M _____
- Idade: _____
- Habilitações Literárias: _____
- Profissão: _____
- Relação de Parentesco com o menor: _____

Obrigada pela colaboração.

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS (Menor):

- **Idade:** _____

- **Habilitações Literárias:** _____

- **Há quanto tempo está nas Oficinas:** _____

- **Esteve em outras instituições? Sim ___ Não ___**

Obrigada pela colaboração.

ANEXO D. GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista ao Menor

- Olá, como já conversamos, esta entrevista é importante para o meu estudo pois gostava de saber como é que tudo se passa desde o momento em que vocês entram nas Oficinas até ao momento em que saem.
- Agradeço, desde já, a tua disponibilidade para participares neste estudo.
- Há quanto tempo entraste nas Oficinas?
- E na altura, o que é que se passava na tua vida?
- Como te disseram que vinhas para as Oficinas?
- Lembras-te, ainda, como foi o dia em que entraste nas Oficinas.
- Como te sentiste nessa nova situação?
- E nos tempos seguintes, como te sentias?
- E agora, como é a tua relação com as Oficinas e com as pessoas que aqui trabalham?
- Como é o teu dia-a-dia aqui?
- Quem decide o que vais fazer no teu dia – a – dia?
- E tu, que actividades do teu dia é que és tu a decidir?
- De momento, onde está a tua família?
- Como manténs o contacto com eles?
- Quando pensas no teu futuro, como é que te imaginas?
- Porque é que te vês assim?
- O que sentes quando pensas sobre isso?
- Com quem tens falado sobre isso?
- O que é que essas pessoas te dizem?
- Gostarias de acrescentar mais alguma coisa ao que já foi dito?
- Como te sentiste nesta entrevista?
- Obrigada por teres vindo, a tua participação foi muito importante para este estudo.

Entrevista aos pais do Menor

- Boa Tarde, como já conversamos, esta entrevista tem como objectivo estudar que tipo de trabalho é realizado nos Lares que acolhem crianças e jovens desde momento em que estes integram o Lar até ao momento em que saem.
- Agradeço, desde já, a disponibilidade que demonstrou para colaborar neste estudo.
- O que sentiu quando nasceu o seu filho?
- Como era a sua vida nessa altura?
- Na altura em que o seu filho teve de vir para as Oficinas, como era a sua vida?
- Conte-me, por favor, o que se lembra do dia em que o seu filho deu entrada nas Oficinas?
- E agora, o que pensa sobre o facto de ele estar cá?
- Como mantém o contacto com o seu filho?
- Com a entrada do seu filho nas Oficinas, como está a vossa relação?
- E lá em casa, como é que estão as coisas desde que o seu filho entrou para as Oficinas?
- Quando chegar a altura, o seu filho terá de sair das Oficinas, como imagina que será?
- Como acha que o seu filho está a ser preparado para esta saída?
- De que forma é que você tem participado na preparação da saída do seu filho?
- Como é que acha que ele se sente quando pensa que terá de sair?
- Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi dito?
- Como se sentiu nesta entrevista?
- Obrigada por ter vindo, a sua participação foi muito importante para este estudo.

Entrevista ao Educador

- Boa Tarde, como já conversamos, esta entrevista tem como objectivo estudar quais os procedimentos adoptados nos Lares que acolhem crianças e jovens desde momento em que estes integram o Lar até ao momento em que saem. Agradeço, desde já, a disponibilidade que demonstrou para colaborar neste estudo.
- Há quantos anos trabalha nas Oficinas?
- Já teve outras experiências de trabalho?
- Com que faixas etárias trabalha?
- Qual é o tempo médio de permanência destas crianças e jovens aqui na instituição?
- Quais são as suas funções aqui nas Oficinas?
- Conte-me, por favor, um dia habitual de trabalho.
- As Oficinas proporcionam formação?
- Em que situação sentiu que a formação a ajudou?
- Quando surge a solicitação de integração de uma criança ou jovem no vosso Lar, de que forma actuam (quais os procedimentos que assumem)?
- Gostaria que me contasse um procedimento – tipo, nomeadamente por que etapas passam, desde o momento em que uma destas crianças ou jovens entram até ao momento da sua saída.
- E nesses, procedimentos, como intervém cada um dos elementos que participa?
- Em que altura da integração iniciam os projectos de vida?
- Como é que elaboram o projecto de vida de cada criança ou jovem?
- Que tipo de acções costumam integrar os vossos projectos de vida?
- Como são acompanhados os projectos de vida?
- Quem é que os acompanha?
- Como é que se prepara para que a sua intervenção vá de encontro ao projecto de vida do menor?
- De que tipos de famílias são oriundas estas crianças e jovens?
- Como se organiza a relação entre os colaboradores, os Menores e as famílias destes?
- Pode dar-me um exemplo do tipo de trabalho que fazem com estas famílias?
- Haverá certamente casos que foram bem sucedidos, poderia contar-me algum que se lembre?
- Quais são os valores que as Oficinas tentam incutir nestas crianças e jovens?
- Quais são as vossas responsabilidades, como instituição, para com cada uma destas crianças e jovens?
- Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi dito?
- Como se sentiu nesta entrevista?
- Obrigada por ter vindo, a sua participação foi muito importante para este estudo.

Entrevista ao Técnico

- Boa Tarde, como já conversamos, esta entrevista tem como objectivo estudar quais os procedimentos adoptados nas instituições que acolhem crianças e jovens desde momento em que estes integram as Oficinas até ao momento em que saem.
Agradeço, desde já, a disponibilidade que demonstrou para colaborar neste estudo.
- Há quantos anos trabalha neste Lar?
- Já teve outras experiências de trabalho?
- Com que faixas etárias trabalha?
- Qual é o tempo médio de permanência destas crianças e jovens aqui no Lar?
- Quais são as suas funções aqui nas Oficinas?
- Conte-me, por favor, como é um dia de trabalho habitual.
- Recebem formação para o exercício das vossas funções?
- Em que situação sentiu que a formação a ajudou?
- Quando surge a solicitação de integração de uma criança ou jovem no vosso Lar, de que forma actuam (quais os procedimentos que assumem)?
- Gostaria que me contasse um procedimento – tipo, nomeadamente por que etapas passam, desde o momento em que uma destas crianças ou jovens entram até ao momento da sua saída.
- E nesses, procedimentos, como intervém cada um dos elementos que participa?
- Em que altura da integração iniciam os projectos de vida?
- Como é que elaboram o projecto de vida de cada criança ou jovem?
- Que tipo de acções costumam integrar os vossos projectos de vida?
- Como são acompanhados os projectos de vida?
- Quem é que os acompanha?
- Como é que se prepara para que a sua intervenção vá de encontro ao projecto de vida do menor?
- De que tipos de famílias são oriundas estas crianças e jovens?
- Como se organiza a relação entre os colaboradores, os Menores e as famílias destes?
- Pode dar-me um exemplo do tipo de trabalho que fazem com estas famílias?
- Haverá certamente casos que foram bem sucedidos, poderia contar-me algum que se lembre?
- Quais são os valores que as Oficinas tentam inculcar nestas crianças e jovens?
- Quais são as vossas responsabilidades, como intuição, para com cada uma destas crianças e jovens?
- Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi dito?
- Como se sentiu nesta entrevista?
- Obrigada por ter vindo, a sua participação foi muito importante para este estudo.

Entrevista ao Director Técnico (Gestão Organizacional)

- Boa Tarde, como já conversamos, esta entrevista tem como objectivo estudar quais os procedimentos adoptados nas instituições que acolhem crianças e jovens desde momento em que estes integram as Oficinas até ao momento em que saem.
- Porém, consigo enquanto director técnico, senti necessidade de poder conhecer melhor alguns aspectos das Oficinas que me permitam caracterizar o Lar e perceber quais os procedimentos organizacionais que adoptam.
- Agradeço, desde já, a disponibilidade que demonstrou para colaborar neste estudo.
- Há quantos anos desempenha funções nas Oficinas?
- Quais são as suas funções?
- Como as põe em prática (procedimentos)?
- Como levam a cabo a política da qualidade deste Lar?
- Se me pudesse traçar um Lar ideal, como seria?
- No presente, o Lar no qual se encontra quanto se aproxima deste ideal?
- Quantos menores se encontram nas Oficinas?
- Quais as faixas etárias que têm?
- Qual o tempo médio de permanência dos menores neste Lar?
- Tem relação directa com os menores?
- E com as famílias destes?
- Quais são as normas estabelecidas na relação entre os colaboradores, os menores e as famílias destes?
- Quando surge a solicitação de integração de um menor no vosso Lar, quais os procedimentos que assumem?
- Conte-me por favor o procedimento – tipo desde que um menor entra no Lar até ao momento e que sai.
- Quais são os elementos da organização envolvidos nesses procedimentos?
- Os procedimentos são do conhecimento de todos os colaboradores?
- Quais os procedimentos executados para a integração satisfatórios dos menores (no dia em que entra, o conhecimento do Lar, o conhecimento dos técnicos, o conhecimento dos restantes menores)?
- Em que altura da integração iniciam a elaboração dos projectos de vida?
- Quais são os elementos que participam nesta definição?
- Estes projectos, com que periodicidade são reavaliados?
- Quem elabora essa reavaliação?
- Que tipo de acções, globalmente falando, integram os vossos projectos?
- Na sua opinião, quais os aspectos positivos da sua profissão aqui no Lar.
- Na sua opinião, quais os aspectos negativos da sua profissão aqui no Lar.
- Se pudesse alterar alguma coisa na sua função aqui no Lar, o que alteraria?
- Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que já foi dito?
- Como se sentiu nesta entrevista?
- Obrigada por ter vindo, a sua participação foi muito importante para este estudo.

ANEXO E. TABELAS GERAL CODIFICAÇÃO

Tabela 2: Tabela geral de codificação

Categorias			Indicadores	Unidades de Registo	Referências
3ª Ordem	2ª Ordem	1ª Ordem			
	Características profissionais	Experiência Profissional	Temporalidade da função	1.A.Dezasseis anos 1.A.Enquanto diretor clínico, 14 anos. 2.A.Enquanto Coordenador de educadores, dois anos. 1B.Oito anos 1.E.dois anos e meio	“Há catorze anos como diretor técnico e depois como coordenador dos educadores tive quase dois” (A). “Estou há oito anos” (B)
			Funções desempenhadas	2A-Diretor técnico 2A-Coordena a totalidade das intervenções na área pedagógica. 2A-Desempenha atividades de caráter burocrático. 2A-Realização de horários. 2A-Gestão financeira. 2A-Direção pedagógica 2A-Coordenação de equipas. 2A- Gestão de Reuniões. 2A-Implementação de estratégias de motivação de equipas. 4B1.1.E.Experiência profissional anterior muito diversificada. Várias experiências de voluntariado. 4B.Coordeno a equipa de gestores de caso. 4B.Desempenho funções na equipa de	“Ser diretor técnico, que coordeno toda a intervenção na área pedagógica”(A). “... Coordeno toda a intervenção na área pedagógica.”(A). “quando estudei já trabalhei na construção civil (...) já trabalhei na restauração (...) como pintor...”(B). “não quiseram que eu abdicasse e nem eu quis também abdicar da função”(B).

				<p>autonomização.</p> <p>4B.Desempenha as funções de educador.</p> <p>2A2B.10.E. Multiplicidade de funções.</p> <p>4.E.Psicóloga. Trabalha no apartamento de autonomização.</p>	
			<p>Descrição das funções desempenhadas</p>	<p>4B.11.E Funções determinadas em concordância com o dia da semana.</p> <p>4B.segunda-feira é o dia do apartamento de autonomização.</p> <p>4B.11.E.16.D.Responsabilização por questões de higiene e rotinas de vida diária.</p> <p>4B.19.E.desempenho de funções burocráticas retira tempo à promoção com contato direto com os menores.</p> <p>4B.5.E.Responsabilidades com as tarefas de manutenção residencial.</p> <p>4.b.16.D. Tarefas semelhantes ao contexto family-like environment.</p> <p>4.E. divido o meu tempo entre as funções burocráticas e o acompanhamento às crianças.</p> <p>4.E. Gestora de 10 casos, como os meus colegas.</p> <p>4.E.Funções dispersas da área de intervenção psicológica.</p>	<p>“estou com o jovem que lá está num contexto muito informal”(B).</p> <p>“às seis e meia começo o meu trabalho como educador que termina por volta das vinte e duas que é o acompanhamento ao estudo, o estar com eles, conversar, jogar à bola (...) é mais um acompanhamento informal”(B).</p> <p>“nós temos documentos que é para tratar para tribunal(...) delinear ação, fazemos reuniões de equipa”(E).</p> <p>“faço com eles actividades ou estou ali na sala ou estou lá fora e acompanho, estou a ver onde eles estão” (E).</p>
			<p>Formação para o desempenho de funções</p>	<p>5B.6.E.Existe a filosofia da formação contínua.</p> <p>5B.Todos os anos se faz um plano de intervenção de formação</p> <p>5B.o Lar favorece 9º acesso à formação.</p> <p>5B.6.E. Formação voltada para a prática.</p> <p>18.A formação ajuda a encontrar pontos de equilíbrio da atuação. Diminui encargos e tarefas e aumenta a qualidade.</p>	<p>“lembro-me que no ano passado fiz três (...) este ano fiz gestão de conflitos, sistemas de gestão de qualidade e fiz uma que é assistência a crianças”(B).</p> <p>“Bastantes, temos muita formação, só não as faz quem não quiser”(B).</p> <p>“A formação foi muito importante, às vezes nós fazemos as coisas mas nós temos total consciência sobre elas”(E).</p>

				<p>18.B. A formação promove a esquematização do serviço.</p> <p>6.E. Uma formação de gestão de conflitos e uma liderança.</p> <p>6.E. Prevemos fazer uma formação no âmbito da sexualidade.</p>	<p>“como é que nós podemos abordar com essa criança a forma dela se exibir para os mais pequeninos”(E)</p>
			<p>Importância da formação profissional dos técnicos</p>	<p>5.1B.A formação abre a possibilidade de termos outras perspetivas sobre as coisas.</p> <p>5.1B. A formação é um suporte para a intervenção no quotidiano.</p> <p>6.1.E.A formação ajudou no âmbito da sexualidade.</p> <p>6.1.E. É preciso estar preparado para explicar a sexualidade às crianças acolhidas.</p>	
			<p>Preparação técnica para o desempenho de funções</p>	<p>12.B frequento formações.</p> <p>12.B. Preparação ao nível das relações.</p> <p>12.B. É preciso prepararmo-nos para conseguirmos transmitir confiança aos menores. Boas bases relacionais.</p> <p>12.B. A minha função principal é dar carinho. Então a preparação para o trabalho vem do coração.</p> <p>19.E.Sinto que tenho pouco tempo para fazer os acompanhamentos.</p>	<p>“preciso de uma coisa que é fundamental que é trabalhar as relações (...) mais do que ter um grande conhecimento teórico, o mais importante é a relação, a forma como tratamos a criança”(B).</p>
<p>Caracterização Do Lar</p>	<p>Características das Oficinas de S. José.</p>	<p>Políticas da qualidade</p>	<p>Qualidade</p>	<p>3.A.Procupação com a qualidade na área de intervenção das Oficinas</p> <p>3.A.23.C qualidade encarada como processo sustentado</p> <p>3.A. Firmeza no trabalho com perspetiva de futuro</p> <p>3.A. Falta de certificação oficial</p> <p>Preocupação com a estabilidade do grupo</p>	<p>“instituição tem uma política da qualidade implementada mas ainda não somos acreditados” (A)</p> <p>“...e se não tivermos um cuidado na forma como vamos implementando a qualidade podemos fazer perigar a estabilidade do grupo que no presente cá temos...”(A)</p>
			<p>Qualidade versus</p>	<p>3.A.19.E Felicidade das crianças e jovens</p>	<p>“uma das politicas da qualidade desta instituição</p>

			relação Humana	<p>como um aspecto primordial na qualidade do Lar</p> <p>3.A.A qualidade, enquanto processo formal pode prejudicar a relação humana</p> <p>3.A. Excesso de burocracia</p> <p>3.A.24.C Qualidade entendida como consequência de junção de valores do Lar e valorização dos recursos humanos.</p> <p>18.B.A minha responsabilidade é tentar que eles sejam felizes</p>	<p>é precisamente proporcionar um máximo de felicidade aqueles que se encontram cá neste momento”(A)</p> <p>“Porque passamos a andar demasiado embrenhados em papéis”(A)</p> <p>“Desde que haja especialização, desde que haja boa intenção, motivação naquilo que se faz”(A)</p> <p>“A minha responsabilidade é tentar que eles sejam felizes”(B)</p>
			A qualidade praticada	<p>4.A.Definição de processos de intervenção.</p> <p>4.A.Adequação dos normativos ao contexto de lares de juventude.</p> <p>4.A.Adoção dos normativos às práticas existentes.</p>	<p>“Imensas coisas suprimimos(...) e outras acrescentamos porque (...) aquilo era o reflexo, o espelho no fundo o agir da oficina de São José.”(A)</p>
			Processos de qualidade interna	<p>3.A.Processo de acolhimento.</p> <p>E.7.O acolhimento é definido em função das vagas e em reunião de equipa técnica.</p> <p>E.7: A validação da admissão baseia-se na análise dos relatórios recebidos.</p> <p>A.Processo de avaliação Diagnóstica</p> <p>3.A.Processo de execução do Plano Socioeducativo Individual (PSEI).</p> <p>3.A.Três processos essenciais que fazem parte do projeto de vida.</p> <p>3.A.21.BO bom Acolhimento é elemento fundamental na garantia do sucesso do projeto de vida.</p> <p>8.E.A fase pós acolhimento - a integração processa-se sem intencionalidade e de forma não especificamente dirigida.</p>	<p>“Definimos três processos, três processos essenciais”</p> <p>“...Portanto isto tudo faz parte de um projeto de vida. não é?”</p> <p>“Cada criança é vista como única, como irrepetível”.</p> <p>“nós temos reunião de equipa técnica educativa de quinze em quinze dias”(E)</p>
			<i>Modus operandi</i> rumo à qualidade	<p>3.A.A Avaliação é feita Por psicólogos nos dois meses seguintes à integração.</p> <p>A.Observação das</p>	<p>“Na avaliação diagnóstica procura-se perceber em traços gerais, não é?”(A)</p> <p>“esta avaliação diagnóstica vai servir de base</p>

				<p>potencialidades/debilidades da criança/Jovem.</p> <p>5.A.Plano Socioeducativo Individual ocorre durante seis meses.</p> <p>5.A.PSEI prolongado em termos de tempo e centra-se na prática.</p> <p>14.E. Com base nas normas de qualidade vamos às casas dos menores, conhecer as instalações.</p> <p>14.E. importa fomentar o interesse da família pelo nosso trabalho.</p>	<p>para a realização do PSEI”(A)</p>
			<p>A Qualidade para a reintegração</p>	<p>5.A.Os procedimentos descritos prevêm, desde o primeiro momento a saída.</p> <p>A.A.25.ED saída prevê a reintegração na família</p> <p>5.A.Quando a reintegração falha a integração passa pela família alargada.</p> <p>26.D. Participação do menor, da família e da equipa na decisão de reintegração. Do regressa a casa.</p>	<p>“Não faz sentido nenhum sair de qualquer jeito e a qualquer preço”(A)</p> <p>“Poderá ser a reintegração na família nuclear”(A)</p> <p>“depois de um acolhimento prolongado pode ser a reintegração, ou a integração na família alargada”.(A)</p>
			<p>Modelos de Reintegração</p>	<p>4.A.A adoção é o modelo menos registado.</p> <p>A.6.C.As famílias de acolhimento são alternativas à adoção e são recurso mais frequente.</p> <p>6.C.Não aceitei que os meus filhos fossem para uma família de acolhimento.</p> <p>3.A.Autonomização é o recurso de reintegração mais recente</p> <p>B2.O apartamento de automização acolhe residentes maiores de 18 anos.</p> <p>2.E.O Jovem que se encontra no apartamento em processo de autonomização tem 26 anos.</p> <p>2.E. Alargamento substancial das fchas</p>	<p>“Pode ser a adoção, raramente, residual”(A)</p> <p>“Reintegração em famílias de acolhimento, não é?”(A)</p> <p>“Neste momento já temos um apartamento de autonomização (...) já foram para lá três jovens morar.(A)</p> <p>“no apartamento de autonomização (...) já têm uns vinte e poucos anos mas tem um trabalho residual”(B)</p>

				etárias de intervenção.	
		Autonomização	Projeto “umbrella”	7.A. autonomização assenta na implementação do projeto “umbrella”. 7.A.O projeto assenta na visão do acolhimento residencial de Jorge Del Vale. 7.A.Projeto adaptado à realidade portuguesa. 5.E. A autonomização implica o estabelecimento de rotinas quotidianas e de gestão doméstica. 5.E.O acompanhamento para a autonomização é individualizado.	“Depois de devidamente preparados através de um programa que se chama “umbrella”.(A) “Que é do Jorge Del Vale, que é um especialista em acolhimento residencial”(A) “fizemos a tradução e a adaptação também à nossa realidade”(A)
			Projeto “umbrella” na prática	8.A.objetivo é a minimização do tempo de estadia. 8.A.Saída planeada em função de cada caso. 8.A.A felicidade é o objetivo máximo a atingir durante o tempo de acolhimento.	“Claro que isto é dito em traços gerais (...) sempre com o objetivo a entrada da criança e a saída no menor tempo possível mas de forma adequada”.
		Limitações da Estrutura do Lar	Estruturas físicas de eleição	4.A.O Ideal seria trabalhar noutro espaço físico (A)	“A nossa com outro espaço físico”
			Equipa interdisciplinar	12.A.Comunhão e partilha de tarefas 12.A.Funções definidas cuidadosamente 12.A.Valorização da estabilidade da equipa	“não somos uma equipa multidisciplinar somos interdisciplinar”(A) “todos aqui sabem qual é o seu lugar” “uma equipa que comunga determinados princípios”.(A)
		Geratividade	Intencionalidade	9.A.A prática das boas intenções reflete-se no quotidiano. 9.A.Traduz-se na informalidade das relações. 9.A.19.E.Reflete respeito, dedicação e carinho.	“O que somos é bem intencionados e isso nota-se no dia-a-dia”(A) “Conseguimos ter uma relação com aqueles que nos são confiados que é uma relação informal”(A).
	As heranças familiares	Permanência no Lar	Temporalidade	5.1A.A.2B-facha etária dos utentes do Lar compreende crianças dos 6 a jovens de 18 anos.2.E.Sete aos 21 anos.	“seis – dezoito, sendo que o dezoito é elástico”(A) ”portanto muitos anos (...) andava em média o

				<p>5.2.A.A idade não é um limite para a saída. 5.2.A.Os jovens só saem quando estão aptos a desenvolver o seu projeto de vida. 5.2.A.3B.3.E Os acolhimentos duram uma média de cinco anos. 6.C.D.1.Estão cá há dois anos. D.2. Historial de acolhimento</p>	<p>grupo mais representativo andava acima dos cinco anos”(A) “um dos mais novos já fez sete anos, dos sete aos vinte e um”(E). “Nesse dia, foi uma segunda-feira de Páscoa”(C) “Pois já tive em Santo Adrião”(D).</p>
	Famílias Multidesafiadas	Problemáticas familiares	Tipificação das famílias	<p>13.B.14.E O principal problema das famílias é a negligência. 13.B.14.2.C.E O segundo fator são as dificuldades económicas. 13.B.14.E2.C Mais residualmente temos famílias completamente desinteressadas. 14.E.2.C. o alcoolismo é um dos principais caracterizadores destas famílias 13.B.14.E disfuncionalidade afetiva. 13.B. Denota-se um aumento de pais com doenças mentais. 13.B. A não imposição de regras nem de limites é outra das problemáticas familiares identificadas. 14.E Em menor número tivemos casos de absentismo escolar. 2.C.Vida muito complicada. 2.C. gravidezes indesejadas, resultado da impossibilidade de abortar. D.3. Divórcio e desestruturação familiar.</p>	<p>“estão a hipotecar o futuro dos próprios filhos (...) eu acho que é aí que está o problema da negligência”(B). “depois há problemas que são idênticos, a questão do alcoolismo, a questão da toxicod dependência” (B). “com alcoolismo muito alcoolismo famílias” (E) “também a escola referencia bastantes casos e lá está o absentismo escolar tem muitas vezes a ver com a falta de regras e de negligencia por parte dos pais.”(E) “o pai erra muito ausente (...) era alcoólico”(C). “eu não sou a favor do aborto por dá cá aquela palha, mas se eu soubesse que naquele momento da minha vida, estaria grávida se calhar recorria ao aborto” (C). “E eu tive que tomar uma decisão e na decisão que tomei foi ir para o colégio”(D).</p>
			Aproximação às famílias	<p>A.20.D.O trabalho com as famílias é estimulante. A.30.D.O trabalho com as famílias supõe interação de rede. A.O isolamento do Lar face às restantes entidades responsáveis pelos menores acresce dificuldades. A.6C.Dificuldade em trabalhar com as</p>	<p>“Penso que poderia ser mais profícua se houvesse aqui um trabalho de rede (...) com as várias lares e instâncias”(A) “gostávamos imenso de fazer um trabalho com as famílias, não conseguimos realmente fazer um trabalho de base”(A) “é difícil as famílias alterarem o seu <i>modus de vivendi</i>, muitas vezes isto é geracional, é</p>

				<p>famílias.</p> <p>A.11.3.B.É difícil intervir com vista a contrariar as vivências da família.</p> <p>11.3.B. O peso da geracional e a idade condicionam a intervenção dos técnicos.</p> <p>11.3.B.A14.E.C.6 fórmula do sucesso passa por individualizar. Intervir família a família.</p> <p>11.3.B. Os processos de intervenção junto da família requerem recursos financeiros que o Lar não tem.</p> <p>11.3.B.5.C Quando se sabe que a criança está bem a família deixa de ser uma prioridade.</p> <p>14.E. 30.D. O nosso objetivo é trabalhar famílias para que sejam colaborantes.</p>	<p>cíclico”(A).</p> <p>“tentamos sempre é quebrar o ciclo, que nem sempre é fácil porque se, quando uma criança nos diz ‘porque é que eu vou trabalhar se a minha mãe e o meu pai vivem sem trabalhar’” (B).</p> <p>“quanto melhor a família aceitar o nosso papel quanto mais colaborante for a família melhor será o nosso trabalho” (E)</p> <p>“Agora as coisas já estão melhores, já, já dá para ir.”(D).</p>
		Integração na família de origem	Somatório de pequenos sucessos	<p>A.15.E.As famílias não alteram o seu <i>modus vivendi</i> mas fazem progressos gradativos.</p> <p>A.Estabelecem-se pontes que possibilitam a ida do menor a casa nas férias, fins-de-semana.</p> <p>A. Os vínculos geracionais são fortes.</p>	<p>“Não alteram o seu modo (...) naquilo que é o fundo da problemática (...) mas no fundo acabam por fazer pequenos progressos que acabam, por viabilizar que o menor possa ir a casa”</p>
			Afetividade com a família	<p>A.6.C.17.D.Os vínculos geracionais são fortes.</p> <p>6.C.Recusa em aceitar alternativas de integração que favorecessem o corte de vínculos afetivos com os filhos.</p> <p>E.15.21.D. Trabalhamos com as famílias dos menores que vão de fim-de-semana.</p> <p>1.C.Foi muita emoção quando os filhos nasceram, e uma grande alívio.</p> <p>O filho que nasceu de cesariana não o queria. Estava revoltada.</p> <p>5.C. sinto a falta deles.</p>	<p>“muitos deles têm ligações afetivas muito fortes com a família e isto não deve ser cortado”(A)</p> <p>“tentamos ir sendo próximos (...)avaliando os fins-de-semana definindo (...) falamos com as famílias de todas as primeiras vezes que o miúdo for temos o cuidado de telefonar e saber correu bem, não correu bem”(E)</p> <p>“Não, eles têm Mãe, embora a Mãe não tenho possibilidades financeiras”(C).</p> <p>“Sim porque tenho passe e vou para casa mas ao sábado de manhã venho ter com a minha tia e vou ver o meu pai também”(D).</p>

				21.3.D.Estou com os meus pais ao fim-de-semana. 17.D. Queria acompanhar o meu pai. Ajudar naquela fase difícil.	
			Relacionamento Diretor/crianças e jovens	A.13.C.Diretor não dispendo o tempo que gostaria junto das crianças. A.Funções burocráticas ocupam muito tempo. A.Enquanto educador o relacionamento era mais prolongado e m termos de tempo.	“gostaria de ter muito mais (...) porque as minhas funções obrigam-me a isso”. “gostava mais quando era educador naquilo que é a (...) relação com os rapazes”(A).
			Dificuldades de coordenar funções diretivas com trabalho de proximidade	A.19.B.Existe uma grande diferenciação entre o trabalho com máquinas e o trabalho com pessoas. A.Valorização da proximidade enquanto educador.	“uma coisa é coordenar máquinas, outra coisa é coordenar pessoas”.(A) “partilhávamos muitos momentos”(A)
		Proximidade com as famílias	Protagonista menor	A.Os procedimentos do manual de acolhimento implicam um contato direto com todas as famílias e uma visita às casas de origem de cada menor. A.Na visita às famílias estão envolvidos o diretor e o gestor do processo. A.6.C.Primeira entrevista visa estreitar aproximação do menos ao Lar onde vai ficar	“A partir do momento em que a equipa técnica (...) definiram o acolhimento de uma criança ou jovem, prevê que se faça uma marcação de uma pré-entrevista para conhecer aquela criança/jovem, a família, e o gestor de casa externo”.
	Gestão dos Menores	Dinâmicas de gestão do quotidiano	Primeira abordagem	A.As regras de funcionamento do Lar começam a ser apresentadas aquando da primeira visita à casa de origem do menor. A.As visitas ao domicílio de origem cumprem a função de apresentação dos técnicos ao menor. A.Ajuda a diminuir a ansiedade e o impacto do acolhimento. A.8.C.7.C.12.D.Quando o menor é	“ No fundoisto, qual é a maia valia? Primeiro a criança/jovem começa a conhecer a cara das pessoas da instituição, em segundo lugar, apresentando-lhe aquilo que são as normas da instituição”. “aquilo que ele pode fazer, como as práticas desportivas, os deveres, os direitos, tudo”.

				acolhido já conhece as caras das pessoas.	
			objetivos da primeira abordagem	<p>A.B.6.7.E.13.E Tentativa de aferição de gostos do menor.</p> <p>A.13.D. Acolhimento grupal realizado através da “roda do dia”.</p> <p>A.11.D. Todos os menores se apresentam nomeando uma característica da sua própria personalidade.</p> <p>A.7.C.11.D. Procedimento de rotina para realização do processo de boas-vindas dos menores.</p> <p>7.C.11.D. Gostaram ficaram muito bem.</p> <p>3.C. Pedi a proteção porque tinha de ir para o hospital e eles não eram bem tratados pelo pai.</p> <p>6.C.13.D. criação de laços e abertura desde o primeiro dia.</p> <p>6.C. Rejeição à imposição de limites.</p>	<p>“que ele saiba quem vai ser o gestor do caso dele, que saiba quem é o diretor técnico, que saiba, que já conheça até outros miúdos”.</p> <p>“procuramos saber qual é o prato preferido dele, no dia em que ele entra o prato preferido é servido à mesa, pronto são coisas...”(A)</p> <p>“Eu saí do coma e pedi a protecção de menores para os miúdos, prontos. Porque estava a receber sempre, constantemente a receber telefonemas no hospital a dizer: “Os teus filhos estão descalços. Estão na rua, estão em pijama...”</p> <p>E o que é que eles estavam a fazer na rua? Atravessavam uma rua cheia de trânsito para ir pedir a pessoas conhecidas, às lojistas”(C).</p>
		Proximidade relacional	Acolhimento informal	<p>A.7.E. Privilégiam o ambiente informal.</p> <p>A. Fase inicial do acolhimento feita sem rotinas.</p> <p>A.7.E.7.C Preferência a iniciar acolhimentos nos períodos de férias letivas.</p> <p>7.C. assisti quando ficaram. Foi depois das férias.</p> <p>7.E. O período de férias é preferencial para a interação geracional e intergrupal.</p> <p>7.E. no acolhimento tentamos favorecer os gostos do menor.</p> <p>8.E. O Acolhimento é o espelho do que será o processo de integração na casa. As praticas serão as mesmas.</p>	<p>“mas sempre que possível nós fazemos a integração dos novos elementos do anos letivo seguinte na nossa colónia de férias do ano lectivo anterior”(A)</p> <p>“em que vamos todos para a praia vimos da praia em que convivemos em que partilhamos”(A)</p> <p>“procuramos que sejam jovens mais ou menos da mesma faixa etária ou com características parecidas e que alguém até possa ficar no mesmo quarto que ele e prontos e por norma a integração é feita dessa maneira”(E)</p> <p>“Ei, que fixe, isto aqui é melhor do que lá, não sei que... Tem computadores.”. Pronto, tem outras coisas que lá não tinha, realmente.”(C).</p>
			Procedimentos para o acolhimento	6B.7.E.13.E.D.3. Solicitação do relatório social da criança à segurança Social ou à	“Esse relatório social da criança se for urgente é analisado em equipa técnica”(B).

				<p>CPCJ.</p> <p>6B.13.ED.6.1. O Acolhimento basea-se, numa primeira fase, no estudo do referencial histórico do menor - A avaliação diagnóstica.</p> <p>6B.7.E A admissão é validade em função da análise dos relatórios.</p> <p>7.E.13.E Primeiros procedimentos de admissão baseados em informação externa.</p> <p>6B.7.E.O gestor de caso é o responsável pela marcação da primeira entrevista.</p> <p>7.E.O.D.3.4. perfil do menor condiciona a admissão.</p> <p>7.E.7.D.Recurso à dinâmica da casa, a “roda”, para apresentação do novo menor ao grupo.</p> <p>D.11. Chegar e ficar foi normal.A maior dificuldade foi deixar o pai sozinho.</p>	<p>“vemos quem é que vai ser o gestor de caso vamos distribuir de acordo com as nossas vagas quem é que vai assumir aquele caso e definimos o gestor de caso”(E).</p> <p>“nós temos uma dinâmica na casa que é a roda e nessa dinâmica o rapaz é apresentado e todos se apresentam e tentam recebe-lo e perceber quem ele é”(E).</p> <p>“a minha mãe juntou-se com esse senhor depois quando o meu pai regressou da Alemanha eles saíram de casa só fiquei eu e o meu pai (...). depois recebi uma carta para ir eu e o meu pai à protecção de menores (...) e a Doutora A. da protecção de menores perguntou o que é que eu queria, se queria ficar com a minha mãe ou se queria ir para um colégio e eu disse que ir pa um colégio” (D).</p>
			<p>Aferição de gostos e particularidades do menor</p>	<p>A.7.E.9.D.Observação pormenorizada da reacção do menor ao primeiro contato com o Lar.</p> <p>A.Estabelecimento de empatias com o pessoal técnico.</p> <p>6B.7.E. A entrevista serve para colmatar as lacunas dos relatórios.</p> <p>6B.importância da escolha do quarto.</p>	<p>“Há sempre alguma coisa que procuramos saber que ele goste ou não”(A)</p> <p>“Alguém que ele goste, uma figura que lhe seja simpática”.(A)</p> <p>“Serve para tratar das omissões(...)os relatórios só vem falar que o miúdo é isto ou aquilo, e então quais são as potencialidades”(B).</p> <p>“fala-se com a equipa educativa para saber que quarto, depende do historial da criança”(B).</p>
Abertura à família	O triângulo: Menor-Família-Lar	Procedimentos	<p>A.6.B.22.C.Existem regras de funcionamento Do Lar mas são regras privilegiaras da manutenção do contacto entre os familiares e os menores.</p> <p>A.3.C.Flexibilidade de horários em função do contacto com a família.</p>	<p>“Somos uma casa aberta? Somos, desde que as pessoas toquem à campainha”.(A)</p> <p>“nunca fui apologista da rigidez de horários, portanto estamos abertos sempre que eles venham” (A).</p> <p>“nós achamos que o lugar da criança é na família</p>	

				<p>A.14.E Visitas são supervisionadas.</p> <p>14.E.3.C.11.C. Não temos horários de visitas por forma a facilitar o acesso da família ao Lar e aos menores.</p> <p>11.C.22.D. Quando sinto falta deles venho cá.</p> <p>14.B..9.C.22.C.A articulação tem por objetivo fundamental o bem estar da criança.</p> <p>14.B.14.EE O lugar da criança é na família.</p> <p>14.B. Quando a aproximação com os progenitores não funciona tenta-se a aproximação por intermédio da família alargada.</p> <p>14.E Quando identificamos pais que são prejudiciais e com os quais não é possível desenvolver um projeto de intervenção optamos pelo afastamento em favorecimento da criança.</p> <p>22.D.O acolhimento abriu as portas à reelaboração dos laços de afetividade familiar.</p>	<p>(...) se ela é boa nós temos que potenciar se ela é má temos que cortar” (B).</p> <p>“o que nós fizemos foi tentar encontrar pessoas significativas”(B).</p> <p>“na minha óptica interessante que é nós não temos horários de visitas a não ser que tenhamos necessidade de os colocar”(E)</p> <p>“O contacto... o contacto é quando faz falta, não é? Venho cá... cheguei a passar mais vezes (...) mas notava uma coisa, os outros sentiam-se mal...”(C).</p> <p>“Agora, já, já tou melhor já, tive pa ai três meses sem ir a casa depois foi-me habituando ao início foi habituando e pronto já ficou para trás.”(D).</p>
			Regras de funcionalidade	<p>A.Semelhança com as regras de vivência quotidiana de uma família estruturada.</p> <p>4B.16.D.“Family Like enviroment” alargado a um grande número de menores.</p> <p>16.D. temos uma rotina de levantar, ir para a escola, vir almoçar, voltar à escola, voltar para o Lar, brincar, jantar e dormir.</p>	“
	Parâmetros para admissão	Condicionalismos para o acolhimento	Proximidade geográfica	<p>7. Os menores acolhidos são todos do Distrito de Braga.</p> <p>7A. A necessidade de vista ao lar de origem impossibilita a admissão de menores de outros distritos.</p>	“Porque não temos capacidade para acompanhar crianças e famílias de Lisboa, portanto isso é utópico”-

			Característica de personalidade	<p>7A. Análise ao perfil do menor.</p> <p>7A. As características de personalidade importam para perceber se o menor não constitui uma possível conturbação ao grupo existente.</p> <p>13.E. As características de personalidade alteram as definições iniciais do PSEI.</p>	<p>“e estamos a passar uma fase conturbada às vezes não interessa colocar se colocarmos lá alguém ainda vai ser um barril de pólvora” (A)</p> <p>“Tivemos casos que nós estávamos convencidos que chegaríamos e iriam para casa de imediato e não foi isso que se verificou e chegaram aos dezoito anos (...) estão agora a tentar fazer o décimo segundo, o projeto de vida que era desde sempre de reintegração familiar neste momento é de reintegração para autonomização”(E)</p>
	Procedimentos para a integração	Integração e grupo de acolhimento	Promoção de proximidade de pares	<p>7.A.6.B17.D. As regras são explicadas pelos colegas, já residentes, de idades semelhantes.</p> <p>7.E. Um grupo de acolhimento entre os menores é definido.</p> <p>7.9.B. Os colegas apresentam a casa.</p> <p>7.A.17.D. Explicam as regras de funcionamento.</p> <p>7. Pressupõe-se uma maior aceitação das regras caso sejam ensinadas pelos pares.</p> <p>7.B.7.E favorecimento à integração com ajuda dos colegas</p> <p>7. Dá-se início à avaliação diagnóstica.</p> <p>9.B. Desformalização da integração.</p> <p>Promove-se a relação informal e próxima.</p> <p>9.B.7.E.12.D Os colegas têm um papel fundamental no processo de integração.</p>	<p>“no dia do ingresso ele vai ter cá o grupo de crianças e jovens que habitualmente procuramos que sejam dentro daquela faixa etária (...) vão-lhes explicar um bocado, às vezes a regras sendo informadas por eles passa muito melhor” (A)</p> <p>“cria-se uma equipa, um grupo de jovens, que é um grupo de acolhimento que na primeira semana andarà com ele a mostrar isto, as dinâmicas da casa”</p>
		Integração e Diagnóstico	Avaliação diagnóstica	<p>7.A Avaliação diagnóstica faz-se ao longo de dois meses.</p> <p>7.A.b.E avaliação diagnóstica ocorre ao mesmo tempo que o processo de integração.</p> <p>8.E. A avaliação diagnóstica ocorre em quatro fases.</p> <p>8.E.12.D. Compreende a avaliação médica,</p>	<p>“Nos dois meses seguintes é feita a avaliação diagnóstica, claro que não há aqui um corte” (A)</p> <p>“problemas que identificamos e que estratégias é que achamos que são importantes para pudermos ver (...) áreas importantes a intervindo o diagnóstico feito fazemos o PSEI”(E)</p> <p>“Tenho tido bons resultados e isso a nível escolar e ao nível, mesmo aqui tenho um bom</p>

				a avaliação escolar; a avaliação comportamental e a avaliação familiar. 8.E. A avaliação diagnóstica permite intervir ao nível da elaboração do PSEI.	comportamento”(D).
		Procedimentos de adaptação	Dinâmicas de integração	7.A.11.B7.E Promoção de integração simultânea nas atividades do Lar. 11.B.O projeto de vida inicia-se quando o menor chega. 11.B.O menor tem participação ativa na intergação: é o primeiro a mencionar o que quer. 8.E.12.D.17.D. Valorizamos muito a integração na escola. 17.D. A escola que frequente foi escolha minha. 17.D. Pouca flexibilidade e autonomia quotidiana.	“é preparada a integração dele na escola etc, etc.!(A). “quando chega (...) é deixar que ele participe no seu próprio projeto, deixar que ele seja a pessoa a dizer ‘eu quero isto’”(B). “Se já estiver na escola se for já integrado na escola o acompanhamento aos directores de turma é muito próximo e nessa altura ainda tentamos em vez de ir de quinze em quinze dias tentamos ir semanalmente e tentar ver como está a correr a integração na escola”(E) “É mesmo a escola o resto é as regras, rezar, acordar às xs horas isso ai é no geral.”(D).
			Processos	7.Existem três processo de acolhimento 7. processos são sustentados por instruções de trabalho. 7. Os parâmetros de saúde, da escola, da higienização do espaço, da frota, do processo educativo, são garantia de boa integração.	“nós temos este três processos de acolhimento, o acolhimento o, a avaliação diagnóstica e o PSEI (...) depois temos várias instruções de trabalho que sustentam todos este três processos” depois temos várias instruções de trabalho que sustentam todos este três processos” (A)
				Construção do Projeto de vida	11.1.B.9.E13.D.Os gestores de caso são os primeiros a traçar o projeto de vida. 11.1.B.9.E.12.E- o projeto de vida é realizado em equipa tendo por base a avaliação diagnóstica. 11.1.B.O processo é dinâmico. Não é definitivo. 12.E. O PSEI é burocrático. Obedece a uma gama de procedimentos tipo. Mas diferem de intervenção para intervenção. 12.E. Tentamos que o PSEI seja o mais

				<p>individualizado possível.</p> <p>12.E. Os projetos são adaptados ao caso para que são construídos.</p>	
			O caminho para o projeto de vida	<p>11.2.B.15.D. os coordenadores dos gestores de caso são os responsáveis pelo acompanhamento do projeto de vida.</p> <p>11.2.B. As relações construídas e a construir são mais importantes que os papéis a desempenhar pelos técnicos.</p> <p>11.2.B.5.E. O processo só funciona mediante a equilibração de horários.</p> <p>11.2.B. Os horários são estipulados em função da criança.</p> <p>11.2.B. realizam-se reuniões para aferir a evolução e o estado das crianças.</p> <p>11.2.B. como resultado destas reuniões o PSEI pode ser alterado.</p> <p>11.2.B. De três em três meses faz-se uma observação completa aos projetos e á sua funcionalidade.</p> <p>11.2.B.10.E em Setembro, coincidindo com o início do ano escolar, é feita uma avaliação em profundidade.</p> <p>11.2.B.11.E. Todos os técnicos envolvidos são chamados a fazer um relatório.</p> <p>9.E os menores não participam da elaboração do PSEI.</p> <p>10.E. A avaliação ocorre anualmente, porque facilita as diâmicas.</p> <p>10E. a dimensão do grupo não favorece uma avaliação mais curta em termos temporais.</p>	<p>“os coordenadores de gestor de caso tem que ter em conta uma coisa que o mais importante, mais que papéis, são as relações”(B).</p> <p>“faz-se um backup para ver como é que estão a correr as coisas, como é que estão as crianças, como é que estão a decorrer os processos”(B).</p> <p>“em Setembro, que é o início do ano, fazemos uma avaliação tendo por base todos os dados que nos são facultados, as avaliações”(B).</p> <p>“Cada item tem uma avaliação, por exemplo, se nós temos um acompanhamento em psicologia então a psicólogo tem de nos dar um relatório”(B).</p> <p>“Não o PSEI por norma é feito pelos técnicos tendo em conta as necessidades que achamos e trazemos em equipa técnica educativa” (E)</p>
		Ações integradoras do projeto	As práticas do projeto	<p>11.3.B.O projeto engloba três áreas Lar, escola e família.</p> <p>11.3.B. favorecimento da exequibilidade</p>	<p>“na instituição nós trabalhamos a questão da interação, questões, por exemplo de agressividade (...) porque não criar um projeto de</p>

				<p>dos projetos.</p> <p>11.3.B.No Lar favorece-se a interação com vista a promover o desaparecimento de fatores de personalidade negativos.</p> <p>11.3.B.9.E. A prática desportiva tem um papel de destaque nas atuação do Lar.</p> <p>5.E. Acompanhamento pouco dirigido do ponto de vista técnico.</p>	<p>desporto”(B).</p> <p>“Quando há possibilidade faço o acompanhamento individualizado nem sempre é muito possível”(E).</p>
			<p>Voluntariado nas práticas do projeto</p>	<p>11.3.B. Promoção da intervenção da comunidade através do voluntariado</p> <p>11.3.B. Voluntarios são agentes intervenientes no PSEI.</p> <p>11.3.B Os voluntários ajudam a fazer a ponte com a comunidade.</p>	<p>“Por exemplo, temos uma professora primária que vem cá dar um apoio a uma criança (...) vai fazer um ano e ela já consegue ler”(B).</p> <p>“temos uma terapeuta da fala (...)depois também a partir daqui, na escola, fazer om forcing na própria escola, para que aquela criança possa ser vista como uma criança, não como uma entre muitas (...) tem necessidades e precisa de apoio”(B).</p>
		<p>Afetividade</p>	<p>A construção de laços afetivos na integração</p>	<p>7. Acolhimento processa-se de forma natural.</p> <p>7. O acolhimento tem por finalidade minimizar a dor do menor.</p> <p>7.A.10.B.16.C O acolhimento pode servir de alavanca para o futuro sustentado do menor.</p> <p>10.B.O acolhimento pressupõem a construção do projeto de intervenção e o início do processo de fomentação de laços.</p> <p>21.B.18.EO carinho tem que ser distribuído desde o primeiro momento.</p> <p>18.E.O nosso projeto educvcativo educa-los para a afetividade.</p> <p>18.E.11.C.18.C A afetividade também é dar regras.</p>	<p>“focalizando sempre o tornar o menos doloroso possível a integração da criança/jovem na instituição” (A)</p> <p>“o miúdo chega, que está isolado, que se está a isolar(...) temos muito cuidado com os outros porque pode vir com hábitos”(B)</p>
		<p>O Plano</p>	<p>Técnicas de</p>	<p>7.A.6.B. PSEI proposto e partilhado em</p>	<p>“Não significa que não seja suscetível a</p>

		socioeducativo individual	elaboração	<p>sede de reuniões.</p> <p>7.Todas as equipas técnicas são envolvidas.</p> <p>7.Não é um plano definitivo.</p> <p>7. O PSEI é dado a conhecer às famílias.</p> <p>7.importância da integração e envolvimento de todos os intervenientes, incluindo o menor.</p> <p>7.A.7B.23.D. O PSEI foca-se na “hora da saída”</p> <p>7.B. Planifica estadia do menor e afere as suas necessidades cognitivas.</p> <p>7.B.O PSEI dá prioridade as necessidades escolares e coloca a família em segundo lugar.</p> <p>11.1.B. O PSEI sem construído sem que a família seja auscultada ou convidada a intervir.</p>	<p>alterações, porque ele é avaliado” (A)</p> <p>“onde ele também aceita aquilo que está a ser definido”(A)</p> <p>“Tenha competências que lhe permitam na hora da saída da instituição estar preparado”(A)</p> <p>“ali vamos ver quais são as necessidades que detetamos sejam familiares, institucionais”(B).</p> <p>“” dando prioridade institucional, escolar e depois familiar”(B).</p>
	Dinâmicas de Equipa	Papeis e desempenhos da equipa técnica	PSEI colaborativo	<p>8.A.7.B.18.C Todos os técnicos fazem parte da elaboração do PSEI.</p> <p>8. Todos participam de todos os processos de execução do PSEI.</p> <p>8. Mais do que elaboração o PSEI tem que ser certificado.</p> <p>8. Prevê a possibilidade do plano cooperado.</p> <p>7.B.8.Eos responsáveis escolares também fazem parte da elaboração e estabelece-se um plano de colaboração com a escola.</p>	<p>“”Todos no fundo estamos (envolvidos) ninguém cá da casa pode dizer ‘eu não sabia disso’” (A).</p> <p>“”temos o diretor de turma que é a pessoa que vai intervir”(B).</p>
			Técnicos integrados na certificação do PSEI	<p>8.1.A.7.B.A equipa educativa é responsável pela aprovação do plano.</p> <p>8.A. A palavra final é da direção.</p> <p>7.B. os responsáveis pela aprovação do plano participam da certificação.</p>	<p>“há uma primeira aprovação na equipa técnica educativa mas a direção tem sempre que dar a sua opinião”(A)</p>
	Refrencial	Caracterização	Ausência de	9.A.3.D. Mudança de paradigma das	“temos sentido que tem havido um degenerar

	histórico	das famílias de	parentalidade capacitada	<p>características das famílias de origem.</p> <p>9.A.8.B. Atualmente existem famílias que não demonstram interesse pelos menores.</p> <p>9.A.8.1.B.15.b.9.C. Algumas famílias pedem para que os menores fiquem no Lar durante o fim-de-semana.</p> <p>9.C. Às vezes peço para que fiquem com eles numa semana que era para estarem comigo.</p> <p>8.E11.C. Aos fins de semana vão ao sábado e voltam no domingo mas, de acordo com as regras, podiam ir à sexta.</p> <p>7.B.O processo de envolvimento das famílias é difícil e complexo.</p> <p>8.B. São raras as famílias que vêm ao Lar.</p> <p>9.B.Por vezes as crianças dizem que não querem sair do Lar, dando sinal de que o trabalho com a família não foi positivo.</p> <p>5.C.não há reconhecimento dos limites pessoais. A saúde é um grande condicionamento.</p>	<p>progressivo”(A).</p> <p>“Alguns até nos ligam a dizer ‘olhe se ele não vier este fim-de-semana até agradecia porque vou sair com o meu companheiro’” (A).</p> <p>“A questão das famílias é algo que é muito mais complexo”(B).</p> <p>“nós ficamos preocupados quando uma criança chega e nos diz ‘ah eu vou estar na instituição, e eu não quero sair da instituição (...) é sinal de que a família não está a resultar”(B)</p> <p>“vão a casa, sempre, de quinze em quinze dias, nas férias quando eu posso lá tê-los também, nós conjugamos mais ou menos, às vezes quando eu não posso, não posso, eu não minto. Eu digo, olhe esta semana não me dá, por esta razão ou por aquela, e eles entendem aqui na instituição”(C).</p>
			Dinâmicas familiares alteradas e disfuncionais	<p>9.A.3.C. desresponsabilização familiar.</p> <p>9.A5.C.11.C.As famílias são multiproblemáticas.</p> <p>9.A.12.C.Desvalorização dos filhos face às novas constituições conjugais/recasamentos ou novas uniões.</p> <p>11.C.Heranças familiares de sofrimento. História maternalde perdas e proibições de estreitamento de laços de afetividade com os familiares por parte do marido.</p>	<p>“neste momento estão todos estes problemas associados numa só família”(A)</p>
		A intervenção junto das famílias	Técnicas implementadas junto das famílias	<p>10.A intervenção junto das famílias passou para segundo plano.</p> <p>10.A.7.B.23.D. o trabalho privilegia as</p>	<p>“nós já fizemos um trabalho mais regular com as famílias do que fazemos agora” (A).</p> <p>“trabalhamos mais com as famílias que</p>

				<p>famílias consideradas prioritárias.</p> <p>10.A.7.B.9.C.Os objetivos de trabalho são definidos em função da própria família.</p> <p>10.A.18.C.Intervenções diferenciadas.</p> <p>10.A.7.B.9.C.14.C. Favorecimento do contato personalizado, diferenciado com familiares.</p> <p>7.B. São selecionadas cinco ou seis famílias prioritárias para que sejam alvo de intervenção.</p> <p>7.B.9.C.22.D As famílias são trabalhadas no sentido de puderem receber os menores ao fim-de-semana.</p> <p>11.3.B. São reconhecidas dificuldades no trabalho com as famílias.</p> <p>11.3.B. A caracterização financeira da família tem inferência direta no interesse/desinteresse pelo menor.</p>	<p>consideramos mais prioritárias” (A)</p> <p>“intervenções muito diferentes em cada família” (A)</p> <p>“acreditamos na empatia que se pode criar com a família”(A).</p> <p>“O que nós fazemos é no principio do ano selecionar famílias que nós achamos que são prioritárias”(B).</p> <p>“se não for assim, não se vai a lado nenhum. Ou trabalhamos todos para o mesmo ou então não vale a pena”(C).</p>
	Casos de sucesso	Fatores de favorecimento do sucesso	Autonomização	<p>11. Dificuldade em estabelecer casos concretos de sucesso.</p> <p>11.Sucesso é paralelismo da autonomização</p> <p>11.Sucesso apontado como capacidade de distinção entre o certo e o errado por parte do menos.</p> <p>11.A.13.E As dinâmicas implementadas dependem da vontade de adesão do menor.</p> <p>11. Muitos recusam-se a aceitar o PSEI.</p> <p>7.B. O PSEI visa a promoção da autonomia do menor.</p> <p>7.B. A promoção da autonomia tem sustento no facto da parte familiar ser enfraquecida.</p> <p>13.E. O PSEI, por vezes é reformulado com</p>	<p>“se nós conseguimos protelar ao máximo a entrada deles em caminhos desviantes já é algo que não considero mau”(A).</p> <p>“depois é preciso alguém que está ligado à autonomia que sendo uma criança (...) nós trabalhamos também institucionalmente o problema da autonomia”(B).</p> <p>“de um ano para o outro já estamos a mudar o projeto mas quando um jovem entra e começamos a fazer um PSEI quando fazemos a avaliação diagnóstica, nós estamos a pensar na saída é agir de modo a que facilitemos a saída desse jovem seja por lhe dar competências de autonomização”(E)</p>

				vista à autonomização. 24.D Quero ter um emprego que seja certo.	
		Histórias de superação	Análise de casos de integração	11.A.12.B.16.E.Os antigos menores acolhidos referem-se ao Lar com carinho e apreço. 11.Observar as vidas atuais de antigos residentes contribuem para a melhoria das práticas de qualidade. 12.B. As visitas de ex-acolhidos e as lembranças de tempos são sinais de sucesso. 16.E.13.C.temos casos em que os jovens, reintegrados nas famílias depois de terminados os cursos, estão felizes. 13.C.Quando saírem terei tudo preparado para os receber.	“quase todos dizem ‘se eu soubesse tinha aproveitado mais tempo na instituição’”(A). “são pequenos pormenores e pequenas alegrias e sucessos” (B). “Quando eles tiverem que sair, eles tem uma casa, tem tudo preparado para os receber, graças a Deus”(C).
Transmissão gerativa de valores	Os valores que as Oficinas privilegiam na formação dos menores	A socialização e a cidadania	Intervir para reelaborar histórias pessoais	11.18.C.Valores de destaque na educação do menor: educação integral; verdade; humildade e respeito mútuo. 11.O Lar privilegia a transmissão de valores de cidadania, de dedicação e de doação.	“há esta cumplicidade no trato (...)esse valor da dedicação e da doação”(A).
		O dom e a geratividade do Lar	O Processo de transmissão de valores	11. Educação para a afetividade gerativa. 11.o estabelecimento de relações de cumplicidade é a âncora que segura o menos e a alavanca para o seu sucesso. 11. Educar para a afetividade. 17.B. Fomentamos o respeito e a liberdade religiosa. 17.B. O Lar, que tem um cariz religioso demarcado, faz uso dessa particularidade	“através desta relação informal que se estabelece no dia-a-dia com todos construímos algo importante, algo maravilhoso”(A). “temos por hábito rezar o terço, mas das crianças e jovens reza quem quer. Quando não quer deve ir para o seu quarto deitar-se mas respeitar os outros” (B). “a preocupação da instituição é acima de tudo essa formação de homens”(B) “Claro que ninguém gosta de regras, ninguém

				<p>para fomentar o respeito, a solidariedade e o companheirismo.</p> <p>17.B.17.E.10.C.14.C. Valores transmitidos por via de três regras básicas: não mexer (roubar); manter o respeito; dizer sempre a verdade.</p> <p>18.E. Outro dos valores é aprenderem a pagar. A lidar com o dinheiro.</p>	<p>gosta de levar um castigo”(C)</p> <p>“o J. tem esse problema. Cola nas mãos, mentiroso, mas eu conheço-o tão bem como as minhas mãos, por isso sei quando é que ele está a falar a mentira e quando é que está a falar a verdade.”(C).</p>
			O investimento pessoal	<p>12.As crianças são sentidas como “família” por cada um dos técnicos.</p> <p>12.O estabelecimento de laços acontece de forma natural.</p> <p>12.A.14.C preocupação com os menores é genuína.</p>	<p>“O estar cá é estar no nosso coração, é estar no nosso ser, é perceber que são para nós também uma preocupação”(A)</p>
	A vida no Lar	O adulto referencial	O dom e a geratividade do Lar	<p>10.B.Cada menor tem um adulto de referência.</p> <p>10.B.O adulto de referência conhece milimetricamente o processo do menor.</p> <p>10.B. É a esse adulto que o menor se dirige quando tem problemas.</p> <p>10.B. Os educadores são o adulto de referência de segunda linha.</p> <p>10.B. os educadores têm o conhecimento essencial e minucioso do dia-a-dia do menor</p> <p>10.B. São os promotores da relação informal e afetiva.</p>	<p>“A M. é a gestora de caso, a M. é que cuida, ele quer ir para casa, ou quer comprar isto ou aquilo (...)então tem que falar com a gestora de caso porque ele sabe que é aquela pessoa que está à frente do processo”(B).</p> <p>“eu oesno que a equipa de educadores é a equipa mais importante da casa, é as equipa que d’z estabilidade à casa” (B).</p> <p>“nós temos também essa sensibilidade de saber perguntar porquê”(B).</p>
A autonomização	Projeção no futuro	Reintegração social	O regresso às origens-reintegrar	<p>16.B. Desconstitucionalizações muito breves, normalmente, não têm sucesso.</p> <p>16.B A saída rápida não favorece a criação do projeto de vida.</p> <p>16.B.14.CNão propicia a construção de resultados consistentes.</p> <p>14.C. Tem que se dar tempo para perderem os defeitos.</p>	<p>“para que possa ser um trabalho concistente não pode ser um trabalho à pressa”(B).</p> <p>“Neste momento, o que faz falta também, é a nível financeiro estar estável para eles e a nível de saúde vou tentando que as coisas andem, não é?” (C).</p> <p>“Eu acho que eles estão mortinhos por ir”(C).</p> <p>“Não, não falo porque é assim, nós combinamos</p>

				<p>5.C.O que falta é a estabilidade financeira e a saúde, porque eu gosto deles.</p> <p>14.C.18.C.25.D.26.D.Menores pretendem reintegração familiar.</p> <p>15.C.Inexistência de envolvimento dos menores na reintegração.</p> <p>16.C. Se os filhos voltam para casa eu passo a receber o abono da segurança social.</p> <p>25.ED. Aproximação dos dezoito anos favorece processo de reintegração familiar.</p>	<p>com o J. não falar nada até à data de ele ir.(...). vai, foi apanhado com haxixe aqui na instituição... Não é? Não fui eu que o apanhei. Porque se fosse em casa, ele para casa não se atreve a levar disso que ele sabe, como elas mordem”(C).</p> <p>“A Segurança social paga para o Colégio, o abono vem para aqui. Se eu os levar para casa, elas vão-me dar, mas não vão dar o valor que dão ao Colégio”(C).</p>
--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------